

ORIGENS DA COOPERAÇÃO NUCLEAR

UMA HISTÓRIA ORAL CRÍTICA
ENTRE ARGENTINA E BRASIL



Editado por Rodrigo Mallea, Matias Spektor e Nicholas J. Wheeler

ORIGENES DA COOPERAÇÃO NUCLEAR

UMA HISTÓRIA ORAL CRÍTICA
ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Editado por Rodrigo Mallea,
Matias Spektor e Nicholas J. Wheeler

*Uma conferência conjunta entre FGV, ICCS e
o Woodrow Wilson International Center for Scholars.*

Rio de Janeiro, 21-23 de março de 2012



**UNIVERSITY OF
BIRMINGHAM**



**THE UNIVERSITY
OF BIRMINGHAM**



Mallea, Rodrigo; Spektor, Matias; Wheeler, Nicholas J. Editores.
Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil/
páginas cm 21 x 21
ISBN# 978-85-60213-11-51
História oral. 2. Proliferação nuclear. 3. Argentina e Brasil.
MN321.5.R44 2014 355.21 – ms79
2014039642

Imagem de capa: Sarney e Alfonsín em Foz do Iguaçu, 30/11/1985. Crédito: Víctor Bugge, Presidencia de la Nación Argentina.
www.brasilecola.com
Woodrow Wilson Center for Scholars e FGV
Desenho gráfico: Celeste Hampton, www.celestehampton.com

FGV, Escola de Ciências Sociais
190, Praia de Botafogo
Rio de Janeiro
22253900
Brasil
www.cpdoc.fgv.br

Woodrow Wilson International Center for Scholars
One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue NW
Washington, DC 20004-3027
www.wilsoncenter.org



O WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTER FOR SCHOLARS é um centro de memória nacional que homenageia o Presidente Woodrow Wilson. Ao ligar o mundo das ideias ao da formulação de políticas públicas, o centro discute desafios atuais e emergentes dos Estados Unidos no mundo. O centro patrocina pesquisas orientadas para a formulação de políticas públicas e apoia o diálogo com o objetivo de aumentar o entendimento e aperfeiçoar a capacidade e o conhecimento de lideranças políticas, cidadãos e instituições ao redor do mundo. Criado pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1968, o centro é uma instituição apartidária sediada em Washington, D.C, e financiada pelos setores público e privado.

As conclusões e opiniões expressas nas publicações e nos programas do centro pertencem a seus autores e palestrantes, e não necessariamente representam as opiniões da diretoria, membros, curadores, conselho curador ou de qualquer indivíduo ou organização que financia nossas atividades. O centro é responsável por editar *The Wilson Quarterly* e sediar *Woodrow Wilson Center Press*, que transmite semanalmente um programa de TV e rádio. Para mais informações sobre as atividades do centro e suas publicações, visite-nos em www.wilsoncenter.org.

Jane Harman, Diretora, Presidente e CEO

Conselho Curador

Thomas R. Nides, Chairman of the Board Sander R. Gerber, Vice Chairman.

Membros do setor público

James H. Billington, Librarian of Congress; John F. Kerry, Secretary, U.S. Department of State; G. Wayne Clough, Secretary, Smithsonian Institution; Arne Duncan, Secretary, U.S. Department of Education; David Ferriero, Archivist of the United States National Archives and Records Administration; Fred P. Hochberg, Chairman and President, Export-Import Bank; Kathleen Sebelius, Secretary, U.S. Department of Health and Human Services; Carole Watson, Acting Chairman, National Endowment for the Humanities.

Membros do setor privado

Timothy Broas, John T. Casteen, III, Charles Cobb, Jr., Thelma Duggin, Carlos M. Gutierrez, Susan Hutchison, Barry S. Jackson.

Wilson National Cabinet

Eddie & Sylvia Brown, Melva Bucksbaum & Raymond Leary, Ambassadors Sue & Chuck Cobb, Lester Crown, Thelma Duggin, Judi Flom, Sander R. Gerber, Ambassador Joseph B. Gildenhorn & Alma Gildenhorn, Harman Family Foundation, Susan Hutchison, Frank F. Islam, Willem Kooyker, Linda B. & Tobia G. Mercurio, Dr. Alexander V. Mirtchev, Wayne Rogers, Leo Zickler.

W | Wilson Center

Esta publicação oferece uma transcrição completa da conferência ‘As Origens da Cooperação Nuclear entre o Brasil e a Argentina’, realizada na Fundação Getulio Vargas (Rio de Janeiro), entre 21 e 23 de março de 2012.

A Fundação Getúlio Vargas foi fundada em 1944 como um centro de estudos e treinamento nas áreas de administração pública e de empresas, políticas públicas e economia. Em 2013, a fundação foi eleita, pelo quinto ano consecutivo, um dos melhores centros de pensamento do mundo pelo *Global Go To Think Tanks Rankings*.

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice presidentes

Francisco Oswaldo Neves Dornelles
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Sergio Franklin Quintella

Director de la Escuela de Ciencias Sociales/ CPDOC

Celso Castro

Conselho Diretor

President: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice President: João Alfredo Dias Lins

Vocais

Alexandre Koch Torres de Assis
Angélica Moreira da Silva
(Federação Brasileira de Bancos)
Ary Oswaldo Mattos Filho
Carlos Moacyr Gomes de Almeida
Andrea Martini (Souza Cruz S/A)
Eduardo M. Krieger
Estado do Rio Grande do Sul
Heitor Chagas de Oliveira
Jaques Wagner (Estado da Bahia)
Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda)
Marcelo Serfaty
Marcio João de Andrade Fortes
Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco

BBM S.A)

Orlando dos Santos Marques

(Publicis Brasil Comunicação Ltda)

Raul Calfat (Votorantim Participações S.A)

Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A)

Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo)

Sandoval Carneiro Junior

Conselho Curador

Armando Klabin

Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque

Ernane Galvêas

José Luiz Miranda

Lindolpho de Carvalho Dias

Manoel Pio Corrêa Jr.

Marcílio Marques Moreira

Roberto Paulo Cezar de Andrade



CÓRDOBA

CENTRAL NUCLEAR EMBALSE

CENTRAIS NUCLEARES ATUCHA I E II

CENTRO ATÓMICO CONSTITUYENTES

CENTRO ATÓMICO EZEIZA

BUENOS AIRES

Río NEGRO

COMPLEJO TECNOLÓGICO DE PILCANIYEU

CENTRO ATÓMICO BARILOCHE



Índice

Sobre os editores	11
Participantes	12
Nota aos leitores	14
Introdução	21
Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos.	30
Transcrição da Conferência de História Oral Crítica	42
Cronologia	208
Bibliografia	221
Agradecimentos.	238

USINA NUCLEAR DE ANGRA DOS REIS



Sobre os editores

Rodrigo Mallea ingressou ao *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* da Argentina em 2014. Possui mestrado em Ciência Política pelo IESP-UERJ, no Rio de Janeiro, e é doutorando na Universidad Torcuato Di Tella, em Buenos Aires.

Matias Spektor é professor de Relações Internacionais da FGV e colunista da *Folha de S. Paulo*. É autor de *Kissinger e o Brasil* (2009), *Azaredo da Silveira: um depoimento* (2010) e *18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush* (2014). Matias foi pesquisador visitante em LSE, King's College, Council on Foreign Relations e Woodrow Wilson International Center for Scholars. Ele é doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford. Seu próximo livro conta uma história do programa nuclear brasileiro em perspectiva internacional.

Nicholas J. Wheeler é professor de Relações Internacionais da Universidade de Birmingham, Reino Unido, onde dirige o *Institute for Conflict, Cooperation and Security*. Ele é autor de diversos livros, dentre eles, *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society* (2000) e, com Ken Booth, *The Security Dilemma: Fear, Cooperation and Trust in World Politics* (2008). Seu próximo livro, *Trusting Enemies*, será publicado pela editora Oxford University Press.

Participantes

Adolfo Saracho foi o primeiro diretor da Dirección General de Asuntos Nucleares y Desarme del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Argentina (1983-1987). Ele foi membro do conselho da Comissão Nacional de Energia Atômica (1987) e foi o representante do presidente Raul Alfonsín em várias reuniões do Grupo dos Seis. Foi embaixador argentino na Turquia, cônsul-geral em Nova Orleans e membro da Comissão para Desarmamento da ONU em Berna e Genebra.

Oscar Camilión foi ministro das Relações Exteriores da Argentina (1981). Além disso, foi ministro adjunto das Relações Exteriores na presidência de Arturo Frondizi (1958-1962), embaixador argentino no Brasil (1976-1981) e ministro da defesa durante o governo Menem (1993-1996).

Luiz Augusto de Castro Neves serviu na embaixada do Brasil na Argentina (1971-1974) e foi subsecretário da Divisão de Energia e Recursos Minerais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1979-1981). Entre 1978 e 1985, ele serviu como membro permanente do Brasil no Conselho de Governadores da AIEA. Ele serviu no Conselho de Segurança Nacional (1981-1987), foi subsecretário de assuntos estratégicos (1992-1995) e assessor do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Foi embaixador do Brasil no Paraguai (2000-2004), na China (2004-2008) e no Japão (2008-2010).

Andrew Hurrell ocupa a cátedra Montague Burton

de Relações Internacionais na Universidade de Oxford e é membro de Balliol College. Publicou *Inequality, Globalization and World Politics* (1999) com Ngaire Woods, *Order and Justice in International Relations* (2003) com Rosemary Foot e John Lewis Gaddis e *On Global Order* (2007), além de diversos artigos sobre política internacional e América Latina.

Luiz Felipe Lampreia serviu no gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1974-1979), foi Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (1992-1993) e Ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). Foi embaixador brasileiro no Suriname (1983-1985), em Portugal (1990-1992) e perante o sistema internacional de comércio em Genebra (1993-1994).

Rodrigo Mallea ingressou ao Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto da Argentina em 2014. Possui mestrado em ciência política no IESP-UERJ, no Rio de Janeiro, e é doutorando na Universidad Torcuato Di Tella, em Buenos Aires.

Timothy McDonnell é mestre por George Washington University e, à época da conferência, era assistente de pesquisa no Woodrow Wilson International Center for Scholars. Atualmente, Tim é doutorando no MIT, nos Estados Unidos.

Eduardo Mello era assistente de pesquisa do Centro de Relações Internacionais da FGV no momento da conferência. Atualmente, ele é doutorando na London

School of Economics, no Reino Unido.

Dani Nedal era pesquisador associado à Universidade de Birmingham no momento da conferência. Atualmente, ele é doutorando na Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Roberto Ornstein foi chefe de Assuntos Internacionais da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) entre 1979-1995. Foi diretor da CNEA para Planejamento, Coordenação e Controle (1987-1989), gerente de projetos internacionais (1989-1991), assessor para assuntos internacionais da Presidência (1995-1998), secretário da direção (1998-1999), coordenador de assuntos internacionais (2000-2002) e chefe de assuntos internacionais (2002-2007). Aposentado, ele continua na CNEA como conselheiro para assuntos internacionais e como pesquisador adjunto.

Carlo Patti é doutor pela Universidade de Florença e era pesquisador associado da FGV no momento da conferência. Atualmente, ele é professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás.

Sebastião de Rego Barros coordenou o Departamento de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (1976-1979) e foi chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1982-1984). Ele negociou o tema nuclear em diversos fóruns: foi o chefe da delegação brasileira na II Conferência de Revisão do TNP em Genebra (1980) e foi membro do Conselho de Governadores da AIEA (1984). Foi Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (1995-1998), além de servir como embaixador brasileiro na União Soviética/Rússia (1990-1994) e na Argentina (1999-2001).

Rubens Ricupero foi chefe do Departamento de Américas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1981-1985). Ele serviu nas embaixadas do Brasil em Buenos Aires (1966-1969) e Washington (1974-1977). Foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1991-1993) e na Itália (1995), além de ocupar os cargos de Ministro do Meio Ambiente (1993-1994) e Ministro da Fazenda (1994).

Matias Spektor é professor de Relações Internacionais da FGV. É autor de *Kissinger e o Brasil* (2009), *Azaredo da Silveira: um depoimento* (2010) e *18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush* (2014). Matias foi pesquisador visitante em LSE, King's College, Council on Foreign Relations e Woodrow Wilson International Center for Scholars. Ele é doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford. Seu próximo livro conta a história do programa nuclear brasileiro em perspectiva internacional.

John Tirman é autor de diversos livros sobre política internacional, entre eles, *Terror, Insurgency and the State* (2007) e *The Fate of Civilians in America's War* (2011). Publicou mais de cem artigos em revistas especializadas. Tirman é diretor executivo do Center for International Studies do MIT.

Nicholas J. Wheeler é professor de Relações Internacionais da Universidade de Birmingham, Reino Unido, onde dirige o *Institute for Conflict, Cooperation and Security*. Ele é autor de diversos livros, dentre eles, *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society* (2000) e *The Security Dilemma: Fear, Cooperation and Trust in World Politics* (2008) com Ken Booth. Seu próximo livro é *Trusting Enemies*, a ser publicado com Oxford University Press.

Nota aos leitores

A metodologia de História Oral Crítica (*Critical Oral History ou COH*) é um processo de deliberação coletiva entre os personagens que participaram de um evento histórico e acadêmicos especializados no assunto que têm acesso a documentos da época. Ao contrário de conferências acadêmicas tradicionais, um encontro desta natureza não debate *papers* escritos previamente. O objetivo é criar um ambiente no qual as testemunhas históricas possam comparar suas memórias e interpretações com o auxílio de especialistas. Esse tipo de história oral é ‘crítica’ porque a narrativa de cada personagem é confrontada à documentação histórica disponível, à memória pessoal de outros participantes e ao escrutínio dos acadêmicos. A presença simultânea de indivíduos que presenciaram os eventos em questão, documentos inéditos e especialistas da academia tende a gerar uma discussão fértil sobre as causas e os efeitos das decisões históricas sob análise (Blight e Lang 1995, 2007 e 2010, Lang 2000, Blight e Welch 1990, Blight, Kramer e Welch 1990, Scott e Smith 1994 e Wohlforth 2003).

A conferência sobre as origens da cooperação nuclear argentino-brasileira ocorreu no Rio de Janeiro, entre 21 e 23 de março de 2012. Não foi a primeira vez que um grupo de ex-negociadores argentinos e brasileiros discutiu a evolução da relação nuclear bilateral com o auxílio de acadêmicos. No passado, outras reuniões desse tipo avançaram o conhecimento existente sobre o tema (Leventhal e Tanzer 1992, Albright e O’Neill 1996, e Doyle 1999). No entanto, a conferência do Rio de Janeiro foi a primeira ocasião na qual os participantes tiveram acesso a documentos históricos que, até aquele momento, eram desconhecidos ou continuavam sob sigilo nos respectivos arquivos oficiais. Também pela primeira vez, esse encontro aplicou o método COH ao estudo das relações entre dois países latino-americanos.

A reunião foi concebida por Nicholas Wheeler, que estuda a lógica da rivalidade entre duplas de países no campo nuclear.¹ Ele propôs a parceria a Matias Spektor, coordenador do programa de

1. Ver o projeto ESRC/AHRC Global Uncertainties sobre ‘The Challenges to Trust-Building in Nuclear Worlds’. <http://www.birmingham.ac.uk/research/activity/conflict-cooperation-security/index.aspx>

pesquisa sobre a trajetória nuclear do Brasil e da Argentina na FGV, um projeto cujo objetivo é identificar e selecionar documentos em arquivos públicos e privados, realizar entrevistas de história oral e produzir novas teses, dissertações e livros sobre o assunto (Mallea 2012, Moraes 2014, Patti 2012, Patti 2014 e Livreto COH 2012).²

Os preparativos da conferência incluíram as seguintes etapas. Primeiro, a equipe de pesquisa preparou revisões de literatura para estabelecer os parâmetros da entrevista coletiva. Na sequência, trabalhou-se na seleção de materiais nos arquivos listados a seguir: Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (Argentina), Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (Brasil), National Archives and Records Administration (Estados Unidos) e The National Archives (Estados Unidos). Além disso, a equipe consultou coleções privadas de indivíduos identificados ao longo do trabalho.

Nossa equipe produziu um livreto com os documentos selecionados que formaram a base da conferência (Livreto COH 2012). A seleção desses documentos foi feita com vistas a caracterizar a postura dos negociadores argentinos e brasileiros à época dos acontecimentos em questão. O livreto inclui artigos de jornal pertinentes e uma cronologia detalhada de eventos, perfazendo quase 200 páginas que podem ser acessadas em formato eletrônico [aqui](#).

Durante os meses anteriores à conferência, entrevistamos todas as pessoas que encontramos dispostas a falar sobre as origens da aproximação nuclear do Brasil e da Argentina. Feitas em Brasília, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Washington, essas entrevistas preliminares nos permitiram desenvolver interpretações provisórias a ser testadas durante o encontro coletivo que aconteceria meses depois no Rio de Janeiro. Foi esse processo que nos permitiu montar uma lista de participantes potenciais e, em seguida, fazer o convite a nove pessoas, cuja relevância histórica era alta e cujo perfil facilitaria a condução de um debate animado. Todos os convidados aceitaram participar da empreitada, embora duas pessoas cancelassem a participação na última hora por motivos pessoais inesperados.

A edição da entrevista aqui apresentada foi minimalista, limitando-se a tirar repetições, melhorar estruturas frasais típicas da linguagem oral e tornar uma conversação viva entre uma dúzia de

2. Para uma coleção de dossiês eletrônicos da equipe da FGV, ver <http://www.wilsoncenter.org/publication-series/npihp-research-updates>

participantes em um texto legível. Apagamos da transcrição referências aos procedimentos práticos do encontro, como as pausas para café e refeições. Em algumas ocasiões, adicionamos datas, nomes e lugares ao texto para facilitar a leitura.

A conferência do Rio de Janeiro foi realizada em três idiomas – Espanhol, Inglês e Português – e é assim que chega agora ao público leitor (em três livros eletrônicos diferentes). No processo de tradução, tentamos ser fiéis não apenas àquilo que os participantes disseram, mas à forma como o disseram. As sessões foram gravadas e filmadas, produzindo um material que, esperamos, poderá ser utilizado futuramente por outros especialistas interessados em replicar a metodologia COH.

Esse método de pesquisa demanda alguns cuidados especiais. É comum, em uma entrevista de história oral com atores políticos, encontrar depoentes que enunciam suas respectivas narrativas de olho naquilo que julgam ser ou gostariam que fosse seu legado histórico. Não foi diferente desta vez. Desse modo, nossa equipe de pesquisa ficou atenta à prática da ‘reconstrução estratégica’, quando eventos passados são apresentados de forma enviesada, com vistas a produzir conclusões positivas a respeito do presente ou do futuro de quem narra a história. A forma de mitigar os efeitos negativos dessa tendência comum à história oral é explorar ao máximo as diferenças entre os participantes, desafiar suas interpretações sobre eventos históricos específicos e, sempre que possível, pedir aos depoentes que comentem em detalhe a documentação histórica disponível. Neste caso específico, vale notar que, antes do encontro, nenhum dos participantes tivera a oportunidade de refletir sistematicamente sobre as origens da cooperação nuclear entre Argentina e Brasil. Isso vale inclusive para Oscar Camilión e Luiz Felipe Lampreia, os dois participantes da conferência com livros de memória publicados (Camilión 1999 e Lampreia 2009).

Nossa abordagem em relação às técnicas de entrevista foi pragmática. Na medida do possível, testamos argumentos conflitantes e instigamos cada participante a oferecer evidências para sustentar seu relato. Também fizemos perguntas contra-factuais, como: ‘Qual teria sido o efeito de uma decisão alternativa à decisão que foi efetivamente tomada em determinado momento histórico?’ Sempre que encontramos resistências aos nossos questionamentos, insistimos, perguntando a mesma coisa de modo indireto. Fizemos numerosas perguntas de seguimento às respostas iniciais dos depoentes e, como regra geral, baseamos o roteiro de perguntas nos documentos selecionados, que os convidados haviam tido chance de ler antes do encontro.

O maior obstáculo metodológico que encontramos foi a tendência dos participantes a reconstruir o passado no sentido de argumentar que o processo de cooperação teria sido natural e progressivo, com níveis de aproximação sempre mais intensos. Os documentos mostram que esse não foi esse o caso. Pelo contrário, o resultado da cooperação não foi óbvio nem natural, muito menos progressivo. A história foi marcada por percalços, recuos e hesitação.

É fácil entender por que os depoentes tendem a reconstruir estrategicamente o passado. Ao apresentar a evolução da cooperação em tom positivo, eles ajudam a defendê-la e validá-la diante daqueles atores que, ontem e hoje, a viam com reservas. Além disso, a reconstrução do processo com ênfase na ideia de união entre as partes ajuda funcionários de um e outro governo a cerrar fileiras contra as críticas recorrentes no ocidente segundo as quais Brasil e a Argentina não teriam aderido plenamente ao global de não-proliferação até os dias de hoje. Para contrabalançar essa tendência, o grupo de acadêmicos adotou o papel de ‘advogados do diabo’, fazendo intervenções pontuais durante o encontro para sofisticar a conversa.

Uma preocupação recorrente de nossa equipe de pesquisa durante os três dias da reunião foi a de criar espaços para a informalidade entre os participantes, com vistas a facilitar o diálogo entre eles. Com esse fim, introduzimos longas pausas para cafés, almoços e jantares informais. Matias Spektor, atuando como moderador, comunicou-se com cada participante em seu respectivo idioma. Como responsável por iniciar as conversas em cada sessão e insistir com suas perguntas até obter respostas satisfatórias do grupo de depoentes, ele foi obrigado a improvisar. Para isso, a equipe de pesquisa esteve conectada, durante todo o encontro, por meio de um programa de mensagens eletrônicas. À medida que os depoentes falavam, a equipe sugeriu novas perguntas ao moderador, chamando sua atenção para contradições na narrativa dos participantes e, de modo geral, ajudando-o a conduzir uma conversa produtiva. Os professores Wheeler e Hurrell também fizeram perguntas ao longo da conferência, atuando como provocadores. John Tirman e Tim McDonnell deram diversas sugestões à equipe de pesquisa durante os intervalos e refeições.

Os participantes falaram em suas línguas originais, mesmo quando possuíam conhecimento dos outros idiomas de trabalho. Uma equipe de intérpretes esteve presente ao longo de toda a conferência, mas ausente nos intervalos e refeições.

Luiz Felipe Lampreia esteve presente nas sessões 1, 2 e 5. Rubens Ricupero esteve presente nas sessões 2 e 3. Sebastião do Rego Barros participou das sessões 1,2,3 e 5. Oscar Camilión, Luiz Augusto Castro Neves, Roberto Ornstein e Adolfo Saracho participaram de todas as sessões assim como foi o caso do time de pesquisa, Andrew Hurrell, John Tirman, Nicholas Wheeler e Matias Spektor. Oscar Camilión participou por vídeo-conferência desde Buenos Aires.

Este livro está organizado da seguinte maneira. Uma introdução escrita por Rodrigo Mallea e Matias Spektor sintetiza a história por trás da aproximação nuclear entre os dois países. Em seguida, um capítulo conceitual assinado por Matias Spektor, Nicholas Wheeler e Dani Nedal oferece uma interpretação das áreas-chave da entrevista transcrita.

Na seção seguinte, apresenta-se a transcrição completa da entrevista em cinco painéis. O Painel I abrange o período de 1967 a 1979, quando a disputa pelo uso do rio Paraná definiu os termos da relação nuclear entre Argentina e Brasil. Aborda-se também a decisão de ambos os países de desenvolver programas parcialmente secretos e livre de salvaguardas para o enriquecimento e reprocessamento de urânio.

O Painel II trata do período de 1979 a 1983, quando a disputa sobre o uso das águas é resolvida, a Argentina inicia uma guerra contra Grã-Bretanha e anuncia sua capacidade de enriquecer urânio na usina de Pilcaniyeu. Conta-se ainda como e por que Argentina e Brasil estabeleceram relações comerciais de bens e serviços nucleares com China, Iraque, Líbia e União Soviética.

O Painel III concentra-se no período de 1983 a 1985. A ênfase da conversa entre os depoentes recai na relação pessoal entre os presidentes Figueiredo e Alfonsín e na tentativa, por parte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de desenvolver um acordo conjunto de renúncia às chamadas ‘explosões nucleares pacíficas’. Este painel também lida com a ascensão política e a morte súbita de Tancredo Neves e a chegada ao poder de seu sucessor, José Sarney. Lida-se ainda com a proposta argentina de um sistema bilateral de controles nucleares mútuos.

O Painel IV abrange o período de 1985 a 1988. A discussão explora a relação pessoal entre os presidentes Alfonsín e Sarney. O leitor encontrará relatos de desconfiança mútua em relação a Pilcaniyeu e aos buracos na Serra do Cachimbo, no Brasil. Explica-se por que a Argentina ofereceu a abertura unilateral de suas instalações nucleares a representantes do governo brasileiro, e por que o Brasil

respondeu de forma recíproca. Os depoentes ainda discutem o anúncio brasileiro de enriquecimento de urânio.

O Painel V encerra a transcrição da conferência com o foco no período de 1988 a 1991. Estuda-se a passagem de poder da dupla Alfonsín-Sarney para Carlos Menem e Fernando Collor, tendo como plano de fundo o fim da Guerra Fria. Os depoentes discutem a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Ao fim do livro, encontram-se a cronologia dos principais eventos da cooperação nuclear bilateral e a lista das principais publicações existentes sobre o tema.

PLANTA NUCLEAR DE PILCANIYEU, ARGENTINA



Introdução

Rodrigo Mallea e Matias Spektor

É fácil esquecer o impacto da cooperação nuclear argentino-brasileira nas relações internacionais da América do Sul. Parece ter ficado no passado distante a possibilidade de o Cone Sul assistir a uma corrida nuclear. Na década de 1970, porém, ninguém imaginava o Brasil e a Argentina convivendo em uma ‘comunidade de segurança’, onde uma escalada militar com risco de guerra é inconcebível. Quando as autoridades em Brasília e Buenos Aires começaram a explorar ideias de cooperação nuclear, o vento soprava contra qualquer tipo de associação. Afinal, elas eram duas potências regionais cuja rivalidade diplomática se traduzia, havia anos, em competição tecnológica no campo atômico. O fato de ambos os países apostarem no desenvolvimento de tecnologias sensíveis como o enriquecimento de urânio e reprocessamento ou a construção de mísseis tornava a perspectiva de cooperação ainda menos plausível.

A cooperação nuclear argentino-brasileira também era improvável por outras razões. A doutrina de segurança nacional de cada país identificava o outro como ameaça potencial, e ambas as corporações militares tinham planos de contingência para um eventual conflito armado entre si. Esse clima era intensificado pelo sigilo das atividades nucleares de cada lado e pela suspeição, comum na comunidade internacional da época, a respeito das intenções futuras de ambos os países

em matéria nuclear. O contato diplomático de alto nível era escasso, sem comissões temáticas ou grupos de trabalho conjuntos. A interdependência social era baixa, o comércio era modesto e os encontros entre chefes de Estado, raros. Não surpreende que observadores internacionais, inclusive a CIA, estimassem a possibilidade de as partes desenvolverem um ‘dilema de segurança’, dinâmica pela qual a aquisição de capacidades tecnológicas em um país levaria o outro a acelerar seu próprio desenvolvimento, gerando uma escalada com sérias ramificações geopolíticas. À época, esse medo era recorrente tanto em Brasília quanto em Buenos Aires (Livreto COH 2012).

A partir da década de 1980, porém, um inusitado processo de cooperação nuclear revolucionou a relação bilateral. Os dois governos impuseram limites antes inexistentes a seus respectivos programas nucleares e reescreveram suas doutrinas de segurança nacional, transformando o vizinho em parceiro. Criaram-se mecanismos formais para a geração de confiança mútua, como foi o caso das ‘inspeções cruzadas’, método pelo qual inspetores de um país avaliam as instalações nucleares do outro. As duas diplomacias também iniciaram um processo de coordenação das políticas nacionais de não-proliferação e desarmamento em foros multilaterais, aproveitando suas ressalvas comuns, à época, ao Tratado de Tlateloco (1967) e ao Tratado de

Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP, 1968). Essa dinâmica transformou o ambiente regional na América do Sul como um todo, abrindo o caminho para comércio mais livre e para a consolidação dos regimes democráticos. Poucos anos depois, Brasil e Argentina dariam início a exercícios militares conjuntos, iniciativa até então inimaginável. Atraídos pelo novo eixo argentino-brasileiro, outros países sul-americanos, como Paraguai e Uruguai, também avançariam em direção a níveis de integração regional antes inexistentes.

No entanto, a evolução do relacionamento argentino-brasileiro na área nuclear não fluiu de maneira desimpedida ou óbvia. Em ambas as capitais, houve doses de desconfiança mútua ao longo de todo o processo. Isso ocorreu porque havia vozes para as quais o desenvolvimento tecnológico do vizinho poderia extrapolar o campo das atividades estritamente pacíficas. Assim, o arrefecimento das desconfianças foi lento, marcado por reveses e produto da disposição de lideranças políticas em ambos os países de assumir riscos.

Este livro ajuda a explicar as origens da cooperação nuclear e sua evolução. O panorama que surge desta conferência de História Oral Crítica ressalta os aspectos geopolíticos, econômicos, normativos e de política interna por trás da história da cooperação nuclear argentino-brasileira. O resultado é rico o bastante para não ser facilmente enquadrado em uma única narrativa, teoria ou conjunto de conceitos. O resto desta introdução apresenta temas-chave que merecem destaque.

As primeiras conversas entre funcionários argentinos

e brasileiros a respeito da possibilidade de cooperação bilateral no campo nuclear teve início na década de 1960. Passaram mais de dez anos, porém, até que o assunto ganhasse impulso decisivo. Apenas em finais da década de 1970 um grupo de indivíduos viabilizou a adoção de compromissos formais conjuntos na matéria.

É importante notar que esse processo teve início antes da redemocratização. A cooperação nuclear argentino-brasileira é um caso de reconciliação entre dois rivais governados por regimes autoritários que talharam iniciativas diplomáticas para gerar mais aproximação bilateral antes mesmo de suas sociedades desenvolverem interdependência social e econômica, e antes de assistirem ao retorno de governos civis e eleitos pelo voto popular. Foram os regimes militares, com iniciativas discretas, porém decididas, que deram os passos iniciais em direção a uma ‘paz estável’ entre os dois principais países da região (Reiss 1995, Redick 1996, Carasales 1997, Barletta 1999, Fabbri 2005, Mallea 2012).

Chama a atenção que a cooperação nuclear deslanchasse no momento em que o ambiente de segurança sul-americano parecia estar em franca deterioração. Afinal, quando decidiram cooperar, ambos os países trabalhavam com afinco para desenvolver tecnologias de enriquecimento de urânio e reprocessamento, e construir mísseis de médio e longo alcance. A imprensa internacional da época noticiava o caráter possivelmente bélico dos respectivos programas nucleares, e agências de inteligência mundo afora consideravam o Brasil e a Argentina como países propensos a avançar na criação de programas de armas atômicas (Livreto

COH 2012).

Além disso, Argentina e Brasil travavam uma batalha feroz pelo direito ao uso de rios internacionais para projetos de infraestrutura na bacia do Prata. O conflito arrastava-se desde a década de 1960, mas ganhou intensidade em 1973, quando o Brasil prosseguiu com seus planos de construção da usina hidroelétrica de Itaipu, no rio Paraná, sem consulta prévia à Argentina, país ribeirinho. O embate contaminou o ambiente bilateral e produziu fricção constante entre as delegações dos dois países nas Nações Unidas e em foros regionais. Até 1979, quando as partes encontraram uma solução, a disputa foi um empecilho à formalização de uma política de parceria entre os dois países. Superada a crise, o primeiro acordo nuclear bilateral foi celebrado em menos de um ano (1980). Tal resultado somente foi possível porque, embora tímidas, as conversas de bastidor a respeito da aproximação bilateral no campo nuclear ocorriam havia anos.

As origens da cooperação nuclear tiveram diversas causas. Durante esta conferência de História Oral Crítica, os depoentes enfatizaram, em primeiro lugar, fatores geoestratégicos. Tal visão é consolidada na literatura existente sobre o assunto. Segundo essa interpretação, Argentina e Brasil teriam iniciado a cooperação nuclear devido a suas respectivas fragilidades no sistema internacional. No caso argentino, os problemas externos eram numerosos e em muito excediam os eventuais riscos da competição com o Brasil. Em fins de 1978, por exemplo, a Argentina quase iniciou uma guerra contra o Chile. Desistindo da empreitada após uma intervenção papal, o governo em Buenos Aires voltou suas atenções para as ilhas Malvinas, que

foram ocupadas por tropas argentinas em 1982 e levaram a um conflito armado com o Reino Unido, no qual a Argentina foi derrotada. A Argentina da época ainda padecia de uma profunda crise econômica e seu governo era acusado por países ocidentais de ter perpetrado atrocidades contra sua população. Nesse contexto de fraqueza relativa, a Argentina teria optado por impedir um acirramento das tensões com o Brasil, perseguindo com o vizinho algum tipo de cooperação no campo nuclear (Kupchan 2010).

Menos conhecida, embora não menos importante, era a sensação de fraqueza relativa do lado brasileiro (Albright e O'Neill 1996). Segundo essa interpretação, os generais brasileiros também sentiam que sua capacidade de controlar o processo político nacional declinava com celeridade, ao passo que o sistema internacional se tornava cada vez mais hostil ao regime militar. A situação econômica era péssima e a inflação crescia com descontrole da dívida externa e aumento da desigualdade de renda. As autoridades em Brasília eram incapazes de conter a crise e tinham dificuldade crescente para manter as rédeas do poder. A chegada de Raúl Alfonsín à Casa Rosada pelo voto direto e com um mandato para processar os líderes do regime argentino também assustava. Por fim, o regime brasileiro ainda temia o avanço do presidente americano Ronald Reagan, cuja estratégia internacional encerrava o diálogo Norte-Sul em temas de comércio e desenvolvimento, lançava novas intervenções militares no Caribe e na América Central e patrocinava o recrudescimento da Guerra Fria, além de acelerar a desregulação econômica que alimentava uma crescente globalização econômico-financeira.

Os programas nucleares argentino e brasileiro foram profundamente afetados por esse contexto. Os orçamentos dedicados ao desenvolvimento atômico, antes vastos, escassearam. Sarney e Alfonsín desafiaram suas respectivas industriais nucleares com profundos cortes orçamentários. Para expoentes da nova geração que chegava ao poder, o investimento em infraestrutura nuclear era um capricho dos militares que estavam de saída com a reputação maculada. Além de caros, tais programas de industrialização forçada tinham utilidade duvidosa e despertavam toda sorte de incerteza na comunidade internacional. Tudo ficou mais difícil depois do acidente nuclear de Chernobil (1986), que desatou uma reação global contra a energia nuclear e foi seguido, no Brasil, pelo acidente radiológico do Césio-137 em Goiânia (1987) e por revelações, naquele mesmo ano, sobre a existência de poços para a suposta condução de testes nucleares na Serra do Cachimbo. No fim da década de 1980, as bases políticas para defender o investimento em energia nuclear na América do Sul estavam fragilizadas.

Outro fator por trás do início da cooperação nuclear foi a política de não-proliferação nuclear do governo dos Estados Unidos. Desde meados da década de 1970, tal política voltara-se à negação de acesso à tecnologia por parte de países em desenvolvimento. Em Brasília e Buenos Aires, diplomatas e funcionários do setor nuclear passaram a enxergar a diplomacia americana como empecilho e ameaça direta a seus respectivos programas nacionais (Hymans 2006, Spektor 2009, Patti 2011, Mallea 2012). Em vez de recuar diante da pressão, porém, os regimes militares argentino e brasileiro avançaram com seus planos originais. Esse foi o caso em seguida à aprovação do *US Nuclear*

Non Proliferation Act (1978), que bloqueava transferências de tecnologia para países cujos programas nucleares não contavam com acordos internacionais de salvaguardas nem com as amarras impostas pelo TNP ou pelas salvaguardas abrangentes, como era o caso argentino-brasileiro. Em 1979, Argentina e Brasil intensificaram seus esforços para enriquecer urânio, mesmo que isso significasse conduzir experimentos longe do escrutínio público e no mais estrito segredo.

Assim, fortalecia-se a crítica conjunta ao regime global de não-proliferação, que as autoridades argentino-brasileiras consideravam igualmente intrusivo, discriminatório e corrosivo da soberania nacional. A sensação de fragilidade diante de um regime global cada vez mais hostil provou ser mais poderosa em cada país do que eventuais preocupações a respeito do desenvolvimento nuclear do outro. À medida que a década de 1980 avançava, as suspeitas mútuas não desapareciam, mas perdiam espaço diante uma preocupação comum sobre possíveis sanções impostas pelos americanos. Essa percepção facilitou o início de um tipo de coesão que seria importante para viabilizar o projeto de cooperação nuclear.

Vale notar aqui um fator, antes desconhecido, que veio à tona durante os meses de pesquisa que realizamos nos arquivos históricos. A primeira proposta de um programa de inspeções nucleares mútuas foi apresentada aos governos argentino e brasileiro pelo deputado americano Paul Findley do partido Republicano de Illinois. Em agosto de 1977, Findley visitou Buenos Aires e Brasília para apresentar sua ideia. Tal programa, dizia, reduziria as suspeitas americanas a respeito dos programas nucleares de cada país (Mallea

2012). O objeto da missão Findley foi publicado pelo jornal *Washington Post* em setembro de 1977, e o deputado aproveitou a publicidade para levar o assunto em pessoa ao general Rafael Videla da Argentina e ao vice-presidente do Brasil, Adalberto Pereira dos Santos. Embora a proposta de Findley fosse rechaçada de imediato pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, encontrou alguma simpatia do lado argentino, onde havia interesse em identificar novos pontos de partida para uma relação bilateral que, à época, estava deteriorada. Nos anos seguintes, a diplomacia argentina tentaria em diversas ocasiões convencer a brasileira da utilidade de um sistema de inspeções mútuas (Livreto COH 2012). A proposta de Findley também encontrou boa recepção em partes do governo dos Estados Unidos, especialmente depois de que a CIA se convenceu da inexistência de programas de armas nucleares no Cone Sul. No início da década de 1980, a diplomacia americana já defendia abertamente o aumento da cooperação nuclear argentino-brasileira como uma política de resseguro para dois países que continuavam fora do TNP e longe de acordos internacionais de salvaguardas abrangentes. Isso explica por que o governo americano apoiou e financiou o treinamento conjunto de especialistas argentinos e brasileiros em contabilidade, verificação, proteção física e monitoramento de material nuclear (Leventhal y Tanzer 1992, Doyle 1999).

Outra fator que contribuiu para o início da cooperação argentino-brasileira no campo atômico foi a evolução da política interna em ambos os países. Os depoentes deste exercício enfatizaram a relevância do embate político doméstico uma e outra vez. O primeiro grupo de atores relevantes são os militares. Conforme indi-

cado acima, foram os generais que iniciaram as conversações bilaterais em matéria nuclear. Em geral, as corporações militares em cada país simpatizavam com as prioridades de suas congêneres do outro lado da fronteira diante do regime internacional de não-proliferação nuclear. Os generais podiam suspeitar das ambições do vizinho, mas nunca se sentiram ameaçados a ponto de desencadear uma escalada competitiva com conotações militares. No entanto, esse processo não foi homogêneo, já que havia vozes em ambos os lados operando contra o processo de aproximação. Como os documentos selecionados no Livreto COH 2012 revelam, alguns militares tinham dúvidas sobre o outro lado e, às vezes, grupos específicos utilizavam essas supostas dúvidas de modo instrumental para pedir maiores orçamentos para a área nuclear. A postura relativamente relaxada dos militares a respeito da aproximação bilateral no campo nuclear foi possível, em parte, porque Alfonsín e Sarney fizeram questão de comunicar um ao outro, por meio de enviados especiais, notícias sobre a aquisição de tecnologia de enriquecimento de urânio antes de fazer comunicados públicos (ver próximo capítulo). Nesse processo, Itamaraty e Palácio San Martín construíram uma linguagem nova sobre interesses compartilhados e confiança mútua que terminaria moldando seu comportamento nas negociações multilaterais em Viena e Nova York, no sentido de mais cooperação. Em 1984, por exemplo, o diplomata brasileiro Roberto Abdenur sondou seus pares argentinos de modo não-oficial sobre a viabilidade de uma declaração conjunta de renúncia simultânea às chamadas ‘Explosões Nucleares Pacíficas’, que a doutrina de ambos os países ainda tratava como legais e legítimas. A Argentina concordou com a iniciativa brasileira, mas o Itamaraty viu-se forçado

a retirar a proposta quando percebeu ser impossível angariar apoio de outros atores relevantes em Brasília. Outras iniciativas como essa apareceram uma e outra vez. A documentação hoje disponível para a pesquisa revela o grau em que o chanceler argentino Dante Caputo e sua equipe na recém-criada Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação (DIGAN) cumpriram a função crucial de insistir em cooperação e transparência mútua apesar da relutância recorrente do lado brasileiro, inclusive em setores do próprio Itamaraty.

Também foi significativo o papel dos profissionais de ambos os setores nucleares – os cientistas, técnicos e gerentes das respectivas indústrias nucleares e de seus órgãos regulatórios. Os primeiros intercâmbios técnicos, iniciados em 1977, facilitaram o início de laços interpessoais que viriam a se desenvolver ao longo dos anos. Alguns cientistas argentinos já conheciam suas contrapartes brasileiras da época de estudos de doutorado ou pós-doutorado na Europa e nos Estados Unidos, além das principais conferências internacionais dedicadas à ciência nuclear. Tais relações de cunho pessoal ganharam força a partir de 1978, quando a Alemanha Ocidental suspendeu seus planos originais de venda de tecnologia de enriquecimento e reprocessamento de urânio ao Brasil, por pressão americana. Os profissionais argentinos identificaram-se com os colegas brasileiros, pois a Argentina também estava envolvida em uma disputa contra os Estados Unidos sobre o direito de compra de um reator nuclear e de uma instalação de produção de água pesada da Suíça. Os profissionais argentinos ressentiam-se igualmente das dificuldades impostas pelos americanos à aquisição de urânio levemente enriquecido para alimentar

o reator nuclear que a Argentina construía e vendia ao Peru. Técnicos, cientistas e profissionais da área nuclear desenvolveram empatia mútua em vez de alimentar a rivalidade ou a inimizade, um processo que pode ter estimulado o aparecimento de uma incipiente comunidade epistêmica binacional (Alcañiz 2004, Fabbri 2005, Redick e Wrobel 2006, Kutchesfahani 2010 e Hymans 2014). Nesse sentido, a política de não-proliferação americana cumpriu um papel (não-intencional) positivo de facilitação da cooperação nuclear argentino-brasileira. Com o tempo, tais laços entre profissionais do setor nuclear de ambas as partes facilitaram o aparecimento de ideias de desenvolvimento conjunto de projetos industriais na área nuclear, como o uso de engenharia brasileira no reator argentino Atucha II.

Nenhum ator foi mais relevante para a evolução da cooperação nuclear, porém, que a instituição da presidência em cada um dos países. Alfonsín foi crucial porque, a partir de dezembro de 1983, quando assumiu o governo, instrumentalizou sua relação com o Brasil em dois registros complementares. Primeiro, utilizou o relacionamento com o Brasil com vistas a restaurar a posição internacional de seu país, recém-saído de um regime autoritário ineficaz na gestão da economia, atroz na repressão e derrotado no campo de batalha contra o Reino Unido. Segundo, Alfonsín concebeu a relação com o Brasil como uma forma de adquirir prestígio, um atributo intangível que poderia ser útil para lidar com as sucessivas crises de autoridade que enfrentou. Sarney foi central à história contada nesta conferência por outros motivos. Antes dele, o general João Baptista Figueiredo avançara em direção a uma aproximação bilateral no campo nucle-

ar de modo apenas tentativo. Além das apreensões recorrentes em boa parte do regime brasileiro, havia no Palácio do Planalto uma postura cautelosa em relação ao ritmo e escopo da transição política conduzida por Alfonsín na Argentina. Quando Tancredo Neves foi eleito pelo parlamento para presidir a transição brasileira no início de 1985, as perspectivas de um eventual engajamento com os argentinos eram limitadas. Afinal, Tancredo tinha pouca ou nenhuma inclinação para enxergar no país vizinho um aliado relevante nessa nova fase do sistema político brasileiro. Ao contrário, como revela esta conferência, Tancredo nutria dúvidas genuínas a respeito das ambições nucleares do governo em Buenos Aires. A postura de Alfonsín em relação a Figueiredo e Tancredo foi idêntica: ele intensificou as propostas de aproximação bilateral.

Foi essa postura que o presidente argentino manteve após a ascensão de José Sarney. Em maio de 1985, o governo Alfonsín propôs a Brasília a criação de um incipiente sistema de salvaguardas nucleares bilaterais. Similar à proposta de Findley de 1977, o esquema era concebido como uma alternativa à pressão ocidental por um acordo de salvaguardas para as atividades nucleares de Argentina e Brasil, sob a égide da agência atômica internacional, com sede em Viena. No primeiro momento, Sarney rechaçou os termos da proposta, mas aceitou criar um grupo de trabalho com o objetivo de discutir assunto. A partir daí, a cooperação nuclear ganhou celeridade. Em novembro de 1985, quando os dois presidentes se encontraram pela primeira vez, declararam que seus programas nucleares serviam apenas para fins pacíficos e deslançaram uma verdadeira profusão de iniciativas conjuntas. Menos de dois anos depois, deram início a um ambicioso

processo de declarações presidenciais sobre cooperação nuclear (Wrobel 1999). Alfonsín convidou Sarney para visitar a instalação argentina de Pilcaniyeu, onde se enriquecia urânio, encontro no qual os presidentes concordaram em aumentar a transparência dos respectivos programas. Sarney reciprocou o gesto do colega e, em abril de 1988, Alfonsín visitou a instalação de enriquecimento de urânio de Iperó, transformando o grupo de trabalho conjunto sobre o tema nuclear em uma comissão permanente. Em novembro de 1988, Sarney visitou a instalação de reprocessamento de Ezeiza, próxima a Buenos Aires. Essas iniciativas presidenciais estabeleceram objetivos e um cronograma para a cooperação, dando à aproximação um sentido de urgência que antes lhe faltara. Essas ações geraram apoio público à cooperação nuclear entre os dois países e ainda serviram como sinal à comunidade internacional de que Brasil e Argentina aceitariam uma dose um pouco maior de transparência em suas respectivas políticas nucleares.

É plausível imaginar que, caso vivesse, Tancredo avançasse menos ou não tão rapidamente que Sarney na agenda de aproximação bilateral defendida por Alfonsín. Para além de sua desconfiança em relação ao vizinho, típica dos políticos de sua geração, Tancredo não teria sentido a mesma necessidade de Sarney de instrumentalizar a política externa como alavanca para fortalecer sua posição interna. Afinal, Tancredo recebera um mandato inequívoco do parlamento. Sarney, que chegara ao governo sem o mesmo manto de legitimidade e em dívida junto ao grupo militar que lhe garantiu a posse, encontrava na área internacional um ambiente quiçá útil para a construção de autoridade. Dessa forma, esta conferência ajuda a qualificar

o argumento segundo o qual a aproximação nuclear teria sido uma tentativa argentina de acomodação diante de sua crescente fragilidade geopolítica diante do Brasil (Kupchan 2010: 122-132). Embora as circunstâncias argentinas fossem dramáticas, a história do governo Sarney é uma de dificuldades econômicas profundas, limites estreitos à capacidade presidencial de conduzir a transição, resistência militar ao avanço da autoridade civil e relativo atraso tecnológico no campo nuclear.

Alfonsín entendia a dinâmica interna brasileira e sabia que Sarney encontraria dificuldades para avançar no ritmo proposto pela Casa Rosada. Os militares brasileiros não haviam perdido uma guerra e, portanto, retinham mais poder e autoridade que suas contrapartes argentinas. Sarney chegara ao poder pelo acaso, sem a costura política envolvida na escolha de seu cabeça de chapa. Diante dessas circunstâncias, Alfonsín adotou uma estratégia que combinava ‘paciência estratégica’ com pressão constante sobre o Brasil, pedindo sempre níveis mais profundos de cooperação e transparência mútua, mesmo quando as autoridades de Buenos Aires soubessem que Brasília responderia com uma negativa. Sarney lidou com o tema de forma pragmática. Desde o início, ele aproveitou as propostas argentinas para firmar sua autoridade diante da corporação militar, onde os grupos cujo poder era mais ameaçado pelo presidente civil tentaram transformar a política nuclear em campo de batalha, vazando informações secretas sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento ou declarando o programa nuclear argentino ser uma ameaça aos interesses brasileiros. O que chama a atenção na relação entre Sarney e Alfonsín é como ambos entenderam as circunstâncias um do outro. À época,

sua relação pessoal não era de amizade próxima, e a diferença linguística provou ser uma barreira de difícil transposição. Mas durante seus encontros face a face, os presidentes estabeleceram uma conexão emocional que lhes permitiu construir empatia e confiança pessoal, com vastas consequências positivas para a relação entre os dois países. Por esse motivo, Alfonsín e Sarney merecem lugar de destaque no processo de aproximação nuclear, fato que deveria ajudar a nova historiografia sobre o tema a reequilibrar as narrativas que põem a ênfase da aproximação no período de Carlos Menem e Fernando Collor de Mello (por exemplo, Carasales 1997 e Solingen 1994).

Quando argentinos e brasileiros foram às urnas, em 1989, o debate sobre as opções nucleares de ambos os países foi emoldurado em termos econômicos. Carlos Menem e Fernando Collor de Mello ganharam as eleições com a promessa de controlar a inflação e recuperar o crescimento. Esse foi o prisma pelo qual ambos interpretaram a questão nuclear (Solvingen 1994). Assim, embora a eleição dos novos presidentes levasse observadores estrangeiros a temer uma retração da cooperação argentino-brasileira em matéria nuclear (Kessler 1989, Albright 1989), em novembro de 1990, Menem e Collor deram um passo adiante na cooperação, estabelecendo um sistema comum de contabilidade e controles. Poucos meses depois, eles fundaram a Agência Argentino-Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), o organismo dedicado a conduzir as inspeções mútuas. Por sua vez, os dois países, junto com a ABACC, assinaram um acordo de salvaguardas com a agência atômica internacional e, em 1994, aderiram plenamente ao Tratado de Tlateloco, que estabelece a América

Latina como zona livre de armas nucleares. Em 1995 e 1998, Argentina e Brasil aderiram ao TNP, respectivamente.

No entanto, o desenvolvimento desse modelo inédito de controles mútuos não deve levar o leitor a acreditar na evolução natural e progressiva entre as duas partes. Embora a cooperação nuclear tenha hoje raízes profundas, ainda há recorrentes suspeitas, recriminações e percepções trucadas de lado a lado. Se este livro traz uma mensagem positiva em relação ao futuro é a de que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, as autoridades desses dois países evitaram choques frontais e mantiveram sob rédea curta o ímpeto à competição no campo nuclear. É plausível imaginar trajetórias históricas menos positivas do que essa.

O que segue é um exame mais detalhado das conjunturas críticas que poderiam ter transformado o relacionamento entre os dois países em um ‘dilema de segurança’, mas que, graças à diplomacia paciente de ambas as partes, tiveram um desfecho cooperativo.

Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos

Matias Spektor, Nicholas J. Wheeler e Dani Nedal

A historiografia existente sobre as relações argentino-brasileiras no campo nuclear pode ser dividida em duas grandes correntes. A primeira argumenta que, até finais da década de 1970, os dois governos tinham preocupações genuínas a respeito das intenções nucleares um do outro, criando o risco de uma escalada capaz de levar ao desenvolvimento de explosivos nucleares (Spektor e Smith 1990, Resende-Santos 2002, Kupchan 2010). Nesse sentido, o elemento fascinante do caso argentino-brasileiro seria o fato de nunca ter ocorrido entre eles o acirramento de hostilidades típico de um ‘dilema de segurança’, onde a aquisição de capacidades tecnológicas ou militares de um país produz medo no outro, que responde com a aquisição de capacidades próprias, formando uma espiral (Jervis 1976, Booth e Wheeler 2008, Wheeler 2013). Ao contrário, na história argentino-brasileira, a rivalidade regional transformou-se em uma incipiente ‘comunidade de segurança’ com boa dose de cooperação em matéria nuclear (Hurrell 1998). Uma segunda escola de pensamento, porém, questiona as premissas da primeira, argumentando que nenhum dos dois países possuía, à época, um programa crível na área de armas nucleares ou proliferação de tecnologias sensíveis em esca-

la industrial a ponto de sequer criar as condições para uma escalada. Segundo esta segunda visão, a relação argentino-brasileira tampouco tinha o elemento de inimizade típico das relações nucleares entre, por exemplo, Índia e Paquistão. Pelo contrário, havia forças poderosas pressionando por mais aproximação. Afinal, Argentina e Brasil viam a política de não-proliferação dos Estados Unidos com uma hostilidade comum, o que lhes permitiu desenvolver empatia mútua e posições compartilhadas (Barletta 1999, Carasales 1997, Wrobel 1999, Hymans 2006, Mallea 2012, Hurtado 2014, Hymans 2014). Some-se a isso o fato de ambos os países estarem transitando para um modelo de democracia com economia de mercado (Solingen 1994, Reiss 1995, Redick 1995, Doyle 2008).

Esta conferência ajudou a dirimir a disputa entre essas duas linhas interpretativas. A conclusão que emerge da transcrição abaixo é clara: em que pesem as suspeitas mútuas e a existência, no Brasil, de grupos que defendiam abertamente a necessidade de o país desenvolver um programa para a construção de explosivos nucleares, a relação nuclear entre os dois países nunca chegou a uma

situação pré-‘dilema de segurança’. A entrevista transcrita abaixo também fortalece a tese segundo a qual os Estados Unidos tiveram um papel crucial no processo de aproximação argentino-brasileira, já que os países se uniram para resistir a nova política americana de não-proliferação. Além disso, Washington apoiou com recursos políticos e materiais a criação de um sistema argentino-brasileiro de inspeções nucleares. Finalmente, esta conferência confirma a visão de acadêmicos como John Redick, Charles Kupchan, Mitchell Reiss, Claudia Fabbri, James Doyle, Isabella Alcañiz, Sara Kutchesfahani e Rodrigo Mallea, para os quais as origens da cooperação nuclear entre Argentina e Brasil precedem o processo de transição para a democracia.

Este capítulo analisa os momentos-chave em que as suspeitas e incertezas mútuas entre Brasil e Argentina poderiam ter desencadeado a uma intensa competição por segurança. Nosso objetivo é entender por que tais situações não produziram reações competitivas com implicações geopolíticas. A compreensão de como dois países conseguem evitar os efeitos deletérios da rivalidade no campo nuclear está no coração do projeto de pesquisa de Nicholas Wheeler, o *Research Council's UK's Global Uncertainties Program on 'The Challenges to Trust-Building in Nuclear World'*. Mais especificamente, a pesquisa investiga o papel da confiança interpessoal nas origens da cooperação nuclear. Esta conferência avança o conhecimento nessa área, pois revela o papel dos laços interpessoais entre líderes políticos, diplomatas de alto escalão e cientistas/técnicos da área nuclear, um elemento

ainda marginalizado do estudo da aproximação nuclear argentino-brasileira.

A seguir, identificamos três instâncias históricas que poderiam ter levado a uma séria deterioração da relação, mas não o fizeram: a disputa pela usina de Itaipu (resolvida em 1979), o anúncio argentino de enriquecimento de urânio (1983) e as revelações dos buracos da Serra do Cachimbo, supostamente construídos pelo Brasil para a condução de testes nucleares (1985). Para cada um desses casos, avaliamos a narrativa dos depoentes com vistas a explicitar papel atenuador da competição de três fatores-chave: a oposição argentino-brasileira à política de não-proliferação americana, a transição para a democracia e a confiança pessoal entre lideranças políticas como elemento capaz de mitigar o conflito entre as partes.

A batalha por Itaipu

Entre 1967 e 1979, Brasil e Argentina estiveram envolvidos em uma intensa batalha jurídica e diplomática sobre o uso de águas internacionais da Bacia do Prata. A disputa era a respeito da construção da usina hidroelétrica brasileiro-paraguaia de Itaipu, no rio Paraná, poucos quilômetros rio acima da fronteira argentina. Esse período representou o ponto máximo da competição geopolítica entre os dois países. Luiz Felipe Lampreia, à época assessor do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, notou durante a conferência de COH que: ‘Nos dois países, os *establishments*— as burocracias e os militares — estavam muito inclinados a uma

relação antagônica. Os militares foram formados no pensamento segundo o qual o cenário mais provável de guerra vinha da Argentina [...] Os diplomatas brasileiros também olhavam para a Argentina como o grande competidor por prestígio e influência na América do Sul. Havia, portanto, terra fértil para um contencioso sair do controle’.

O então representante argentino no Brasil, Oscar Camilión, concordou: ‘Naquela época, havia uma profunda falta de compreensão dos objetivos da outra parte e, com isso, uma desconfiança que era particularmente profunda nos setores decisivos da política externa; isto é, na área diplomática e na área militar’. A disputa por Itaipu foi encerrada, em 1979, por uma fórmula segundo a qual a Argentina aceitava a construção da hidroelétrica, ao passo que o Brasil reconhecia a legitimidade do pleito argentino por uma consulta formal a respeito da mesma e por ser parte do tratado sobre uso das águas internacionais do rio Paraná para obras de infraestrutura.

As relações pessoais estiveram no centro da solução. Como Camilión disse durante a conferência: ‘Os motivos emocionais são, como vocês sabem, uma parte fundamental das relações interpessoais de todo tipo, das relações sociais de todo tipo e das relações internacionais de todo tipo. Havia que criar uma relação de confiança.’ De fato, os documentos existentes no arquivo da FGV revelam o grau em que a dimensão pessoal dinamizou os contatos no nível da diplomacia profissional e das lideranças políticas da época.

A resolução do conflito de Itaipu foi uma pré-condição para que tentativas formais de aproximação na área nuclear pudessem ser colocadas em prática, aumentando o estoque de confiança em relação aos propósitos e intenções do vizinho. Nesse sentido, parece que as relações pessoais entre os setores nucleares de ambos os países foram um elemento adicional de garantia para as partes. Durante a conferência, o capitão Roberto Ornstein enfatizou essa dinâmica: ‘A relação de Castro Madero (Presidente da Comissão Nuclear Argentina, 1976-1983) com as autoridades nucleares brasileiras influenciou positivamente a relação nuclear entre os dois países [...] A relação de Castro Madero com o professor Hervásio Carvalho (presidente da CNEN, 1969-1982) era excelente [...] Eles se conheciam desde antes. Os dois eram governadores na AIEA e haviam participado juntos de várias reuniões. O mesmo aconteceu com o embaixador Paulo Nogueira Batista, que presidia a Nuclebrás. Ainda que não se conhecessem bem, logo houve um entendimento completo entre ambos. Eu acho que isso facilitou, pelo menos no nível técnico, o processo que vinha muito atrasado [...] Creio que as relações interpessoais influenciaram positivamente os acordos firmados em 1980’.

Durante nossa pesquisa em arquivos, descobrimos que, ao longo de doze anos, entre 1967 e 1979, houve quatro tentativas frustradas de acordo bilateral em matéria nuclear. O Brasil apresentou propostas em 1967, 1972 e 1979, ao passo que a Argentina o fez em 1974 (Livreto COH 2012). Essa é uma dimensão da história até agora desconhecida pela literatura especializada (Redick 1995, Ca-

rasales 1992, 1995 e 1996, Hurrell 1998, Doyle 2008, Reis 1995, Barletta 2000 e 2001, Alcañiz 2004 e Fabbri 2005). Essa documentação respalda a tese, comum entre nossos depoentes, segundo a qual as relações pessoais por trás do acordo nuclear bilateral que vingou, em 1980, teriam sido centrais para explicar o êxito da empreitada.

Apesar do papel das relações pessoais entre funcionários de ambos os países, o processo de cooperação nuclear depende em grande medida de líderes capazes de impor a agenda da aproximação a seus subordinados. Assim, a contenda de Itaipu foi resolvida em boa medida pela decisão pessoal do general João Baptista Figueiredo, que vivera na Argentina quando criança e estava determinado a superar o problema com o vizinho antes mesmo de sua posse, em 1979. Ávido por cooperação com seu colega, o general Rafael Videla, Figueiredo visitou a Argentina em 1980, assinando o primeiro acordo de cooperação nuclear entre os dois países. Era a primeira visita dessa natureza de um presidente brasileiro à Argentina desde 1935. Conforme Camilión assinalou durante a conferência: ‘A chegada de Figueiredo mudou o clima, não há a menor dúvida. Primeiramente, há uma questão de personalidade. O general Geisel era uma pessoa distante, um pouco imponente e, digamos, fria, ao passo que o general Figueiredo era um homem cálido [...] Nada disso teria influenciado muito não fosse pelo fato de que as relações estavam já amadurecidas naquele período’. A transcrição sugere que o acordo nuclear de 1980 foi um passo decisivo para destravar o relacionamento bilateral, abrindo a porta para graus crescentes de coopera-

ção. Isso desafia a visão de que os principais avanços na cooperação nuclear teriam vindo depois das respectivas transições para governos civis (por exemplo, Solingen 1994; para uma discussão detalhada, Mallea 2012).

Enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu

Em novembro de 1983, o governo argentino anunciou o êxito de suas tratativas de enriquecer urânio, em escala piloto, na instalação nuclear de Pilcaniyeu, mantida em segredo até então. As autoridades em Buenos Aires explicaram a decisão de enriquecer urânio como resposta à suspensão de vendas de urânio levemente enriquecido à Argentina por parte do governo americano. O combustível era necessário para o pequeno reator argentino recém-vendido ao Peru. Relembrando o episódio durante a conferência, Ornstein afirmou que ninguém envolvido no anúncio chegou a temer uma eventual reação brasileira: ‘Não percebemos que houvesse nenhuma reação adversa, nem excesso de preocupação do lado brasileiro, embora pudéssemos estar equivocados. Se houve, não transcendeu para que chegasse ao lado argentino. A inteligência brasileira obviamente tem que haver atuado... Mas não se considerou que pudesse haver uma reação do lado brasileiro capaz de interromper o desenvolvimento. O temor era que a pressão dos Estados Unidos fosse tão grande que não pudéssemos completar nosso desenvolvimento tecnológico’.

Não encontramos evidência nos arquivos de que as autoridades brasileiras soubessem de Pilcaniyeu antes do anúncio oficial do governo argentino. Segundo o então jovem diplomata lotado no Conselho de Segurança Nacional do governo Figueiredo, embaixador Castro Neves, a notícia gerou surpresa em Brasília. No entanto, o governo argentino teve a sensibilidade de avisar previamente o governo brasileiro por meio de uma carta presidencial. Quando o anúncio foi feito, a Folha de São Paulo chegou a publicar, em primeira página, que o país vizinho estaria em condições de construir uma bomba atômica. Quiçá por isso o gesto da carta prévia ao anúncio tenha sido tão apreciado pelo Palácio do Planalto. A carta sinalizava o caráter especial da relação bilateral e o cuidado adicional que as autoridades argentinas tinham com suas contrapartes brasileiras. Vale notar que o resto dos países latino-americanos recebeu a notícia em uma reunião privada de seus embaixadores em Buenos Aires com o chanceler argentino, convocada para esse fim.

O Brasil reagiu à notícia acelerando seus próprios estudos para enriquecer urânio na instalação de Aramar, o que conseguiria fazer quatro anos depois, em 1987. No entanto, a competição tecnológica desencadeada pelo anúncio de Pilcaniyeu não transbordou para a área militar. Não encontramos evidência alguma capaz de sugerir que o governo brasileiro tenha reagido ao anúncio do vizinho com alarme, possivelmente porque não se tratava de enriquecimento de urânio em escala industrial, mas sim de laboratório.

O embaixador Castro Neves explicou a reação brasileira assim: ‘Houve aquela surpresa por causa do enriquecimento de urânio. Contudo, depois, percebeu-se que era uma tentativa de obter abastecimento para os seus reatores de pesquisa. Houve um exame cuidadoso que foi feito por um diplomata da embaixada do Brasil em Buenos Aires, que fez o levantamento muito minucioso da situação energética naquela região de Pilcaniyeu: verificou-se que não havia condição de fazer um enriquecimento em uma escala significativa porque não havia energia suficiente para movimentar esses compressores. A conclusão era que não havia possibilidade de que a usina de enriquecimento pelo método de difusão gasosa pudesse gerar quantidades importantes. Também verificou-se que, embora a Argentina pudesse ainda estar mais avançada que o Brasil em numerosas áreas de pesquisa, tinha uma carência em termos de capacidade industrial para transformar essa pesquisa em atividades industriais’.

Esse depoimento reforça o ponto segundo o qual as limitações tecnológicas de ambas as partes contribuíram para impedir o início de uma dinâmica típica de um ‘dilema de segurança’ entre dois rivais. As condições materiais de Pilcaniyeu tranquilizaram as autoridades brasileiras, no sentido de que tal grau de capacidade tecnológica não permitiria à Argentina ingressar no clube de países detentores de armas atômicas.

É mister notar que a revelação de uma central nuclear secreta não descarrilhou as conversas bilaterais na matéria. O mesmo ocorreria anos depois,

quando o Brasil revelou ao mundo seu trabalho de enriquecimento de urânio em Aramar. Como argumenta o cientista político Jacques Hymans: ‘A cooperação nuclear entre Argentina e Brasil foi um êxito político a ponto de sobreviver a sucessivas revelações sobre os programas secretos de enriquecimento de urânio de cada país. Ao aprender que o vizinho estava trapaceando, o outro lado optou por ignorar o assunto porque estava convencido de que as atividades em questão não faziam parte de um plano secreto de desenvolvimento de armas nucleares’ (Hymans 2014: 372). A pergunta contrafactual que fica é a seguinte: qual teria sido a reação brasileira ao anúncio argentino de 1983, caso houvesse suspeitas de enriquecimento em Pilcaniyeu em escala industrial?

Aqui, as personalidades também foram fundamentais. O anúncio argentino de enriquecimento de urânio coincidiu com a chegada de Raúl Alfonsín ao poder. Alfonsín entendia o potencial destabilizador de uma corrida nuclear na região, e sabia ser esse o tipo de dinâmica capaz de afundar o delicado processo de transição para a democracia. Como disse à conferência seu principal assessor nuclear da época, Adolfo Saracho: ‘Na equipe de Alfonsín havia um desejo real de aproximação com o Brasil desde o início da campanha presidencial. Havia grupos de trabalho prévios nos quais tive a oportunidade de participar onde se falava especialmente da política com o Brasil, que incluía o tema nuclear.’ Tendo memória recente sobre o êxito da visita presidencial de Figueiredo à Argentina, em 1980, e ciente das dificuldades do processo transitório brasileiro, Alfonsín esta-

va ansioso para desenvolver uma relação pessoal com seu colega brasileiro. Assim, ele buscou contato com o presidente escolhido pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves. Quando este morreu, Alfonsín buscou José Sarney de imediato. Os militares argentinos, derrotados nas Malvinas e na defensiva pelo aumento do escrutínio internacional sobre as atrocidades cometidas durante o período ditatorial, não tinham condições de obstaculizar essa aproximação, embora não tenham encontrado evidências de que eles tenham querido ou tentado fazê-lo.

Nesse contexto, é possível explorar outra pergunta de caráter contrafactual: qual teria sido a reação brasileira caso a Argentina decidisse fazer de seu programa nuclear um esteio para a sua política em relação às Malvinas, após a guerra? Tal cenário não era implausível à época. Vale notar que Alfonsín se referia ao que chamava de ‘fortaleza’ britânica nas ilhas como uma ameaça à segurança argentina e do Atlântico Sul (Blakenshi e Paul 2000: 22). Nisso, o governo brasileiro estava de acordo com o argentino: a presença britânica no Atlântico Sul reduzia mais do que aumentava a segurança regional. Some-se a isso o fato de as autoridades militares brasileiras terem concluído que o apoio americano ao governo de Margaret Thatcher durante o conflito armado era prova cabal da necessidade de os países sul-americanos aumentarem sua autosuficiência em termos de segurança internacional. Como fora o caso desde a década de 1950, o Brasil se opunha frontalmente à presença militar de membros da OTAN no Atlântico Sul.

Uma das principais descobertas feitas durante a conferência é que, cinco meses depois de a Argentina anunciar seu enriquecimento de urânio, o Brasil apresentou uma proposta informal ao governo de Buenos Aires para uma eventual renúncia conjunta à condução de explosões nucleares. Os argentinos concordaram com a ideia e, em seguida, disseram querer explorar a possibilidade de um novo esquema de salvaguardas bilaterais por meio de inspeções mútuas. Era o ano 1984. Levaria mais de seis anos de tratativas até os dois países chegarem a bom termo, um resultado que demandou não apenas cooperação entre Alfonsín e Sarney, mas também empatia e confiança mútua (para estudos sobre empatia e confiança, Wheeler 2013 e 2014).

Desde o início, Alfonsín decidira mostrar a Sarney credibilidade. Escolheu fazê-lo por meio de um símbolo poderoso: ao pousar para seu primeiro encontro com Sarney em Foz do Iguaçu, Alfonsín voluntariou-se para visitar a usina hidroeétrica de Itaipu, sem que a sugestão tivesse sido previamente negociada entre os respectivos palácios presidenciais. Ao mostrar-se interessado em visitar junto com o colega o local que, por mais de uma década, dificultara a relação bilateral, Alfonsín estava sinalizando sua aposta na cooperação bilateral, assim como sua escolha por confiar em Sarney. Como Saracho refletiu durante a conferência: ‘A visita foi um gesto significativo de que o problema de Itaipu estava encerrado [...] Foi lá que a confiança necessária para ir em frente em outros tantos assuntos além do tema nuclear foi criada’. É plausível, entretanto, que o gesto de Al-

fonsín fosse uma resposta a um episódio ocorrido um mês antes do encontro presidencial, quando um avião militar brasileiro saiu de sua rota original para sobrevoar a instalação de Pilcaniyeu (Livreto COH 2012). Ao sinalizar a Sarney suas intenções de cooperação, Alfonsín também buscava avançar a ideia de salvaguardas bilaterais no campo nuclear. Embora Sarney não aceitasse tais salvaguardas, aceitou a visita a Itaipu, fazendo com que o encontro de cúpula entre os dois destravasse o aprofundamento da cooperação (Mallea 2012).

Rubens Ricupero, assessor diplomático do presidente brasileiro, disse à conferência: ‘Sarney sempre mostrou-se solidário a Alfonsín. Sua amizade era sincera e ele fez tudo aquilo que podia para ajudar’. Muito do que unia os dois homens, refletiu Ricupero, era solidariedade mútua diante dos problemas que cada um enfrentava, tornando-os compreensivos em relação às preocupações e aos interesses um do outro. No entanto, Ricupero também revelou que os canais de comunicação entre os dois líderes eram esporádicos e intermitentes. A barreira linguística era real e os presidentes não chegaram a se engajar em comunicações regulares, como seria o caso de seus sucessores. Isso dito, os encontros pessoais entre os dois foram importantes no sentido de dar sinais públicos do compromisso mútuo com o avanço da cooperação. Tais reuniões também eram oportunidades para divulgar declarações conjuntas talhadas para tranquilizar a comunidade internacional a respeito dos respectivos programas nucleares. Assim, a cúpula presidencial de Foz do Iguaçu em 1985 foi conscientemente apresentada como ‘histórica’,

marcando nova fase no relacionamento bilateral. A cúpula de 1988, por sua vez, permitiu aos presidentes dizer que qualquer suspeita latente sobre as intenções nucleares do vizinho era ‘coisa do passado’.

Alfonsín fez um gesto adicional, convidando Sarney para uma visita em Pilcaniyeu. De acordo com Ricupero: ‘Esse processo era consciente, não é uma interpretação de historiador *a posteriori*. Nós sabíamos que estávamos engajados em um processo, e nós usávamos inclusive a expressão *confidence building*. Portanto, era plenamente consciente e nós procurávamos sempre encontrar ideias, formas de reforçar.’ Uma vez que Sarney recebeu o convite para visitar a instalação nuclear argentina, o espírito de reciprocidade demandava que ele estendesse a mesma cortesia para Alfonsín, que visitou a instalação brasileira de Aramar, em 1986. Segundo relatos ouvidos durante a pesquisa, Sarney teria feito o convite contra o conselho de alguns de seus colaboradores, que temiam a pressão crescente vinda da Argentina por maiores níveis de transparência no setor nuclear. O gesto de Sarney resultou em níveis crescentes de cooperação técnica, culminando na política de inspeções mútuas poucos anos depois.

Os buracos da serra do Cachimbo

A literatura existente sobre a relação nuclear argentino-brasileira nunca se deteve sobre o impacto das revelações, na Argentina, sobre os supostos fins dos buracos Serra do Cachimbo, no Brasil.

Uma das principais contribuições desta conferência é iluminar o tema.¹

Conforme indicado acima, a partir de 1979, o Brasil construiu instalações de pesquisa de pequena escala para o desenvolvimento de tecnologia de enriquecimento de urânio. Tais atividades eram conduzidas de maneira ‘autônoma’ ou ‘paralela’ em relação aos grandes acordos internacionais de cooperação nuclear que o Brasil mantinha à época e sob responsabilidade militar. Boa parte das atividades era conduzida em sigilo, mediante um programa descentralizado, no qual cada uma das forças - Exército, Marinha e Aeronáutica – tinha seus próprios laboratórios, funcionários, orçamentos e estratégias de desenvolvimento tecnológico (Barletta 1997, 1999 e 2000). A natureza desses esforços envolvia boa dose de cooperação externa, da compra de urânio altamente enriquecido na China à aquisição de partes e desenhos de centrífugas na Europa, passando pelo comércio de *yellowcake* brasileiro por petróleo iraquiano, fazendo do regime de Saddam Hussein uma fonte central de financiamento para as atividades nucleares do Brasil.²

Nossos entrevistados na Argentina afirmam que, à época, o governo em Buenos Aires sabia do es-

1. Entre a realização da conferência e a publicação deste livro, Mark Hibbs publicou um excelente sumário sobre Cachimbo no site Arms Control Wonk. Ver: <http://hibbs.armscontrolwonk.com/archive/2670/looking-back-at-brazils-boreholes>
2. Ver coleção eletrônica de documentos preparados por nossa equipe de pesquisa: <http://www.wilsoncenter.org/publication-series/npihp-research-updates>

forço brasileiro para enriquecer urânio, atividades que via sem maior preocupação (em parte porque ninguém suspeitava que o Brasil fosse embarcar em um programa de enriquecimento de urânio em escala industrial). Ao contrário, muitos depoentes argentinos enfatizam a simpatia que as autoridades daquele país tinham pelo esforço brasileiro de adquirir e desenvolver tecnologia em um ambiente internacional restritivo.

Esse equilíbrio foi ameaçado, porém, em agosto de 1986, quando a Folha de S. Paulo revelou a existência de dois buracos na Serra do Cachimbo que, segundo o jornal, teriam sido perfurados pela Força Aérea para servir como sítio de teste de explosões nucleares (Livreto COH 2012). As autoridades argentinas ficaram surpresas com a notícia. Não tanto porque houvesse temor a respeito das intenções futuras do Brasil no campo nuclear ou porque as revelações ameaçassem a estratégia argentina de progressiva aproximação ao vizinho. A surpresa foi uma reação à falta de cuidado das autoridades brasileiras, que deixaram uma informação dessa natureza vazar ou que propositadamente repassaram a informação à imprensa. Adolfo Sarcho compartilhou sua memória sobre o assunto: ‘Lembro do anúncio da Folha de S. Paulo sobre Cachimbo. Lembro que fizemos um pedido de informação à embaixada do Brasil, mas as relações estavam atravessando um momento muito bom, então não buscamos mais que isso. Não lembro com exatidão qual foi a informação apresentada pelo Brasil, mas recorro que mencionava o uso de Cachimbo como repositório para resíduos nucleares, como o que a Argentina tinha na Patagônia’.

Ornstein lembra do episódio assim: ‘Os buracos de Cachimbo causaram um pouco de desconcerto. Aceitou-se que podia ser um lugar para fazer um eventual teste de um explosivo, com fins pacíficos ou com fins militares. Não havia nenhum indício de que o Brasil fosse fazer uma explosão nuclear. Era como se alguém tivesse se adiantado a algo, talvez por uma iniciativa quase local, assim, de uma das três forças ou grupo, ou algo desse tipo. E quanto à hipótese de ser um repositório definitivo, tínhamos dúvidas: à primeira vista, não era um lugar apto para um repositório definitivo de resíduos radioativos. Talvez fosse um local provisório? Mesmo assim, nós não teríamos escolhido um lugar como aquele. Mas quero dizer aqui que isso não causou nenhuma profunda preocupação. Nós, na Argentina, não pensamos que pudesse se tratar da continuação de um programa, mas algo que talvez tivesse ficado de alguma iniciativa anterior’.

O governo Alfonsín avaliou como contraproducente qualquer alarde sobre a questão. A decisão de impedir que as revelações obstruíssem a política de aproximação bilateral demonstra o compromisso do presidente e de seus colaboradores com a estratégia inicial de *rapprochement*. Notar isso é importante porque o argumento segundo o qual Cachimbo teria gerado graves preocupações na Argentina não foi abertamente questionado pelos participantes na conferência sobre a relação nuclear argentino-brasileira de 1996, em Israel (Albright e O’Neill 1996).

Menos de ano depois do vazamento sobre Ca-

chimbo, o governo brasileiro anunciou sua recém-adquirida capacidade de produzir urânio levemente enriquecido. Antes de divulgar a notícia, porém, Sarney fez questão de informar Alfonsín por meio de um enviado pessoal, o embaixador Rubens Ricupero. 'A ideia era reforçar, com um passo adicional, a construção da confiança: evitar de toda maneira que a notícia fosse divulgada antes que ela fosse comunicada de uma maneira especial e privilegiada ao presidente Alfonsín', lembra Ricupero, que pousou em Buenos Aires em aeronave da Força Aérea Brasileira. Sarney estava respondendo ao gesto feito pela Argentina quando da divulgação do enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu. Essa empatia revela o investimento de Sarney na construção de confiança junto a Alfonsín.

Segundo Ricupero, o anúncio brasileiro teve um efeito positivo na evolução da cooperação bilateral, pois nivelou o terreno em termos de avanço tecnológico. 'Enquanto persistisse, certa ou errada, a percepção de que o Brasil estava muito atrasado em relação à Argentina, seria difícil persuadir esses setores mais recalcitrantes a avançar. É como se o jogo ficasse empatado. No momento em que estivesse empatado o jogo, ninguém estivesse na frente, seria mais fácil congelá-lo. Era um domínio das percepções. Pode ser que na realidade não fosse assim, mas o anúncio brasileiro ajudava a dizer: 'Bem, agora que estamos parelhos, então vamos esquecer isso!' Esse nivelamento teria sido, segundo Ricupero e os outros participantes da conferência, uma pré-condição para o sistema de inspeções mútuas que viria logo a seguir.

Conclusões

Os três casos selecionados acima revelam que, em instâncias específicas, é plausível imaginar desfechos alternativos de caráter menos cooperativo. As autoridades argentinas responderam à disputa de Itaipu enviando Oscar Camilión como embaixador para Brasília em vez de escalar o conflito, mesmo se muitas vezes no regime argentino fossem contrárias a qualquer tipo de conciliação. Da mesma forma, as revelações de Pilcaniyeu e Cachimbo não desencadearam um ‘dilema de segurança’ entre os dois países, pois Casa Rosada e Planalto optaram por gerir a situação com mais, não menos, aproximação bilateral. Entretanto, é fascinante refletir sobre qual teria sido o desfecho desses episódios no caso de um país ou ambos terem embarcado em enriquecimento de urânio em escala industrial. Nos três casos, chama a atenção o papel da empatia mútua e da confiança pessoal entre as lideranças políticas dos dois lados. As tendências competitivas entre os dois países foram atenuadas por aquilo que Mikhail Gorbachev chamou de ‘fator humano’ (citado em Chernyaev 2000:142-3).

O fator humano pôde cumprir papel de relevo porque havia poderosos fatores estruturais em favor de cooperação, não de conflito. Assim, embora a transição para o governo civil não fosse precondição para a cooperação nuclear, funcionou como um estimulante, assim como o foi o fato de ambos os países terem adquirido capacidade de enriquecer urânio ao mesmo tempo em que transitavam para a democracia. Outro fator estrutural que

operou em prol da cooperação foi a pressão americana para que os dois países se adequassem ao regime global de não-proliferação, fenômeno que levou Brasil e Argentina a operarem de maneira coligada. Isso dito, o governo dos Estados Unidos também cumpriu uma função mais positiva, animando os dois países a avançarem na criação de um sistema de inspeções nucleares bilaterais e arcando com parte dos custos de treinamento para esse esforço de controle conjunto.

Este trabalho também corroborou a noção segundo a qual ‘o regime nuclear florescente do Cone Sul foi sintoma mais que causa da crescente confiança entre os dois países’ (Hymans 2014: 372). A construção da confiança interpessoal no alto escalão dos dois governos foi um fator crítico nos casos de Itaipu, Cachimbo e Pilcaniyeu, dinâmicas que precederam a criação da ABACC. Entretanto, ao contrário de Hymans, acreditamos que nada nesse desfecho estava definido de antemão. Os principais atores deste jogo escolheram cooperar apesar, aprofundando e fortalecendo a confiança mútua apesar das resistências que encontraram no meio do caminho e a possibilidade de soluções alternativas. A conferência revelou a medida em que as lideranças políticas dos dois países foram testadas pelas circunstâncias. Diante de dúvidas e incertezas, essas lideranças fizeram uma opção consciente por confiar no outro lado.

É tentador interpretar essa atitude como o caminho natural a ser seguido, já que nenhum dos dois países estava produzindo urânio enriquecido em grande quantidade ou no processo de construir

um explosivo nuclear. De fato, como os participantes da conferência realizada em 1998 disseram em Los Alamos: 'A cooperação foi possível porque a preocupação de um em relação ao outro no campo da segurança internacional nunca foi primordial' (Doyle 1999: 4). Apesar disso, a análise dos telegramas secretos da época revela que, ao optar pela confiança, argentinos e brasileiros não estavam seguindo um caminho predeterminado. Sua decisão por confiar no outro lado não ocorreu sem risco ou custo. Se a diplomacia de inspeções mútuas foi exitosa ao implementar um modelo de 'vizinho vigia vizinho', é porque existia base para essa aproximação para além da eventual preocupação de um lado com o desenvolvimento nuclear futuro do outro. Em boa medida, a transcrição que segue aponta para o papel da confiança pessoal na construção de um regime de inspeções nucleares.

A pergunta que fica para o futuro é se o caso argentino-brasileiro oferece lições potencialmente úteis para outras duplas de países cuja relação nuclear é marcada não apenas por rivalidade, mas também por inimizade.

Transcrição da Conferência de História Oral Crítica

'As origens da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina'

Rio de Janeiro, 21-23 de março de 2012

Abertura

Matias Spektor:

Bom dia a todos e sejam bem vindos ao Rio de Janeiro. É um prazer e honra tê-los conosco. Este encontro é histórico porque, provavelmente, este grupo não voltará a se encontrar na mesma formação.

A atividade que iniciamos hoje não é uma reunião acadêmica tradicional com a apresentação de *papers* ou comentários de especialistas. Trata-se, ao contrário, do método da *história oral crítica*: um encontro no qual especialistas que estudaram documentos históricos entrevistam coletivamente os participantes dos eventos em questão.

Trata-se de uma oportunidade única para avaliar as origens da cooperação nuclear argentino-brasileira. Por isso, gostaríamos de pedir aos protagonistas que sejam o mais precisos possível nas suas descrições dos fatos. Nosso objetivo é produzir um material rico e detalhado que, no futuro, permita a historiadores e cientistas políticos contar uma história detalhada do que aconteceu.

Nicholas Wheeler:

Gostaria de dar-lhes as boas-vindas. É um enorme prazer tê-los conosco. Concebi a ideia de aplicar a metodologia da *história oral crítica* ao caso Argentina-Brasil em temas nucleares ainda em 2008, quando estava iniciando o que se tornou meu projeto sobre os desafios à construção de confiança no mundo nuclear. Eu queria explorar o papel da confiança no estabelecimento da coope-



PRESIDENTES ALFONSÍN E SARNEY

ração entre países num mundo no qual existem armas nucleares.¹

A ideia por trás do método é levar os participantes a conversar sobre o que deu errado, quais as percepções equivocadas ou mal-entendidos envolvidos, e como situações perigosas foram ou poderiam ter sido evitadas. A metodologia da *história oral crítica* sempre foi aplicada a situações em que os governos se envolveram em crises, competição na área de segurança ou até mesmo em guerras. Os acadêmicos gostam de voltar à cena para descobrir se havia possibilidades alternativas de desfecho.

Pareceu-me interessante tentar aplicar essa abordagem ao caso argentino-brasileiro porque essa é uma história de êxito: uma situação na qual a rivalidade e a competição nuclear foram evitadas e um outro caminho foi escolhido. Tendo este grupo em volta à mesa, talvez entendamos como essa relação evoluiu da maneira que evoluiu, e também possamos descobrir se há lições potencialmente úteis para outras situações. Estou muito contente por estarmos aqui e por podermos explorar essas questões durante os próximos dias.

Moderador:

Vamos começar com uma rodada de apresentações, pedindo aos participantes que ressaltem seu envolvimento com a questão nuclear.

Roberto Ornstein:

Antes de tudo eu gostaria de expressar a minha profunda satisfação de participar desta reunião e poder contribuir para esclarecer esta relação tão importante que se estabeleceu entre os dois países no campo nuclear. Minha origem é a Marinha Argentina. Sou *Capitán de Navío* aposentado – Capitão do Mar e

1. Nicholas J. Wheeler, *Trusting Rivals: Alternative Paths to Security in the Nuclear Age* (forthcoming).

Guerra no Brasil – e, em 1979, devido ao meu interesse pelas relações internacionais e alguma experiência prévia, entrei na Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). Antes disso participei da negociação do tratado de Tlatelolco como assessor militar da delegação argentina. Tive a sorte de compartilhar esse episódio com o embaixador Adolfo Saracho, que iniciava a sua carreira diplomática. Entre 1979 e 1994, fui governador adjunto na Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA) pela Argentina, onde tive a oportunidade de conhecer muitos dos nossos colegas brasileiros e muitos outros que não estão aqui presentes.

Desde 1979 – já se vão 33 anos praticamente – estive de uma maneira ou de outra sempre vinculado à cooperação no campo nuclear entre Argentina e Brasil. Portanto, esse é um tema que me interessa profundamente. Se não estive vinculado com o tema nuclear antes de 1979, como sou um rato de biblioteca e coleciono todos os papéis que andam soltos, consegui montar um arquivo privado muito importante que creio ter sido uma contribuição significativa à busca por documentos que vocês realizaram. Atualmente, não desempenho mais funções gerenciais. Sou assessor do CNEA, mas ainda sigo todos os temas da AIEA e da cooperação com o Brasil.

Luiz Augusto de Castro Neves:

Meu nome é Luiz Augusto de Castro Neves. Sou embaixador aposentado e, no momento, presido o conselho curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Meu envolvimento com a energia nuclear data de 1978, quando trabalhei na Divisão de Energia e Recursos Minerais do Itamaraty, que havia sido recém-criada. Trabalhei nessa divisão até 1981 e, por isso, participei do primeiro acordo de cooperação nuclear entre o Brasil e Argentina (1980). Aliás, tive a oportunidade de doar ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), o manuscrito desse acordo ainda escrito a lápis, que foi redigido por meu colega da embaixada

argentina à época, conselheiro Raúl Estrada Oyuela, e por mim.

Em 1981, fui indicado pelo próprio Itamaraty para servir na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), onde continuei envolvido com temas nucleares. Isso abrangia não apenas os acordos de cooperação do Brasil com os Estados Unidos e com a Alemanha, mas também o programa chamado autônomo, que provavelmente será objeto de várias discussões aqui. Fiquei no CSN até 1987. Anos mais tarde, no fim de 1992, fui designado secretário-executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, que em alguma medida havia sucedido as atribuições do CSN, então já extinto. Nessa posição coube-me também, de certa forma, supervisionar as atividades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), que era a empresa que sucedeu a Nuclebrás, no âmbito do programa nuclear brasileiro.²

Em 1995, por iniciativa do embaixador Luiz Felipe Lampreia, fui designado Diretor Geral do Departamento das Américas do Itamaraty. Passei a ter apenas uma relação mais abrangente com a Argentina, onde tive como contraparte, na Argentina, o embaixador Juan José Uranga e, depois, o embaixador Alfredo Chiaradía. Depois disso fui, por algum tempo, Secretário Geral adjunto do Itamaraty e servi como embaixador no Paraguai, na China e no Japão. Ao voltar, antecipei a minha aposentadoria na carreira diplomática e estou hoje no CEBRI. É um privilégio ter sido incluído nesse grupo tão seletivo para estudar os antecedentes da cooperação nuclear Brasil e Argentina. E devo dizer até com certa emoção, ao ver os documentos que foram distribuídos para este encontro, textos que eu escrevi há mais de trinta anos (o que me deu uma certa pressão ao lê-los... saber que besteiras eu teria escrito àquela época... mas, enfim, não acho que cheguei a passar alguma vergonha) [risos].

2. Criada em 1974, a Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras S/A) teve como sua principal função a execução do acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975. Foi extinta em 1989.

Sebastião do Rego Barros:

Sou embaixador aposentado e a minha relação com temas nucleares começou por volta do final dos anos 70 e início dos 80. Até então, ocupava-me principalmente assuntos de ordem econômica. Mas substitui o Luiz Felipe Lampreia no gabinete do ministro das Relações Exteriores [Antonio Francisco] Azeredo Silveira no momento em que começava o governo de Jimmy Carter e, portanto, o que se tratava de um assunto muito distante passou a ser algo próximo. Após o falecimento do embaixador João Cabral de Melo, representante do Brasil na AIEA, acabei substituindo-o no *Plutonium Storage Group*.

No caso do Brasil e Argentina, eu sempre acreditei e continuo acreditando que era absolutamente importante que se entendessem. Isso foi reforçado com a experiência exitosa no campo nuclear. E como eu também tratava de assuntos comerciais, tivemos a oportunidade, no período dos governos Sarney-Alfonsín, de debater muito esses assuntos. Chegamos à conclusão de que não existe entre o Brasil e a Argentina nenhum problema realmente grave: não temos disputas territoriais, temos mais ou menos a mesma religião, somos países bastante desorganizados e temos sempre disputas comerciais, como acontece entre vizinhos.

Luiz Felipe Lampreia:

Eu ensino Relações Internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no Rio de Janeiro e em São Paulo, e sou também um embaixador aposentado. Ainda que eu nunca tenha sido um negociador nuclear, eu estive muito próximo a esses temas por conta do meu envolvimento em um período crítico entre, basicamente, 1975 e 1985, quando não só nós tivemos o desafio nuclear mas também a questão de Itaipu, que foi provavelmente mais agudo e

mais fortemente percebido como o cerne do contencioso nas nossas relações.³ Eu participei desses eventos como Assessor Econômico do Ministro das Relações Exteriores Silveira e porta-voz do Ministério. Estes temas estão profundamente entrelaçados e penso que havia alguns elementos que poderiam ter levado a um sério afastamento entre Brasil e Argentina. Seria, é claro, muito difícil de prever como as coisas poderiam ter evoluído. Mas, nos dois países, os *establishments*— as burocracias e os militares — estavam muito inclinados a uma relação antagônica. Os militares foram formados no pensamento segundo o qual o cenário mais provável de guerra vinha da Argentina... Os diplomatas brasileiros também olhavam para a Argentina como o grande competidor por prestígio e influência na América do Sul. Havia, portanto, terra fértil para um contencioso sair do controle.⁴

Felizmente, governos e sociedades viram a luz antes da escalada, e se deram conta de que seria extremamente estúpido levar o confronto longe de mais. Encontramos uma maneira de tornar os nossos programas hidrelétrico e nuclear compatíveis. Enquanto essa é uma grande história de sucesso, naquele momento não se podia dar como certo que o resultado seria feliz. Todos os ingredientes estavam presentes para um episódio repugnante.

Adolfo Saracho:

Bom dia, meu nome é Adolfo Saracho, sou embaixador argentino aposentado. Agradeço muito à Fundação Getulio Vargas e aos seus representantes por nos

-
3. Entre 1967 e 1979, Argentina e Brasil travaram uma intensa batalha jurídica e diplomática a respeito do uso das águas internacionais. A disputa centrava-se na construção, por parte do Brasil e do Paraguai, da usina hidrelétrica de Itaipu sobre o rio Paraná, a 17 quilômetros da fronteira com a Argentina. O embate opôs os dois países em foros regionais e internacionais, e contaminou todo o relacionamento bilateral.
 4. Durante a Guerra Fria, o planejamento militar brasileiro cogitava três cenários de conflito, chamados Alfa, Beta e Gama. Alfa previa uma guerra de guerrilhas no interior do Brasil; Beta consistia de uma guerra convencional na América do Sul, onde a Argentina era a principal hipótese de conflito; Gama previa um conflito armado entre potências 'comunistas' e 'democráticas'.

haver convocado para uma reunião que é de grande utilidade para a relação entre a Argentina e o Brasil, com o objetivo de esclarecer uma série de sucessos com base na experiência particular dos seus integrantes.

No meu caso, tive a oportunidade de começar a trabalhar em colaboração com o Brasil já na cidade mexicana de Tlatelolco onde, como jovem diplomata, traçamos estratégias conjuntas com o Brasil diante dos desejos que eram, em última instância, dos Estados Unidos, mas expressados por meio do México. Assim, pudemos estabelecer uma posição conjunta muito útil e que se foi prolongando no tempo, na qual nem Argentina e nem Brasil aceitavam as limitações que estavam tentando impor sobre nós. Estamos falando do ano de 1967. Como bem expressou o capitão Ornstein, tive a honra e o prazer de trabalhar com ele na sua condição de assessor da Forças Armadas.

Depois, sempre trabalhei na chancelaria argentina, que não se ocupava especificamente dos temas nucleares, mas tinha um observador na CNEA. Então, como membro da Direção de Organismos Internacionais na chancelaria, eu era o enviado às sessões do CNEA, aonde se decidiam temas da política externa argentina e, digamos, a chancelaria os convalidava. Na realidade, a opinião da chancelaria não tinha um peso determinante. Isso esteve vigente por muitos anos. No entanto, quando assumiu o presidente Alfonsín (1983), a decisão foi muito clara: os temas nucleares teriam de ser responsabilidade dos civis e qualquer tipo de relação com países estrangeiros no campo nuclear, e particularmente com o Brasil, deveriam ser implementados a partir da chancelaria.

Naquele momento eu estava na embaixada em Washington, então fui convocado ainda antes da posse de Alfonsín com a ideia de criar uma Direção Nacional de Assuntos Nucleares e do Desarmamento (DIGAN) dentro da chancelaria. O então Secretário de Estado Jorge F. Sábato e eu tivemos reuniões antes da posse de Alfonsín e começamos a trabalhar para melhorar e otimizar a relação

nuclear com o Brasil.⁵ Assim, começamos com iniciativas muito positivas, e tive o prazer de conversar sobre esses temas com a maior parte dos integrantes brasileiros, alguns deles estão nessa mesa hoje.

A partir de fevereiro de 1984 – data da criação oficial da DIGAN – os temas nucleares foram decididos na chancelaria, sempre consultando a CNEA. Também começamos uma etapa muito interessante de formar os diplomatas jovens. Como os diplomatas que entravam no curso da chancelaria eram advogados, cientistas políticos, economistas, era muito importante dar-lhes uma formação técnica o quanto antes possível no campo da energia nuclear.

A empresa INVAP – uma empresa mista entre a Província de Río Negro e a CNEA – aceitou formá-los.⁶ Então enviamos jovens diplomatas a Bariloche. Foi um celeiro muito importante que se mantém até hoje. Muitos deles ocupam posições relevantes em distintas áreas, tanto é assim que o diretor atual da DIGAN – assim como o pessoal que está trabalhando na AIEA – são produtos desta formação.

No que diz respeito à relação com o Brasil, resta dizer que sempre foi um prazer ter mantido conversas nucleares, e me lembro que o próprio Alfonsín tinha orientado o subsecretario Sábato expressamente a contribuir para melhorar todos os aspectos da relação com o Brasil. Trabalhamos permanentemente dentro desse espírito nessa época. Está claro nos documentos argentinos que foram selecionados para o dia de hoje como nós promovíamos ao máximo a relação nuclear com o Brasil, e estou gratamente surpreso por isso. De alguma maneira,

-
5. Jorge Federico Sábato foi subsecretario da chancelaria argentina durante os primeiros anos do governo Alfonsín, encarregando-se da relação nuclear argentino-brasileira. Não deve ser confundido com seu tio, também influente em assuntos nucleares, o cientista Jorge Alberto Sábato.
 6. INVAP Sociedad del Estado foi criada em 1976 como resultado de uma *joint-venture* entre a Província de Río Negro e CNEA para a construção de equipamentos e dispositivos de alta complexidade para o setor nuclear, espacial, médico e científico.

isso é algo que continua vigente até hoje.

Atualmente, faço parte do *NPSGlobal*, uma fundação que mantém diálogo com o Brasil em temas nucleares. Mais uma vez, agradeço muito este exercício que acredito vai ser muito útil para iluminar a relação Argentina-Brasil e estou à sua disposição.

Oscar Camilión:

Naturalmente, eu quero agradecer aos organizadores. Minha participação, mais do que a de um conhecedor do tema nuclear especificamente, se centra na relação bilateral argentino-brasileira que, como bem disse o embaixador Lampreia, se desenvolvia num contexto de aproximação com problemas e com desconfiança.

A minha primeira aproximação com o Brasil ocorreu quando fui designado ministro-conselheiro da embaixada argentina durante a presidência de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi no final da década de 1950. Nessa ocasião, quase imediatamente se estabeleceu um mecanismo de aproximação desenvolvido por iniciativa dos dois presidentes. Não posso deixar de mencionar os importantes funcionários brasileiros que contribuíram para isso, como os destacados interlocutores do Itamaraty: Augusto Frederico Schmidt, Mário Gibson Barbosa e Paulo Nogueira Batista; esse último muito vinculado ao tema nuclear. Fundamentalmente, queríamos estabelecer uma aproximação argentino-brasileira, que se estabelecesse num marco de confiança mútua entre os dois países.

Naquela época, havia uma profunda falta de compreensão dos objetivos da outra parte e, com isso, uma desconfiança que era particularmente profunda nos setores decisivos da política externa; isto é, na área diplomática e na área militar.

As chancelarias desconfiavam uma da outra e as forças armadas se viam com

maus olhos, tanto o Exército, como a Marinha e a própria Força Aérea. Havia uma rivalidade um tanto pueril em alguns aspectos, de caráter intelectualmente primário, uma transposição das velhas rivalidades europeias, que sem dúvida havia formado parte da nossa história. A documentação revelada pela chancelaria brasileira demonstra que, em 1958, quando o presidente Frondizi começava a planejar uma aproximação fundamental da diplomacia argentina com o Brasil, as instruções recebidas pelo Sr. [Aguinaldo] Bouletreau Fragoso, embaixador brasileiro em Buenos Aires [1958-1963], por parte do chanceler [José Carlos de] Macedo Soares [1955-1958], sinalizavam ainda que a Argentina era a principal ameaça de segurança nacional que o Brasil tinha. Essa percepção de ameaça à segurança vinha de personalidades eminentes, também, claro, do lado argentino.

Pude intervir nestes temas foi quando fui designado embaixador no Brasil em 1976, em meio à crise de Itaipu. Lembro que o embaixador João Hermes Pereira de Araújo me sinalizou, em algum momento, que a negociação de Itaipu tinha sido a mais difícil do Brasil no século XX. De fato foi uma negociação muito complexa, fundada basicamente em motivos emocionais, mas que eram profundamente sentidos pelas duas partes. Os motivos emocionais são, como vocês sabem, uma parte fundamental das relações interpessoais de todo tipo, das relações sociais de todo tipo e das relações internacionais de todo tipo.

Havia que criar uma relação de confiança. A relação de confiança supunha, como bem pontuou o embaixador Lampreia, uma solução do problema de Itaipu. O problema de Itaipu foi uma negociação extremamente interessante e difícil que felizmente teve um bom fim, a partir do qual puderam criar-se condições para avançar produtivamente em outros campos, dentre eles o nuclear. Fazia-se cada vez mais necessário um diálogo nas áreas como a aeronáutica, a criação de hidrelétricas comuns e a cooperação espacial.

No entanto, a questão nuclear era a que de alguma maneira importava mais, já

que tinha uma relevância especial porque, em última instância, a não proliferação nuclear era um objetivo central das grandes potências, e este não era um tema abstrato: não havia preocupação pela proliferação nuclear na Colômbia, ou na América Central ou na África subsaariana. Mas sim havia preocupação com quatro ou cinco casos no mundo: África do Sul, Índia, Paquistão, o Oriente Médio, e o caso que estava pendente também eram Brasil e Argentina, pelo simples motivo de que os dois países tinham desenvolvido instalações nucleares importantes e existia uma perspectiva de um eventual desvio dos usos pacíficos da energia nuclear para fins que não os eram. Este era um dado da realidade. De maneira que, quando os dois países começaram a conversar em matéria nuclear, o tema surgiu com grande interesse, e quando houve os primeiros indícios de que essa era uma área de cooperação, creio que houve bastante entusiasmo nos setores que seguiam os acontecimentos nucleares mundiais nos grandes centros norte-americanos e europeus.

O ponto da minha participação nesses assuntos foi o de ter sido testemunha e, em alguma medida, também ator nesses momentos realmente cruciais nos quais se decidiu o futuro da relação Brasil-Argentina e nas quais ficaram abertas as possibilidades de colaborações como as do Mercosul ou as que se desenvolveram durante a presidência do Dr. Raúl Alfonsín no tema nuclear. Tenho finalmente que agradecer mais uma vez a possibilidade de participar de um evento desta natureza e da muito importância que dou à possibilidade de encontrar velhos amigos que havia muito tempo queria encontrar novamente. Muito obrigado.

John Tirman:

Sou John Tirman do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e é um prazer estar aqui. Esta é a minha sexta conferência de História Oral Crítica, e gostaria de fazer um comentário sobre o método. Seu valor, entre outras coisas, está na disposição dos senhores de refletir sobre aqueles eventos de maneira



PRESIDENTE GEISEL E SEU MINISTÉRIO



HENRY KISSINGER E AZEREDO
DA SILVEIRA, ABRIL DE 1974

empática; ou seja, não apenas descrevendo o que aconteceu, mas por que aconteceu e quais eram as sensibilidades e sentimentos em relação à outra parte. Quais pressões os senhores sofriam em seus próprios países e como chegaram às decisões que terminaram tomando. Isso é algo que não teríamos num tratamento histórico tradicional da questão.

A liberdade de falar longamente é, eu acho, uma das grandes vantagens, e eu gostaria de encerrar com uma pequena anedota da minha primeira conferência de História Oral Crítica que se deu há 20 anos em Havana, sobre a Crise dos Mísseis em Cuba. Nós não estávamos seguros de que Fidel Castro iria aparecer para essa reunião, mas ele o fez e esteve presente o tempo todo. Ele entrou na sala um pouco atrasado, se apresentou, se sentou e interrompeu um general russo que havia comandado as forças soviéticas em Cuba, e estava terminando um comentário muito alarmante, e no final alguém perguntou a Fidel o que ele achou do que o general tinha dito. A sua resposta durou uma hora e 15 minutos, mas foi fascinante. Eu não encorajaria respostas de uma hora e 15 minutos, mas eu acho que vale a pena refletir longamente, se vocês puderem, sobre o que aconteceu e, mais importante, o porquê. É isso que fará deste um encontro bem sucedido.⁷

Andrew Hurrell:

Eu ensino Relações Internacionais em Oxford e trabalho principalmente em questões do Direito Internacional, Instituições Internacionais e Justiça Global. Dei-me conta vindo a essa reunião que faz pouco mais de 30 anos que comecei a ter um interesse acadêmico profissional pelo Brasil e suas relações internacionais e, é claro, essa relação específica com a Argentina foi um dos grandes e mais importantes acontecimentos desse período. Foi também há 17 ou 18 anos

7. James Blight, James G. Allyn, Bruce J. Welch, *Cuba on the Brink: Castro, the Missile Crisis, and the Soviet Collapse* (Pantheon Books, 1993).

que estive envolvido num projeto analisando comparativamente o surgimento de *security communities* em diferentes partes do mundo, e eu escrevi para esse projeto o capítulo sobre o Brasil e a Argentina, que foi realmente uma primeira tentativa de compreender o que estava acontecendo.⁸

Portanto, uma das minhas grandes expectativas pessoais é revisitar algumas dessas questões – sobre a noção de superar conflitos, a gênese da confiança, a impensabilidade certos tipos de relação. Mas é claro, dessa vez, ser capaz de entender essas questões com evidências documentais muito mais profundas, a contribuição daqueles que participaram não só das decisões mas, como John disse, também refletindo sobre o contexto da época que levou a essas decisões.

Rodrigo Mallea:

Bom dia a todos. Eu trabalho como pesquisador no Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas aqui no Rio de Janeiro e sou mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Nos últimos anos trabalhei na questão nuclear argentino-brasileira junto aos professores Matias Spektor e Nicholas Wheeler no contexto do projeto que hoje nos reúne aqui, tanto na preparação de documentos quanto na minha participação em uma série de entrevistas que realizamos com protagonistas desse processo em ambos os países, cujos resultados centrais se encontram na minha tese de mestrado.⁹ Quero lhes dizer que vejo tanto a questão nuclear quanto as singularidade da relação argentino-brasileira como dois objetos de estudo verdadeiramente fascinantes, de modo que estou muito contente de estar presente aqui com todos vocês. Tenho certeza de que o resultado desse exercício será sumamente positivo e deixará

8. Andrew Hurrell, 'An Emerging Security Community in South America?', In Emmanuel Adler, Michael Barnett, *Security Communities* (Cambridge University Press, 1998).

9. Rodrigo Mallea, *La cuestión nuclear en la relación argentino-brasileña*. Tese de Mestrado (IESP-UERJ, 2012).

valiosas lições a nós que trabalhamos a relação bilateral desde uma perspectiva acadêmica.

Carlo Patti:

Integro o núcleo de pesquisa sobre a história do programa nuclear brasileiro e da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina. Acabo de defender uma tese de doutorado sobre o papel do Brasil na ordem nuclear global. É um grande privilégio estar com vocês hoje. Entendo que este exercício será fundamental para os estudos futuros sobre a história nuclear argentino-brasileira.¹⁰



OS MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL E DA
ALEMANHA ASSINAM O ACORDO
NUCLEAR DE 1975

10. Carlo Patti, *Brazil in Global Nuclear Order*. Tese de Doutorado (Universidade de Florença, 2012).

Panel I

A questão nuclear na rivalidade argentino-brasileira e o papel dos Estados Unidos (1967-1979)

Este capítulo passa em revista as primeiras tentativas argentino-brasileiras de negociar um acordo de cooperação nuclear. O capítulo cobre o longo período entre 1967 e 1979, anos que coincidiram com o auge da rivalidade bilateral em torno ao uso das águas do rio Paraná e com o início do governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos, cuja política de não-proliferação nuclear aplicou pressões inéditas a ambos os países.

Moderador:

Gostaríamos de iniciar os trabalhos pedindo aos participantes sua interpretação a respeito do impacto de Itaipu sobre a relação nuclear argentino-brasileira.

Camilión:

Penso que é importante começar com algumas reflexões sobre a questão das percepções. Eu diria que há muitas formas possíveis de percepção, mas são três as que me interessam: a ‘percepção subjetiva’, em que se percebe ao outro como desprovido de humanidade; a ‘percepção objetiva’, em que se ajustam os fatos concretos e as suas consequências em relação à segurança; e a ‘percepção paranoica’.

Na Argentina existiu por muito tempo o que se denominava ‘o Plano Pampa’, que consistia fundamentalmente em evitar uma eventual ocupação brasileira, e

levou à política de não fazer estradas no litoral argentino.¹¹ Isso só começou a mudar na gestão do presidente Frondizi e as obras na província de Corrientes, como também cabe mencionar as duas grandes obras que foram feitas na ponte sobre o rio Paraná e o túnel por baixo do mesmo rio, que foi obra de duas províncias – Santa Fé e Entre Ríos– que se puseram em acordo para fazer essa obra enquanto o Governo Nacional ainda mantinha certa desconfiança.

Nesse sentido, quero dizer que alguns setores na Argentina – particularmente os militares – percebiam o Brasil como uma ameaça, eu diria, fundamentalmente em razão do seu tamanho. Ao mesmo tempo, a primeira vez que fui ao Brasil, em 1959, acontecia que a relação de tamanho entre os dois países era muito diferente da relação que existe hoje. O PIB brasileiro era 1,3 vezes maior que o argentino, mas a relação de população era então aproximadamente de 3,5 para 1. O PIB per capita argentino era então 3,5 vezes maior que o brasileiro. Assim, a Argentina tinha uma margem para armar-se muito maior que o Brasil, como consequência dessa renda por habitante. Isso determinava que o Brasil percebesse a Argentina como uma potencial ameaça à sua segurança sendo que, militarmente, a Argentina podia evoluir de maneira mais firme que o Brasil apesar da superioridade numérica deste. Daí as instruções do chanceler Macedo Soares ao embaixador na Argentina Aguinaldo Boulitreau Fragoso no princípio de 1960, que consistiam em lembrar-lhe que a Argentina era uma ameaça ao Brasil. Havia um problema de percepção dos dois lados que levava a decisões possivelmente equivocadas, como a de não fazer estradas de um lado.

O tema nuclear se projeta dentro deste esquema. Eu considero possível que alguns atores da política nuclear argentina tenham contemplado o desenvolvi-

11. O 'Plano Pampa' refere-se a um conceito estratégico-militar do Exército argentino com vistas a lidar com a hipótese de conflito com o Brasil. O plano buscava manter o litoral argentino subdesenvolvido, evitando investir em pontes e estradas que pudessem ser instrumentais durante uma eventual ofensiva brasileira.

mento nuclear como uma possível abertura a áreas que permitiriam um equilíbrio militar entre a diferença de população com o Brasil. E aí temos que pôr também a questão de Itaipu. Itaipu foi tão emocional e tão difícil de apreender que não foi uma simples soma de projetos hidrelétricos que deveriam se coordenar tecnicamente. Na realidade, era um grande tema político, porque de alguma forma era uma questão de fronteira; uma questão territorial, não tanto pelo traçado da linha, mas mais pelo controle da área. Por essa razão, uma vez superado este problema, não ficaram mais questões de segurança entre o Brasil e a Argentina.

As políticas nucleares devem ser entendidas, portanto, de alguma maneira também em função disso; não só pelo fato de que todos os países temos que avançar no campo tecnológico para estar *up to date* no plano das relações internacionais. Logicamente, isso não exige que alguns possam chegar a ter ‘visões paranoicas’ sobre as intenções potenciais dos vizinhos. Não há exemplo mais característico da visão paranoica do que a ideia de que Itaipu poderia se converter em uma ‘bomba hídrica’. Agora, o fato de que isto tenha sido sustentado como uma possibilidade por gente aparentemente séria e com certa influência demonstra mais uma vez como o problema das percepções é mais importante do que a própria realidade.

Moderador:

Embaixador Lampreia, de que maneira a questão de Corpus-Itaipu afetou a relação nuclear argentino-brasileira, e qual foi o papel do acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha Ocidental, de junho de 1975, nesse contexto?

Lampreia:

Creio que, indiscutivelmente, o período que decorre entre 1965 e 1975 foi crucial porque, na década de 60, havia uma preocupação de buscar um acordo de cooperação nuclear, e Brasil e Argentina haviam assumido uma atitude intran-

sigente a respeito do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Quando, mais adiante, na década de 70, apareceu a questão de Itaipu, e a obra começou a ser construída sem que houvesse um acordo prévio com a Argentina, teve início, pelo menos do lado argentino, uma sensação de que a obra constituía uma ameaça real ao desenvolvimento econômico argentino. Primeiro, como uma medida brasileiro-paraguaia que neutralizava a possibilidade da construção da usina hidroelétrica de Corpus e, segundo, como uma represa que poderia vir a causar um domínio sobre as águas rio abaixo, a ponto de fazer flutuar o nível do rio e, portanto, criar problemas para os portos argentinos ao longo do rio. E até cenários mais loucos, como aquele da bomba atômica de água, que seria causada pela abertura das comportas permanentes da represa, inundando a planície do Rio da Prata argentino. Só o fato de haver essa teoria já demonstra que havia um ambiente de certa tensão quase paranoica, não é? E, ao mesmo tempo, o Brasil considerava que a posição argentina de inviabilizar Itaipu era quase que um *casus belli* porque Itaipu era uma usina que estava destinada a fornecer naquele momento 30% da energia brasileira. De maneira que havia um interesse muito concreto.

Foi aí que Oscar Camilión, meu querido amigo, chegou ao Brasil no mês de maio de 1976, e encontrou uma postura clássica de regimes militares de guardar segredos, não falar dos assuntos. E Oscar, que é um sedutor, um maravilhoso acrobata das palavras, seduziu completamente a imprensa brasileira e por toda a parte havia a impressão digital de Camilión, que fez a cabeça da imprensa brasileira durante pelo menos um ano desde que ele chegou.

O chanceler Azeredo da Silveira ficava muito irritado com aquilo e resolveu substituir o secretário de imprensa, me chamando para ficar no lugar. E aí houve um momento interessante porque a redação do Jornal do Brasil, que naquela época era o jornal mais importante, com a presença do Carlos Castelo Branco e muitos outros importantes jornalistas que estavam lá, armaram um jantar que tinha sessenta ou setenta jornalistas, o Oscar e eu. Só faltaram armar um rin-

que de box para que nós tivéssemos ali uma peleja (risos). E o Oscar e eu, que não tínhamos interesse nenhum em fazer cenas de pugilato ali na frente dos jornalistas, ao contrário, ficamos falando de futebol, do Boca Júnios, do chute do Nelinho, da capacidade dos punhos do Carlos Monzón, que era o campeão mundial dos pesos médios do box argentino. Ficou todo mundo decepcionadíssimo, mas desde então ficamos muito amigos.

Creio que a partir daí começou a se desmontar um pouco o clima de incitação pública, de rivalidade pública, de bate boca que havia. Um jornal em Buenos Aires, que era controlado pelas Forças Armadas, diariamente dizia as coisas mais agressivas em relação ao Brasil. O ambiente era muito negativo. E assim surgiu, com mais força do que antes, o quadro nuclear como uma dimensão muito forte.

Havia a consciência no Brasil de que a Argentina tinha maior vantagem por ter partido antes nessa corrida tecnológica (tinha o reator de Atucha usando a tecnologia de água pesada). E o Brasil, na verdade, não tinha nada porque o único reator que estava tentando montar era da Westinghouse aqui em Angra, que se revelou uma usina pirilampo, vagalume, que acendia e apagava o tempo todo. Então, havia uma sensação de que a Argentina estava na frente, o que tinha um impacto estratégico de grande importância. Por isso, eu creio que, nessa fase final dos anos 70, chegamos a um momento delicado. Os americanos, como aconteceu claramente na visita do Cyrus Vance e do Warren Christopher, exploravam uma linha de provocação com a Argentina para pressionar o Brasil a assinar o TNP. Faziam intrigas entre Brasil e Argentina e manipulavam de certo modo essa rivalidade a seu favor. Mas isso felizmente foi abortado.¹²

12. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Cyrus Vance, visitou o Brasil em 23 nov 1977 e Warren Christopher, subsecretário de Estado, em 27 nov 1977. Ver *Brazil Scope Paper: Implications of the Argentine Visit. 30 nov 1977*, Arquivo Azeredo da Silveira, CPDOC. 1974.04.23. Para uma análise, ver Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Zahar, 2009) e Rodrigo Mallea, *op. cit.*

Concordo com o que disse o Oscar de que o João Hermes se referia à negociação de Itaipu como a mais difícil que o Brasil teve no século XX, até porque não era só o Brasil e a Argentina, tinha o Paraguai também, o que acrescentava um complicador notável. Era uma situação estratégica que poderia ter virado uma coisa pior.

Camilión:

Quero agradecer meu amigo, o embaixador Lampreia, pelas suas referências cordiais que, se por um lado refletem a verdade, sobretudo me permitem fazer algumas reflexões adicionais sobre por que se chegou a um acordo entre Brasil e Argentina no tema que obstaculizava toda a relação bilateral e constituía uma pedra no caminho. O que aconteceu foi que, antes de se iniciarem as negociações finais de Itaipu, o problema era articulado desde as duas chancelarias a partir de posições ideológicas extremas, que criavam uma situação de incompatibilidade absoluta para se chegar a um acordo. Por exemplo, o princípio da *consulta prévia*: há princípio de consulta, ou não há princípio de consulta, entendendo isso com um pronunciamento em foros internacionais?

Acho que esse foi um erro estratégico da Argentina. Se buscarmos os objetivos máximos nunca vamos encontrar uma solução para a negociação. Se pudermos fixar os objetivos mínimos, seguramente vamos encontrar a possibilidade de solução, o que supõe, dentre outras coisas, reconhecer que todos os elementos emocionais e mitológicos que rodeiam o tema não são verdadeiros objetivos nacionais concretos.

Agora, qual impacto teve na relação dos dois países a visita de Warren Christopher e, posteriormente, de Cyrus Vance? Este é um elemento muito importante a se levar em conta.

Quando Vance chegou a Brasília trazendo um ultimato do presidente [Jimmy] Carter, eu estava à frente da embaixada e pude presenciar o que, creio, foi uma



CYRUS VANCE E AZEREDO DA
SILVEIRA EM BRASÍLIA

grande surpresa em muitos setores da liderança política, diplomática e inclusive militar brasileira. Naquele momento estávamos muito longe do tempo em que um chanceler brasileiro dizia que tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, tal como professou Juracy Magalhães. Aqui havia um grande objetivo brasileiro que os Estados Unidos consideravam radicalmente contrário aos seus interesses e que estavam dispostos a opor: o acordo nuclear Brasil-Alemanha de 1975.

Na Argentina, este acordo não causou muita surpresa; estava à altura das aspirações do Brasil. De fato, a Argentina tinha tido o seu próprio acordo com a Alemanha, que havia sido exitoso.¹³ Com o Brasil tratava-se de um acordo muito maior: oito centrais de 1.350mW, além de todos os outros elementos que compunham uma usina de enriquecimento de urânio. Eu tive a oportunidade de aproveitar uma entrevista jornalística para dizer que, no momento em que estavam em plena vibração os ecos das exigências de Cyrus Vance, a Argentina não previa nenhum objetivo militar no acordo brasileiro-alemão, o que causou bastante surpresa, inclusive no Itamaraty, onde não se sabia de onde vinha essa manifestação espontânea.¹⁴ Acrescento que também houve bastante surpresa em Buenos Aires com essa declaração espontânea.

Se em Buenos Aires o governo e a chancelaria argentina acreditavam que os Estados Unidos iam paralisar os esforços nucleares brasileiros e iam deixar a Argentina como monopolizadora da política nuclear na América Latina, estávamos completamente enganados. Esse é um tema que convém lembrar porque deu lugar a alguns debates bastante interessantes, inclusive quanto à cooperação bilateral entre os dois países. Ademais, quanto às possibilidades imediatas

13. Em 1968, a Argentina concluiu um contrato com a alemã Siemens para a construção de Atucha, sua primeira central nuclear, de 350MW. A linha tecnológica escolhida para seus reatores foi a de água pesada e urânio natural.

14. Entrevista com Oscar Camilión, Revista Veja, edição 491, 1 fev 1978.

de cooperação, quero dizer que aí, sim, a embaixada argentina no Brasil começou a se mobilizar de acordo com os setores técnicos da CNEA.

Também tive a oportunidade de convidar para uma reunião o almirante [Carlos] Castro Madero e o embaixador Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás. Em uma refeição entre os três presentes, tratou-se amplamente do tema dos programas nucleares. Não ainda com perspectivas de uma possível cooperação argentino-brasileira, mas com a análise da situação dos dois programas. E ali o capitão Castro Madero, com muita seriedade, disse ao embaixador Nogueira Batista, com quem eu tinha uma grande amizade, que do ponto de vista técnico lhe preocupava o programa que o Brasil montara com a Alemanha porque ele sabia das dificuldades que havia tido a Alemanha com o seu primeiro plano de uma usina de 750mW. E pensava que construir usinas de 1350mW, sem ter feito nenhum teste prévio, seriam muito difícil. E antecipou detalhes das dificuldades que previa para o desenvolvimento desta parte do programa.

Isso eu trago como prova de que havia a melhor boa-vontade e o melhor espírito entre as duas autoridades máximas dos programas nucleares dos dois países. O clima [de cooperação] começou a se criar previamente, nos ambientes nucleares, como é testemunha o capitão Ornstein. Estes são os temas que me parecem oportunos tocar, para sinalizar como as coisas estão entrelaçadas e como é importante, acima de tudo, desistir dos objetivos máximos inalcançáveis e buscar objetivos mínimos provavelmente alcançáveis, ainda que não sejam totalmente satisfatórios; deixar de lado as posições e os setores mais extremistas e possibilitar uma perspectiva de cooperação embasada em uma visão estratégica global.

Vou citar outra coisa. Em 1957, quando o presidente Arturo Frondizi estava preparando as linhas mestras diretivas da sua política externa, que supunha uma aproximação com o Brasil e com o Chile, Hélio Jaguaribe escreveu o seu famoso livro, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (Instituto Superior de

Estudos Brasileiros, 1958) que favorecia a amizade estratégica entre Brasil e Argentina com uma finalidade muito concreta: preparar o Brasil para defender seus interesses estratégicos centrais, não da Argentina, mas dos Estados Unidos. Convém reler este livro realmente luminoso e profético para entender por que razão, se houvesse um marco teórico, era possível avançar com muito mais eficácia na resolução dos problemas entre os dois países – uns imaginários, outros concretos.

Moderador:

Capitão Ornstein, como diria que o contexto de rivalidade regional e emocionalismo em ambos os países afetava os setores técnicos?

Ornstein:

Bom, eu gostaria de dar um enfoque um pouco diferente, que não se contrapõe ao que disseram todos os distintos embaixadores, mas que oferece outro ponto de vista. Nunca existiu na CNEA, segundo o que pude perceber nos meus 33 anos no tema e dada toda a documentação e os meus contatos pessoais, uma rivalidade que não fosse quase desportiva com a CNEN. O fato mais claro disso foi a corrida que houve, não para chegar à bomba atômica, mas senão para ter o primeiro reator de pesquisa operativo na América Latina. Conto um fato que até pode parecer uma inconfidência: a Argentina ganhou esta corrida por dias porque inaugurou o reator apesar de não ter ainda terminado de testá-lo.¹⁵

Nunca vimos com maus olhos o acordo do Brasil com a Alemanha. Pareceu-nos lógico que o Brasil fizesse um esforço dessa magnitude dado que efetivamente, naquele momento, estava um pouco atrasado com respeito ao desenvolvimento que a Argentina havia alcançado no campo nuclear.

15. O reator RA-1, de 40KW, tipo 'Argonaut', foi inaugurado no dia 17 jan 1958.

Agora, quero diferenciar bem a posição dos setores diplomáticos, que sempre estão na frente da batalha. Acredito que muitos dos conflitos que ocorreram entre a Argentina e o Brasil desde a guerra de 1820 do Império do Brasil com as Províncias Unidas do Rio da Prata foram mínimos, exceto Itaipu— naqueles anos trabalhei com o estudo da possibilidade técnico-econômica da represa de Corpus, por isso segui o assunto de perto. Eu diria que a maior desconfiança que havia entre os dois países estava mais no nível político-diplomático e algum setor militar, que não afetou a população e nem as demais atividades, muito menos a nuclear.

Lendo a documentação que nossos amigos organizadores fizeram o grande esforço de selecionar, vê-se que, nos dois lados, sempre houve uma boa disposição no nível técnico e um desejo de colaborar com a outra parte. Os diplomatas de um e outro lado nunca se opuseram; o que eles fizeram foi jogar com a possibilidade de chegar a um acordo, sobretudo quando o obstáculo de Itaipu estava no caminho. Isso pode ser visto nas notas de ambas as chancelarias: ninguém se opôs à cooperação, mas os diplomatas sempre estiveram em busca de fazer dos acordos em campos estratégicos, como o nuclear, uma moeda de troca e negociação. Por isso, acredito que a percepção dos diplomatas – que, reconheço, estavam na trincheira política da relação diária - talvez fosse um pouco mais exacerbada do que tínhamos os demais, que estávamos em outro lugar.

Como ex-membro das Forças Armadas vou fazer uma confissão: o fato de que se escolha uma hipótese de guerra determinada é uma das formas que as Forças Armadas têm de justificar sua existência, seu equipamento e seu orçamento. A Argentina tinha uma hipótese de guerra que era muito mais complicada. Era lutar contra Brasil e Chile ao mesmo tempo. Partia-se do princípio de que o Chile aproveitaria a oportunidade de uma guerra entre Argentina e Brasil para recuperar os territórios que a Argentina ocupara na Patagônia. E ainda mais, vou lhes fazer uma outra inconfidência. Eu, em um exercício de guerra na Escola de Guerra Naval, já sendo oficial a nível de chefe, fui designado coman-



PERÓN INAUGURA ATUCHA
EM 21 DE MARÇO DE 1974

dante da frota brasileira, que afundava toda a frota argentina. Mas, que outra hipótese teríamos, uma guerra com o Uruguai?

Talvez isso que estou dizendo choque um pouco a alguns de vocês, mas falando com toda a honestidade, havendo sido membro das Forças Armadas por 35 anos e outros 33 na CNEA: estavam dadas todas as condições para um entendimento nuclear, salvo este obstáculo, que, como disse o embaixador Camilión, no fundo foi mais um problema de sentimentos exacerbados do que de um conflito real de interesses. Naquele momento, a Argentina exagerou a sua posição e o Brasil exagerou a sua dureza na negociação. E as duas posições, como princípio de negociação, eram válidas. Superado esse episódio - concordo totalmente com o embaixador Lampreia em que esta foi a mais importante armadilha da relação bilateral e também a negociação mais frutífera que houve entre Brasil e Argentina -, a cooperação nuclear se concretizou muito facilmente.

Quem mais interesse tinha na cooperação eram os setores técnicos. Os que de alguma forma atrasaram a cooperação foram os setores políticos-diplomáticos. Entretanto, quando se chegou ao acordo, os setores que mais se integraram, e que melhor coordenaram suas atividades, foram os setores diplomáticos-políticos, enquanto os que menos puderam se engajar em uma cooperação efetiva, por uma série de detalhes que depois vou analisar com mais profundidade, foram os setores técnicos, onde, com toda franqueza, apenas se está começando agora a alcançar uma cooperação, sem que saibamos ainda sua real efetividade. Mas não quero me adiantar. Obrigado.

Moderador:

Queríamos voltar à questão de Itaipu. Quais fatores impediram que a disputa não escalasse ainda mais?

Castro Neves:

A minha percepção é que realmente as personalidades envolvidas podem ter contribuído para atrasar um pouco o acordo de cooperação técnico-cooperativo, que basicamente se referia à cota de Itaipu e à cota de Corpus para compatibilizar um aproveitamento com o outro, a fim de que as águas de um não invadissem a casa de máquinas do outro. O acordo vinha sendo negociado ao longo da gestão do presidente [Ernesto] Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, e a essência deste acordo estava praticamente pronta ao final do governo. Só que, em algum momento, decidiu-se deixar a resolução final do tema para o governo Figueiredo, iniciado em 1979.¹⁶

Nós já tínhamos tido a experiência não positiva nesse sentido, que foi um acordo feito por [Mário] Gibson Barboza com o Eduardo McLoughlin, o chamado acordo de Nova York, sobre a troca de informações, em 1973.¹⁷ O acordo foi feito no final do governo [do Agustín] Lanusse, mas a primeira medida do governo [Héctor] Cámpora foi denunciá-lo. Eu tenho a impressão de que a própria parte argentina tinha mais ou menos isso em mente, de fazer o acordo com o novo governo brasileiro que daria mais sustentabilidade ao mesmo. Mas a essência do acordo já estava ali pronta. Já tínhamos, inclusive, estabelecido alguns parâmetros de comum acordo por ambas as partes porque não havia conhecimento preciso do regime das águas do rio Paraná que permitisse estabelecer coisas como a variação das águas de área, ou a velocidade de variação das

16. Para uma análise detalhada da relação argentino-brasileira em torno a Itaipu, ver Matias Spektor, *Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial entre Brasil e Argentina*. Tese de Mestrado (Universidade de Brasília, 2002) e Archibaldo Lanús, *De Chapultepec al Beagle: política exterior argentina, 1945-1980* (Emecé, 1982).

17. O acordo compreendia três princípios fundamentais: a exploração dos recursos naturais de um Estado não poderia causar efeitos nocivos para áreas além da jurisdição nacional; a cooperação seria materializada pelo fornecimento de informações e dados oficiais de um Estado ao outro sobre eventuais projetos em águas internacionais, e tudo deveria ser regido sob o melhor espírito de cooperação e boa vizinhança, sem que isso fosse interpretado como o direito de um Estado para atrasar ou dificultar os trabalhos do outro.

águas. No final, estávamos discutindo o intervalo de 50 centímetros, quando se chegou à conclusão de que a margem de erro era de cinquenta centímetros, então não havia muito que dizer.

O governo do presidente Figueiredo tomou posse em 15 de março de 1979 e, no início de outubro, foi assinado formalmente o acordo de entre as duas partes, que era basicamente o acordo que havia sido negociado pela administração anterior.

Ornstein:

Acho que o maior atraso que houve, além do que se acaba de explicar e que me parece totalmente lógico, é o que apontou o embaixador Camilión: a posição argentina era extrema, impulsionada por alguns setores muito nacionalistas que pretendiam dar como válida a possibilidade de uma crescente máxima no rio, algo que ocorre uma vez em 10 mil anos, como se fosse um direito soberano.

No direito internacional, contudo, utilizavam-se as alturas médias, não a hipótese de uma crescente extraordinária. Assim, quando a Argentina teve de retirar essa demanda, teve que ir quase ao outro extremo, o que era, sem dúvida, um erro técnico de negociação. Isso aconteceu conosco no Tratado do Rio da Prata, e também em várias negociações com o Chile – essa coisa de com uma posição tão exigente e insustentável.¹⁸

Portanto, eu acredito que a posição argentina foi o fator que atrasou esse acordo que, no fundo, já estava negociado entre as duas partes. Foi necessário reconciliar posições muito extremas.

18. O Tratado do Rio da Prata foi assinado em 19 nov 1973 entre Argentina e Uruguai. Entre outras coisas, estabeleceu a delimitação do rio internacional depois de décadas de desentendimentos entre os dois países.

Camilión:

É verdade que a negociação de Itaipu estava pronta no final do governo do general Geisel e contava com a total aprovação do chanceler Silveira. O que atrasou o acordo naquela ocasião foi algo que vou relatar porque tem uma certa graça. Silveira me ligou pela manhã e disse: ‘Lamentavelmente, surgiu um inconveniente. Sempre tem gente que é mais inteligente que a gente’. Ele se referia ao Ministro Ueki, o ministro das Minas e Energia, que havia proposto que se elevasse o número das turbinas em Itaipu de 18 para 20 e havia convencido o general Geisel de que se podia alcançar esse objetivo (era algo factível, já que as turbinas tem que estar paradas periodicamente para serem reparadas). Mas isso desatou novamente aquele contexto emocional de que falamos anteriormente, e que mudou as coisas, provocando a impossibilidade de um acordo. Essa foi a razão pela qual não se assinou o acordo a respeito de Itaipu durante a presidência de Geisel.

Quanto à visita dos altos funcionários norte-americanos, a Argentina teve uma posição inteligente: compreendeu que de nenhuma maneira se estava desenvolvendo uma possível corrida atrás do ‘brinquedo nuclear’, como dizíamos naquele momento, entre os dois países. Mais ainda, o que se começava a pensar era o seguinte: tanto Argentina como Brasil não eram membros do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Naquele momento não havia nenhuma opinião favorável à assinatura do tratado em nenhum dos países, o que criava um ponto comum.

Agora, o que sim podíamos imaginar entre ambos os países era algo como um tratado de não-proliferação aberto entre Brasil e Argentina com base em um mecanismo que mais ou menos permitisse a cada um dos dois países saber quais eram os desenvolvimentos do outro e dessa maneira estabelecer um vínculo de confiança. Quero dizer que nós já concebíamos como uma resposta possível aos argumentos norte-americanos, entre 1975 e 1977, um mecanismo



ESQ. PARA DIR.: EMBAIXADOR CAMILIÓN, CHANCELER GUZETTI, PRESIDENTE GEISEL E CHANCELER AZEREDO DA SILVEIRA EM BRASÍLIA, 9 DE DEZEMBRO DE 1976

que permitisse aos dois países criar confiança quanto às possíveis aplicações da energia nuclear ou às possíveis tentações do desenvolvimento nuclear do outro. Isto porque, volto a repetir, a questão da proliferação nuclear não era um tema abstrato para todos os países do mundo: se referia a situações concretas.

Rego Barros:

Só queria comentar que, naquela época, havia um ambiente de muita tensão. Talvez fosse em parte pelas posições sempre extremistas de um lado e do outro. Éramos também dois governos militares. Não que os militares especificamente fossem culpados, mas eu fiquei muito chocado quando vi que a situação de Brasil e Argentina estava sendo comparada à do Paquistão e Índia ou à de Israel e seus vizinhos. Porque não há comparação. (Por isso as exigências de não-proliferação da AIEA sobre países como o Brasil e Argentina são complicadas... é difícil de entender que sejam tão severas quanto o são para o Irã e outros países).

No que diz respeito à pressão americana, desde o nascimento dos dois países, no Brasil e na Argentina sempre houve um DNA de terem sido divididos pelo Reino Unido, porque aparentemente o Reino Unido se deu conta de que o Brasil ia continuar avançando para o Sul e fez pressão [para evitá-lo]. Então, no nosso DNA, o 'bad guy' eram os britânicos e, depois, os americanos. E Carter, de certa maneira, fez esse papel. Quando se tem conhecimento das instruções do Cyrus Vance, aquilo era explícito. Então, muito bem, você até pode entender aquilo como sendo algo razoável quando você quer evitar a proliferação nuclear, mas os países que estão sendo objetos dessa campanha percebem nesses esforços teses radicais: *olha, os americanos estão querendo nos separar, como os britânicos fizeram.*

Lampreia:

Eu queria levantar dois pontos específicos. O primeiro diz respeito a Warren

Christopher. Christopher era, nos anos 1970, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos. Dezoito anos depois, voltou como Secretário de Estado e eu, que era ministro, o recebi. Por uma ironia do destino, assinamos um acordo de cooperação nuclear.

Enquanto estávamos ali sentados, a ponto de assinar o acordo, eu disse a ele: ‘Veja você, não é?! Depois daquela viagem traumática você volta ao Brasil para assinar um acordo em um ambiente de paz, de cooperação e de harmonia’.

E ele aí disse uma coisa que me deixou muito surpreso: ‘Aquilo foi o maior erro na minha vida. Eu tinha acabado de entrar no Departamento de Estado, tinha um mês no Departamento de Estado, foi uma ‘trap’, uma armadilha, em que eu me meti, porque o Carter tinha feito promessas de campanha que iam parar o Programa Nuclear Brasileiro, e eu achei que nós íamos ter peso o suficiente para fazer. Mas, ao contrário, a minha missão acabou sendo um fracasso, eu fui maltratado, eu fui tratado a uma maneira agressiva (porque o Silveira realmente soltou os cachorros em cima dele, não é?). E eu nunca mais me meti em uma coisa sem saber exatamente onde é que eu estava pisando. Foi um equívoco absoluto da minha parte’.¹⁹

Eu acho que foi uma daquelas coisas de começo de governo, em que as pessoas acham que podem tudo, que vão mudar o mundo, vão despachar missões, vão fazer acontecimentos em tudo. Eu pensei que Christopher fosse responder: ‘Pois é, que engraçado, não é?!’ Mas não, ele teve essa reação emocional. Ele disse: ‘Isso aqui foi a pior coisa que me aconteceu como Subsecretário de Estado’.

Outra coisa é sobre o acordo tripartite entre a Argentina, Brasil e Paraguai, que acabou sendo assinado pelo chanceler [Ramiro] Saraiva Guerreiro. Creio que o

19. Sobre a política do governo Carter em relação ao Brasil, ver Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Zahar, 2009).

Silveira não desejava assinar esse acordo tripartite com a Argentina.

Silveira tinha dúvidas até o final. Ele botou a culpa no Shigeaki Ueki (Ministro das Minas e Energia), que tinha um plano para colocar turbinas adicionais em Itaipu. Mas ele tinha uma relação muito tensa com o brigadeiro [Carlos] Pastor, que era o chanceler argentino.

O brigadeiro Pastor fez tudo para ter uma posição de concórdia, de acordo, mas Silveira tinha uma impaciência com aquilo. Ele tinha desenvolvido uma atitude realmente muito negativa nesse assunto de Itaipu. Aquilo tinha sido, durante 10, 15 anos, um fator de muita energia, de muita carga emocional para ele, e ele não queria encerrar aquele assunto pessoalmente. Ele acabou ficando felicíssimo quando o assunto foi resolvido: ou seja, não é que ele fosse contra. Guerreiro mandou um telegrama muito simpático para ele, dizendo: 'Acabei de assinar hoje o seu acordo, o acordo que você deixou pronto'. E ele aí ficou em uma felicidade enorme, eu estava com ele em Washington. Mas ele não queria assinar pessoalmente.

Hurrell:

Podemos voltar ao fato de que Christopher disse 'esse foi o maior erro da minha vida'? Olhando historicamente, esse erro parece ter tido um grande papel em ajudar na aproximação entre Brasil e Argentina. Então, foi um erro como ele o viu, mas na verdade foi uma parte importante do processo de reaproximação.

Ornstein:

Eu acho que temos que voltar ao contexto daquele momento. Estamos falando dos anos 1960 e 1970, um período anterior às visitas recíprocas entre os setores nucleares dos dois países. As posições argentinas e brasileiras sempre foram coincidentes, como bem pontuou o embaixador Saracho, e isso está explícito nas negociações do tratado de Tlatelolco, quando as duas delegações trabalha-

ram quase como se fossem uma, e onde os ‘inimigos comuns’ eram os mesmos.

A posição dos dois países era que não queriam limitações de nenhuma espécie a seu desenvolvimento tecnológico nuclear em uma época em que se falava das explosões com fins pacíficos como uma grande solução para as obras de engenharia.

Além disso, discutia-se a construção do novo Canal do Panamá, que não seria no Panamá, mas na Nicarágua, algo que fez com que aquele país fosse o principal aliado do Brasil e da Argentina nas negociações que defendiam as explosões nucleares pacíficas. Nenhum de nós queria renunciar naquele momento a nenhuma possibilidade da tecnologia nuclear, uma posição que, para dois países maduros, era totalmente lógica.

Então, na ótica dos Estados Unidos, havia dois países que não assinavam os tratados que impunham algum tipo de restrição a seu desenvolvimento nuclear; dois países que se lançavam abertamente ao desenvolvimento tecnológico nuclear e que o buscavam o mesmo: obter desenvolvimentos tecnológicos próprios e, tanto quanto possível, autonomia no campo nuclear. Era lógico que existissem desconfianças profundas, ainda que nunca existisse uma competição nuclear apontando para o desenvolvimento de armas nucleares.

É importante lembrar que, ainda no final dos anos 1980, a AIEA tinha uma seção dedicada ao estudo das explosões nucleares pacíficas, ou seja, isso não era uma loucura argentino-brasileira. Era uma posição que até estava respaldada por uma atividade do organismo máximo no campo nuclear a nível internacional.

Era lógico que os Estados Unidos pressionassem e buscassem enfrentar os dois. Tudo isso partiu de uma desconfiança natural. E era lógico e natural que Brasil e Argentina perseguissem o mesmo objetivo, que não era competir entre eles,



SECRETARIO DE ESTADO CYRUS
VANCE E PRESIDENTE JIMMY CARTER

senão alcançar o mesmo, e além disso proteger (nisso talvez o Brasil fosse ainda mais exigente que a Argentina) seus segredos industriais e seu desenvolvimento nacional.

Rego Barros:

Há um ponto que foi muito traumático para o Brasil: a decisão do governo dos Estados Unidos, em 1973, de não cumprir com o suprimento de urânio enriquecido para a usina da Westinghouse em Angra dos Reis. Isso criou a oportunidade para que o Paulo Nogueira Batista, um homem inteligente, mas com um temperamento napoleônico, *seized the opportunity*, entrando no jogo com o acordo com a Alemanha.

Castro Neves:

Há aí dois momentos. O primeiro foi quando nós queríamos partir para Angra 2 e Angra 3 com a Westinghouse, no âmbito do acordo de cooperação Brasil-Estados Unidos, mas os Estados Unidos se recusaram a transferir a tecnologia de construção, que era uma aspiração brasileira. Então, com isso, foi cancelada Angra 2, e os contratos ficaram confinados a Angra 1. Como uma espécie de retaliação, talvez, os Estados Unidos começaram a condicionar o contrato para o suprimento do combustível de Angra 1. Posteriormente, os Estados Unidos, já no governo Carter, disseram que todos os acordos de fornecimento de combustíveis do Brasil, que incluíam Angra 1 e os reatores de pesquisa brasileiros, teriam que ser submetidos aos requerimentos do Non-Nuclear Proliferation Act (1978).

Essa conjugação de fatores inspirou o Brasil a buscar novos parceiros. E aí o Paulo Nogueira Batista iniciou negociações com a França e depois com a Alemanha. A Alemanha foi mais explícita nos seus oferecimentos. Posteriormente, na hora da assinatura do acordo a Alemanha, sob pressão americana, voltou-se atrás em uma série de aspectos ditos sensíveis do ciclo do combustível nuclear.

E isso, aliado às restrições internacionais crescentes decorrentes do Non-Nuclear Proliferation Act, decorrentes da *Zangger List* sobre exportações sensíveis, levou o Brasil ao que se chamou de programa paralelo, autônomo ou secreto.

Moderador:

Queríamos agora concentrar a atenção dos senhores em quatro questões. Primeiro, qual era a atitude de ambas as diplomacias no quesito da aproximação? Segundo, diante do acordo teuto-brasileiro, os técnicos argentinos, em conversa com as contrapartes brasileiras, apenas manifestavam apoio ou também alertavam para os riscos embutidos? Terceiro, a relação pessoal entre Castro Madero e as contrapartes brasileiras parece ter sido elemento de redução das desconfianças mútuas, mas precisamos entender isso melhor. E, finalmente, qual foi a reação brasileira ao anúncio argentino, em 1978, do início da construção de uma planta de reprocessamento em Ezeiza?

Ornstein:

Gostaria de esclarecer a terceira pergunta, sobre se a relação de Castro Madero com as autoridades nucleares brasileiras influenciou positivamente a relação nuclear entre os dois países. Eu diria que sim. A relação de Castro Madero com o professor Hervásio Carvalho (presidente da CNEN, 1969-1982) era excelente. Estive presente, e inclusive participei de jantares aqui no Rio de Janeiro, na época da negociação do tratado [de cooperação nuclear argentino-brasileira de 1980]. Eles se conheciam desde antes. Os dois eram governadores na AIEA e haviam participado juntos de várias reuniões. O mesmo aconteceu com o embaixador Paulo Nogueira Batista, que presidia a Nuclebrás. Ainda que não se conhecessem bem, logo houve um entendimento completo entre ambos. Eu acho que isso facilitou, pelo menos no nível técnico, o processo que vinha muito atrasado, mas como foi dito antes, era esperado pelas duas partes. Creio que as relações interpessoais influenciaram positivamente os acordos firmados em 1980.

Camilión:

Entendo que a relação de Castro Madero e Paulo Nogueira Batista foi excelente. Vejam que eu era um amigo pessoal de Paulo Nogueira Batista e não posso deixar de reconhecer que não era uma personalidade de trato fácil. Entretanto, ele se relacionou perfeitamente bem com Castro Madero que, ao contrário, era uma pessoa de trato relativamente fácil. Os dois se deram muito bem e eu tive a oportunidade de estar presente quando se conheceram em uma refeição em que, como comentei hoje, se reavaliaram, inclusive do ponto de vista argentino, as dimensões, os aspectos perigosos ou problemáticos da dimensão do programa nuclear brasileiro. Então acredito que de fato, como sempre acontece na diplomacia, a relação de confiança entre dois interlocutores é muito importante para superar problemas ou para abrir perspectivas.

Lampreia:

O anúncio de 1978 sem dúvida trouxe uma preocupação grande. Foi um momento, talvez, de maior ansiedade na relação bilateral.

Castro Neves:

Efetivamente, houve algum tipo de ansiedade. [Mas] foi dissipada rapidamente, inclusive com visitas de técnicos brasileiros à planta de reprocessamento de material irradiado de Ezeiza. Havia, inclusive, a percepção, no Brasil, de que o caminho natural para a Argentina ia empurrá-la para o reprocessamento do material irradiado porque a linha que eles haviam escolhido, que era de urânio natural e água pesada, era uma altamente plutonígena. Então, nesse sentido, a opção argentina em ter o reprocessamento não assustava o Brasil. O que a gente queria saber era quais eram as garantias que esse plutônio não teria destinos ‘antibrasileiros’ ou não pacíficos, por assim dizer. Mas nas visitas a Ezeiza, inclusive pela própria dimensão da planta, ficou claro que dali não sairia nada que pudesse ser prejudicial para a relação Brasil-Argentina. Então houve uma

certa tranquilização do lado técnico brasileiro, embora alguns setores militares de um lado e do outro sempre vissem um pouco a ficção de que o espaço de rivalidade ainda permitia dizer que ambos os países teriam que desenvolver um artefato nuclear como contraponto ao eventual perigo do outro. Mas isso nunca passou de bravatas de um lado e do outro.

Moderador:

Embaixador Castro Neves, como se deu a negociação dessas visitas?

Castro Neves:

Meu primeiro envolvimento com a atividade nuclear da Argentina foi quando era secretário da Embaixada do Brasil. Em 1974, recebi uma delegação da Escola Superior de Guerra que tinha no seu programa de visita uma visita a Atucha. Recebi dos setores técnicos do Brasil uma espécie de questionário para fazer perguntas lá. Fiz as perguntas ao engenheiro Jorge Cosentino, que era o diretor de Atucha, e comecei a perguntar sobre o tempo de queima do urânio 238 e sobre a periodicidade das substituições de combustível, etc. Depois da quinta ou sexta pergunta, o Cosentino vira-se para mim e disse: ‘No, quedate tranquilo que no estamos haciendo la bomba’ (risos). Na verdade, o que eu estava procurando saber é se o isótopo de plutônio que saía era o isótopo ímpar, que seria físsil. Isso seria útil para saber se o uso podia ser para um eventual explosivo ou não.

De qualquer forma, essas visitas no setor técnico, como já foi apontado pelo Roberto Ornstein, sempre tiveram uma ligação muito mais fluida porque ambos os lados se percebiam com problemas semelhantes e, no plano internacional, os dois sofriam as mesmas acusações.



CASTRO MADERO DE CNEA E
NOGUEIRA BATISTA DA NUCLEBRAS

De certa maneira, na comunidade internacional, Brasil e Argentina estavam juntos no banco dos réus. Havia uma clara percepção de que a gente tinha que atuar de certa forma conjunta. Uma curiosidade que não foi detectada até hoje: em 1962 há um acordo nuclear por troca de notas entre Brasil e Argentina, é um acordo quadro e nunca foi submetido ao Congresso Nacional nem nada; é um acordo de troca de notas, onde se estabeleceu que Brasil e Argentina na AIEA se revezariam como membros da Junta de Governadores.²⁰ Havia só uma vaga para o membro mais desenvolvido da região e acordou-se que Brasil e Argentina tinham igual desenvolvimento, portanto se alternariam nele. Isso tem funcionado impecavelmente até hoje.

Ornstein:

Dois esclarecimentos. Quanto ao uso da planta de reprocessamento, eu queria deixar claro que nunca houve o pensamento de utilizar este plutônio para fins nucleares.

Como pontuei antes, a Argentina, particularmente na época de Castro Madero, queria dominar a maior parte possível de tecnologia nuclear com meios próprios. Provavelmente, não houve suspeita alguma por parte do setor técnico brasileiro porque este setor sabia perfeitamente que, para reprocessar, é necessário ter combustível irradiado disponível.

O combustível irradiado em Atucha I, por um acordo com a Alemanha, estava, em primeiro lugar, sob salvaguardas da AIEA e, em segundo lugar, sob proibição de reprocessar sem prévio acordo do governo alemão. O combustível de Embalse tinha expressa proibição do governo canadense de ser irradiado sem autorização por escrito do governo canadense – o acordo era muito mais severo

20. Ver Julio Carasales, *De Rívaldes a Socios: El proceso de cooperación nuclear entre Argentina y Brasil* (Nuevohacer, 1997). e Rodrigo Mallea, *op. cit.*

que o alemão. E estava ainda sob salvaguardas da AIEA.

Em resumo: que combustível poderia reprocessar a Argentina em sua planta – que era simplesmente uma planta de demonstração? O fato de os reatores de urânio natural moderados com água pesada serem plutonígenos contribuiu muito para criar um clima de desconfiança com os Estados Unidos e a comunidade internacional sobre as intenções argentinas.

Também é verdade, como assinalou o embaixador Castro Neves e disse muito claramente o engenheiro Jorge Consentino quando foi perguntado sobre o grau de queimado com que sai o combustível irradiado, que, quando é utilizado com fins de produção de energia, é muito diferente do que se utiliza para reprocessar e obter material útil para um armamento nuclear. Então, os técnicos brasileiros entenderam isso, coisa que obviamente seria mais difícil que tivessem percebido claramente tanto o setor diplomático quanto o setor militar brasileiro. Por isso, eu concordo com a apreciação, não acho que o setor técnico brasileiro tenha se sentido muito preocupado com o anúncio argentino.

Moderador:

O embaixador Lampreia disse que o anúncio argentino criou uma preocupação e ansiedade, mas o embaixador Castro Neves disse que se sentiu mais assegurado. Podemos explorar isso um pouco mais, por favor?

Castro Neves:

A ansiedade era uma atitude de princípio e prévia ao conhecimento do que estava efetivamente acontecendo na medida em que surgiam notícias e as imprensas de um lado e de outro às vezes eram muito alarmistas sobre isso. Lembro que, em Buenos Aires, em 1973, havia um jovem e brilhante jornalista que escreveu um artigo no *La Nación* dizendo que o Brasil tinha adquirido a dimensão econômica muito maior que a Argentina e essa dimensão de tamanho



NICHOLAS WHEELER
E MATIAS SPEKTOR

ia se acentuar pelo simples fato de que o Brasil era muito maior que a Argentina em termos geográficos, em termos populacionais, etc. Mas que a Argentina poderia compensar isso qualitativamente, inclusive no campo militar, e preconizava que a Argentina deveria pesquisar o uso de uma bomba atômica. Esse jornalista chama-se Mariano Grondona e eu me lembro até hoje desse artigo. Bom, havia essas posturas, como havia também, do lado brasileiro, pessoas com esse tipo de mentalidade.

Agora, todas as vezes em que os setores técnicos entraram em contato, havia uma grande identidade de propósito e havia uma grande percepção de que a busca de um explosivo nuclear só teria uma única justificativa em um caso e no outro, que seria prestígio, muito duvidoso, tendo em vista a maré crescente da chamada não proliferação no mundo. Então, nunca houve da parte do Brasil uma ansiedade que durasse muito tempo. Havia, na verdade, pedidos de esclarecimento de um lado e do outro e isso foi-se ampliando até o momento em que se resolveu o último contencioso essencial entre os dois países, que era o contencioso de Itaipu, e aí abriu-se a porteira para a cooperação.

Eu me lembro que, dentro do próprio Itamaraty, havia visões discrepantes entre a área econômica, na qual estava inserida a Divisão de Energia e Recursos Minerais, onde eu trabalhava, e a área política, que era a área do Departamento das Américas. A nossa posição na área econômica era de que a existência de acordos de cooperação em campos sensíveis com a Argentina, como seria a cooperação nuclear, serviria para diluir a importância relativa do contencioso principal, que era Itaipu. Já a posição do Departamento das Américas era um pouco diferente: ‘Vamos primeiro resolver o contencioso essencial para depois partir para outras áreas’. Era essa a que prevalecia de certa maneira, que foi um pouco que o despacho do presidente Geisel está dizendo: ‘Vamos resolver esse

contencioso, depois a gente pensa no resto'.²¹

Camilión:

É correto que o departamento das Américas do Itamaraty e o seu chefe, o embaixador [João Hermes] Pereira de Araújo, estavam convencidos de que, até resolvermos Itaipu, não podíamos avançar em outras coisas. A ideia de rodear a questão de Itaipu com temas em que se podia desenvolver uma cooperação bilateral eficaz não o seduzia. Além disso, quero acrescentar uma coisa: nunca ouvi de nenhum alto funcionário do Itamaraty, do chanceler Silveira para baixo, preocupação pelos processos de reprocessamento argentinos iniciados em 1978. O tema nunca surgiu em nenhuma conversa, nem formal, nem informal.

Moderador:

Em setembro de 1976, Castro Madero propôs uma declaração conjunta para dissipar dúvidas a respeito das ambições nucleares dos dois países. No entanto, a reação brasileira foi negativa.²²

Castro Neves:

Posso dar o meu testemunho. Depois que cheguei ao Brasil, em 1978, e três anos depois, quando passei para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), para me ocupar justamente do tema energia nuclear, o que havia, era um profundo enfrentamento do lado brasileiro, de um lado a Nuclebrás, de outro lado a CNEN.

A CNEN acusava a Nuclebrás de que o acordo de cooperação com a Alemanha

21. Exposição de Motivos do Conselho de Segurança Nacional ao Presidente da República, 8 set 1974, secreto. Arquivo Azeredo da Silveira/ CPDOC.

22. Nota manuscrita de Paulo Nogueira Batista ao Ministério das Relações Exteriores, 24 nov 1976. Arquivo Paulo Nogueira Batista/ CPDOC.

jamais permitiria dominar o ciclo completo do combustível nuclear e, sobretudo, que o acordo de salvaguardas com a AIEA contido no INFCIRC 237 era de tal forma rigoroso que salvaguardava inclusive as informações e não permitiria a transferência de uma tecnologia que fosse relevante. Por outro lado, o acordo com a Alemanha era um pouco 'a menina dos olhos' do Ministro Ueki das Minas e Energia e do embaixador Paulo Nogueira Batista, que lhe era subordinado.²³

Então, havia um grande enfrentamento, que se traduziu até na área estratégica. A Secretaria do CSN, por lei, supervisionava a CNEN e o Paulo Nogueira Batista fez uma aliança com o Serviço Nacional de Informações (SNI), o serviço de inteligência, inclusive colocando vários coronéis como membros dos conselhos de administração da Nuclebrás e de suas empresas. Enfim, era uma forma até de eles remunerarem os coronéis. E com isso havia uma rivalidade, uma certa saia justa entre o CSN, de um lado, e o SNI, de outro. Essa discussão aqui de fazer ou não fazer o acordo com a Argentina - ou de sair do acordo com a Alemanha e procurar alternativas do acordo com a Alemanha - refletia também essa luta de poder no setor nuclear brasileiro.

Moderador:

Podemos voltar ao comentário do embaixador Camilión de que ele nunca ouviu nenhum alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil se referir à questão da planta de reprocessamento argentina?

Lampreia:

Precisamos lembrar que este foi um período de tensão e desconfiança recíproca

23. O INFCIRC (*Information Circular*) 237 da AIEA foi publicado no dia 6 de Maio de 1976, contendo os termos do acordo de salvaguardas entre a AIEA, Brasil e a Republica Federal da Alemanha.

sobre uma série de temas que compunham as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Se você vê as instruções manuscritas do presidente Geisel na *Exposição de Motivos* do seu chefe do gabinete militar, você verá isto refletido claramente.

‘Há muitas questões pendentes e eu não quero tratar todas ao mesmo tempo, primeiro quero resolver uma e depois enfrentar a próxima’, disse, e assim por diante. Nesse contexto, o meu querido amigo Oscar Camilión provavelmente não seria o tipo de pessoa com quem você compartilharia esse tipo de apreensão. Quero dizer, isso é basicamente algo interno que você não deveria compartilhar com os seus pares estrangeiros. Mas esse era um momento de temperamento curto. Notícias desse tipo causavam muita inquietação de maneira recíproca.

Felizmente, nós fomos capazes de dispersar essas apreensões uma a uma no campo nuclear, mas não tanto no caso de Itaipu, que demorou anos para ser superado. Este foi um momento particularmente difícil quando era muito mais fácil desconfiar da outra parte do que sentir confiança.

Hurrell:

Gostaria de perguntar sobre o deterioro das relações entre a Argentina e o Chile. Isso foi visto no Brasil como uma oportunidade para avançar na direção de melhores relações com a Argentina?

Lampreia:

Não que eu me lembre em relação a Itaipu, mas acho que nós sabíamos que com a escalada do conflito com o Chile, o foco na rivalidade com o Brasil se acalmaria. Mas isso não tinha nenhuma relação direta com as negociações de Itaipu, era mais uma análise geral.



PROFESSOR ANDREW HURRELL

Moderador:

Embaixador Camilión, o que se sentia na embaixada argentina em Brasília naquele momento e como compreendia a reação brasileira ao que estava acontecendo em seu país?

Camilión:

Situemo-nos no ano de 1978. Chegavam ao fim as negociações em torno de Itaipu. Isto é, o acordo alcançado ainda durante o governo do general Geisel. De maneira que a atenção da embaixada estava totalmente concentrada neste tema. Ainda mais, projetava-se sobre este problema a sombra das dificuldades crescentes entre a Argentina e o Chile.

Há de se levar em conta que, naquele momento, a Argentina se encontrava em uma situação crítica em suas relações com o Chile e os setores mais agressivos do governo argentino impunham sérios problemas à chancelaria dentro do seu esquema das relações regionais.

É claro que a chancelaria argentina estava decidida a encontrar uma solução para o problema com o Chile, o que não era compartilhado por um importante setor das Forças Armadas. E a intervenção do Papa criou uma solução providencial. Utilizo a palavra ‘intervenção’ porque esta foi utilizada duas vezes pelo Santo Padre. De modo que estas duas sombras, tanto a do conflito das hidrelétricas como a do Chile, se projetavam sobre o tema nuclear, que estava sendo tratado com eficácia, solvência e tranquilidade pelo setor técnico argentino. Verdade seja dita, o programa de reprocessamento nunca foi tratado como um tema de relevância semelhante ao que era o das hidrelétricas.

É adequado trazer novamente o que lembrou agora o capitão Ornstein: estávamos perante um passo essencialmente técnico no qual não podíamos, por razões materiais, prescindir de convênios internacionais e, por motivos de cons-

ciência, dar um passo que teria resultado perigoso demais, levando o programa de reprocessamento a um desenvolvimento perigoso.

A realidade foi que estávamos chegando ao cume do processo de negociação de Itaipu no auge do deterioro das relações com o Chile. A relação com o Chile repercutia na embaixada argentina no Brasil enormemente porque, em certos momentos, tínhamos que informar ao governo brasileiro.²⁴ E não era um tema atrativo de se tratar.

Moderador:

Qual impacto teve a chegada do presidente João Figueiredo ao poder? Sabemos que o ambiente da relação mudou porque havia predisposição do presidente para o diálogo bilateral. Mas não sabemos se Figueiredo avançou decididamente em termos específicos de cooperação no campo nuclear.

Camilión:

Certamente, a chegada de Figueiredo mudou o clima, não há a menor dúvida. Primeiramente, há uma questão de personalidade. O general Geisel era uma pessoa distante, um pouco imponente e, digamos, fria, ao passo que o general Figueiredo era um homem cálido. Não há dúvidas que tinha uma boa predisposição com relação à Argentina porque a Argentina tinha recebido seu pai quando ele lá se exilara na década de 1930 pelas condições políticas do Brasil no governo Vargas.²⁵ Por isso, o general tinha uma memória de infância mais

24. Camilión refere-se ao telegrama que recebeu a embaixada argentina no Brasil no dia 20 dez 1978 com instruções para informar ao governo brasileiro que a Argentina estava formalmente em guerra contra o Chile. Ver Oscar Camilión, *Memorias políticas, de Frondizi a Menem 1956-1996* (Planeta, 2000).

25. Euclides de Oliveira Figueiredo, o pai de João Batista, destacou-se na Revolução Constitucionalista de São Paulo contra o governo de Getúlio Vargas. Após a derrota do movimento, em outubro de 1938, Euclides exilou-se com a família em Buenos Aires.

ou menos grata.

Nada disso teria influenciado muito não fosse pelo fato de que as relações estavam já amadurecidas naquele período. Pouco a pouco, o conflito de Itaipu atenuou-se à medida que avançavam as possibilidades de encontrar uma solução concreta e o chanceler Guerreiro, sem a menor dúvida, estava alinhado com a solução do problema. Não me atrevo a afirmar que Silveira em última instância não queria uma solução, o que é possível. Mas também é certo que o chanceler que chegou encontrou o problema resolvido.

Quando o presidente Figueiredo foi à Argentina, com o problema de Itaipu já solucionado e com o entusiasmo que em muitos setores havia provocado a superação dessa crise tão importante, ficou aberto o caminho para que se assinassem muitos convênios e inclusive para que se avançasse modestamente no tema nuclear.

Rego Barros:

Sobre esse tema, vou compartilhar uma informação que ouvi muito depois de um jornalista argentino, filho de um grande jornalista do *Clarín*, Guillermo Piernes. Piernes contou que ele queria ter acesso ao presidente Figueiredo e não conseguia, não conseguia de maneira nenhuma. Então, o pai do Piernes, que já tinha muito mais idade, lembrou que Figueiredo morou na Argentina porque o pai dele tinha morado lá em uma época em que o clube de futebol argentino San Lorenzo foi campeão da Argentina. Então, mandou para o filho uma camiseta do San Lorenzo, aí o Guillermo, que não tinha acesso ao Figueiredo conseguiu que alguém dissesse para o Figueiredo que ele, Guillermo, tinha uma camisa do San Lorenzo para entregar. Aí o Guillermo disse que depois disso foi protegido pelo Figueiredo e o presidente o incluiu na sua delegação. É só isso.

Panel II

Os programas secretos e o início da cooperação (1979-1983)

Este capítulo cobre uma época marcada pelo início dos respectivos programas autônomos, paralelos e parcialmente secretos, a chegada do General Figueiredo ao Palácio do Planalto, os acordos nucleares bilaterais de 1980, a Guerra das Malvinas e o relacionamento dos dois países, no campo nuclear, com Iraque, China e União Soviética.

Moderador:

Como se chegou aos acordos bilaterais de 1980?

Ornstein:

Vou começar falando sobre a lógica por trás dos acordos de 1980. No final de 1979 e começo de 1980, foi feita a visita de Castro Madero ao Brasil, mas já havia ocorrido um contato prévio entre as chancelarias. Eu estive presente nessa visita e depois houve uma segunda, em abril.

Castro Madero pensava que a pressão dos Estados Unidos seria cada vez maior e que o resto dos países, ou pelo menos os ocidentais, os acompanhariam. Consequentemente, havia que encontrar alguma defesa e a única estratégia que surgia claramente era a de criar, na comunidade internacional, uma visão clara de que não havia um programa militar em nenhum dos dois países.



RODRIGO MALLEA

A única forma de alcançar isso era com a cooperação entre Argentina e Brasil. Então, se os dois países chegassem a convencer um ao outro da necessidade de uma ação conjunta, e construíssem confiança mútua, isso transcenderia à comunidade internacional e diminuiria a forte pressão dos países ocidentais.

Além disso, buscamos outros provedores: eu mesmo fui a Moscou naquele ano, quando a União Soviética nos vendeu urânio enriquecido e foi provedora durante muitos anos (com salvaguardas da AIEA e com um contrato comercial público). Tivemos inclusive de ir à China comprar um pequeno carregamento de água pesada para renovar o estoque nas nossas centrais nucleares sob salvaguardas da AIEA.

Portanto, eu diria que houve uma grande pressão de Castro Madero no governo argentino para que se chegasse logo a um acordo com o Brasil. Por outro lado, isso foi facilitado pelas boas relações que Castro Madero tinha estabelecido com Hervásio de Carvalho, presidente da CNEN, e depois com o presidente da Nuclebrás. Não vou negar que nós sentíamos que, em certos setores militares, em particular no exército argentino e no exército brasileiro, havia grande resistência. Os dois presidentes, que eram militares acima de tudo, de alguma maneira o impuseram, superando a oposição interna. Mas Castro Madero teve bastante trabalho, não foi uma coisa fácil.

Camilión:

Gostaria apenas de acrescentar que, para as conversas de 1980, depois da assinatura do acordo de Itaipu, o clima para avançar num tema como o acordo nuclear concreto estava muito mais maduro, pelo menos na chancelaria. É evidente que havia alguma resistência no campo militar; seguramente mais na Marinha, que sempre teve uma espécie de monopólio da condução da política nuclear do país. Mas no campo diplomático as coisas estavam maduras. O espírito dos acordos de 1980 era a de buscar intercâmbio concreto: peças de

material de metalurgia pesada do lado brasileiro e o empréstimo de tubos de zircaloy por parte da Argentina.

Eram coisas factíveis e simbólicas. Entendia-se que, iniciada uma cooperação entre o Brasil e a Argentina no plano industrial, as portas ficariam abertas para que os dois países fossem o mais abertos possível na revelação dos seus respectivos programas nucleares ao vizinho, de modo que o temor da corrida armamentista se diluiria.

Temos de levar em conta que, para alguns técnicos, a tentação da arma não era somente militar. Como ouvi de um deles: ‘Não se sabe tudo até que não se realiza uma explosão’. Quer dizer, a explosão significa uma complementação do conhecimento.

Não sei se isso é verdade, mas no caso de que o seja, seria um motivo puramente científico, ainda que muito perigoso, sobretudo quando se falava em explosões nucleares pacíficas nas quais nenhuma pessoa realmente sensata acreditava muito.

Ornstein:

Apoio a informação e os comentários oferecidos pelo embaixador Camilión. No entanto, gostaria de fazer alguns esclarecimentos.

O acordo de 1980, na realidade, não foi só um acordo, foi um acordo de cooperação a nível de governos, um convênio de execução da CNEA com a CNEN, e outro convênio de execução da CNEA com a Nuclebrás. Mas dentro deste último acordo, havia o que para mim foi a peça mais genuína de complementação: o Protocolo de Complementação Industrial que incluía quatro temas.

O primeiro era o empréstimo de urânio natural à CNEN, que dele precisava, mas o qual não produzia suficientemente. A Argentina tinha um estoque rela-

tivamente significativo e o empréstimo foi feito por um ano, e depois renovado por outro. A CNEN o pagou em juros de urânio também, ou seja, devolveu um pouco mais de urânio do que havia recebido. Isso funcionou perfeitamente. Foi uma demonstração de como os dois países se podem complementar.

O segundo campo foi um fracasso por razões técnicas: era a venda em uma quantidade – que deve ser da ordem dos milhões de dólares – de uma tecnologia para purificação do urânio (quando o urânio sai da mina é necessário concentrá-lo e fabricar o que se chama *yellowcake*, e a Argentina tinha desenvolvido havia muitos anos uma tecnologia para fazê-lo).

O problema é que esta tecnologia não é aplicável a todos os tipos de jazidas que contém urânio porque o urânio vem mesclado na natureza com outros tipos de minerais. Essa tecnologia argentina servia para jazidas argentinas. Mas a jazida de Poços de Caldas tinha outra mescla de componentes. Então, essa tecnologia nossa que se chama *lixiviación en pilas*, não servia para isso. Os geólogos argentinos que fizeram o estudo informaram aos brasileiros que ‘vendemos a tecnologia a vocês, mas não vai servir para nada’. Então fracassou, mas num contexto de honestidade de ambas as partes.

O terceiro acordo foi muito bem sucedido: a Argentina exigiu (a muito custo) da Siemens que a parte de baixo do recipiente de pressão da Atucha II fosse fabricada pela empresa de grandes componentes brasileiros, Nuclep, que nesse momento acabava de começar a trabalhar. Isso custou muito porque a Siemens já tinha previsto sua fabricação sem envolver a Nuclep. Para que tenham uma ideia clara, o recipiente de pressão de Atucha, pelo tipo de tecnologia, é o maior que existe no mundo. São 1.200 toneladas. Apenas a cobertura pesa 200 ou 300 toneladas. E fabricou-se em quatro partes porque não há nenhuma forja no mundo capaz de fazê-lo em uma peça só. Levaram-se as partes a diferentes lugares. Uma parte foi para a Espanha, outra parte a Alemanha, e a parte mais complicada, que era o fundo, a calota do recipiente, foi feita no Brasil. A Sie-

mens tinha previsto fabricá-la em outro lugar. Para conseguir que a Siemens aceitasse fazê-lo, ainda que fosse sócia do Brasil nesses empreendimentos, foi necessário fazer uma pressão muito forte. Mas finalmente foi feito.

O quarto ponto saiu mal, e poderia ter saído perfeitamente bem não fosse um mal entendido. Esquecemos de um ator no campo nuclear do lado brasileiro que se chamava Furnas, a empresa operadora das centrais nucleares. Então, a Nuclebrás e a CNEA decidiram muito alegremente que a CNEA seria o provedor de tubos de zircaloy para a fabricação de elementos combustíveis para Angra I, mas isso significava qualificar previamente estes tubos, o que para nós funcionaria bem. Mas a dona da central era Furnas e ninguém a consultou. Então, quando a Argentina enviou o primeiro carregamento de tubos que ia ser testado, Furnas disse: ‘Não. Ninguém me consultou. Eu não quero correr o risco de testar um produto produzido em outro país quando eu tenho assegurada a oferta por um provedor confiável e que está me respondendo’.

E assim fracassou algo que era perfeitamente lógico, porque os reatores de urânio enriquecido requerem muito menos quantidade de tubos de zircaloy do que os de urânio natural, e porque a Argentina tinha uma planta de fabricação de tubos que superavam suas próprias necessidades, já que naquele momento ainda não abastecia Atucha II. Então, essa era uma forma de complementação perfeita. Mas, lamentavelmente, dos dois lados cometemos o erro de nos esquecer de que havia outro ator a quem ninguém consultou e cujo interesse era comercial.

Moderador:

Obrigado. Nossa a intenção agora é chegar até 18 de novembro de 1983, quan-



ROSALYN CARTER, ERNESTO GEISEL
E JIMMY CARTER, BRASÍLIA, 1978

do a Argentina anunciou o enriquecimento em Pilcaniyeu.²⁶ O que explica a decisão de desenvolver uma usina de enriquecimento de urânio, sendo a linha tecnológica escolhida a de água pesada e urânio natural?

Ornstein:

A decisão de desenvolver a tecnologia de urânio por difusão gasosa foi consequência da política de Carter. Quando nos foi negada a provisão de urânio enriquecido a 90% para o nosso reator de pesquisa – que à época trabalhava com esse grau de enriquecimento – e nos foi negado o urânio a 20% para o reator que estávamos construindo no Peru, a reação da CNEA foi a esperada: vamos desenvolver nossa capacidade própria de enriquecimento de urânio.²⁷

Era tal o segredo, e isso é outra anedota pessoal, que eu, que era companheiro de Castro Madero e amigo desde a infância, não soube que estávamos desenvolvendo a planta de enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu, ainda que trabalhasse na CNEA e ser o seu Chefe de Relações Internacionais. Somente soube quando Castro considerou que era o momento em que eu tinha de intervir.

Mas qual era o medo? Que a pressão dos Estados Unidos fosse tanta que o projeto fracassasse antes mesmo de dar bons frutos. De fato, soubemos que havia algumas fotografias por satélite, obtidas pelos Estados Unidos, que haviam começado a semear dúvidas. Por isso, mandaram o adido para assuntos nucleares da Embaixada do Estados Unidos para ver se conseguia visitar as instalações.

26. Em 1978, o governo argentino autorizou a construção de uma usina de enriquecimento de urânio por difusão gasosa na região de Pilcaniyeu, na província de Rio Negro.

27. Em 1977, Argentina e Peru assinaram um contrato que estabelecia a venda de um reator nuclear de pesquisa argentino para o Instituto Peruano de Energia Nuclear, constituindo a primeira exportação desse tipo na América Latina. A Argentina comprometeu-se a fornecer o combustível nuclear do reator peruano por meio de uma operação triangulada: os Estados Unidos forneceriam o urânio enriquecido para a Argentina, que o destinaria ao Peru.

Chegamos a enganá-lo, organizando para ele uma falsa visita onde tudo estava camuflado. Ele foi embora sem ter visto nada, o que lhe custou o seu posto. Além disso, tinha um antecedente ruim porque aconteceu com ele algo parecido na Índia, à época da explosão. Enfim, estávamos conscientes de que haveria uma pressão insuportável se os planos se tornassem públicos.

Então, quando se considerou que já havia sido realizado o primeiro teste de enriquecimento a nível laboratorial (não estamos falando de produção industrial, mas de dominar a tecnologia), aí se decidiu fazer a consulta com o então presidente eleito Alfonsín sobre a ocasião do anúncio, se ele preferia que o governo militar fizesse o anúncio: para aliviar eventuais problemas ao governo civil que começava, ou se ele preferia ficar responsável. Alfonsín preferiu que a Junta militar fizesse o anúncio.

Moderador:

Como se informou ao Brasil disso?

Ornstein:

Naquela ocasião, cuidou-se particularmente da relação com o Brasil, que foi informado antes mesmo dos Estados Unidos. Enviou-se uma carta assinada pelo presidente [Reynaldo] Bignone ao seu par brasileiro, Figueiredo, que foi respondida por este em termos muito conceituais.²⁸ Simultaneamente, o Dr. Dan Beninson, que era um prócer internacional da CNEA muito conhecido pela AIEA, entregou uma nota ao diretor-geral Hans Blix, explicando-lhe os alcances de tudo isso e convidando-o a visitar a planta, o que depois aconteceu. Foi uma operação muito cuidadosa. Informamos também aos Estados Unidos, Rússia, França, China e Alemanha, e de quem éramos sócios. Mas, na América

28. Ver 'Argentina domina técnica e pode produzir a bomba', Folha de S. Paulo, 19 nov 1983.



A JUNTA MILITAR ARGENTINA
ASSUME O PODER,
24 DE MARÇO DE 1976

Latina, sem dúvida se privilegiou o Brasil.

Moderador:

Em nenhum momento houve temor a respeito da reação brasileira?

Ornstein:

Não percebemos que houvesse nenhuma reação adversa, nem excesso de preocupação do lado brasileiro, embora pudéssemos estar equivocados. Se houve, não transcendeu para que chegasse ao lado argentino. A inteligência brasileira obviamente tem que haver atuado. Mas não se considerou que pudesse haver uma reação do lado brasileiro capaz de interromper o desenvolvimento. O temor era que a pressão dos Estados Unidos fosse tão grande que não pudéssemos completar nosso desenvolvimento tecnológico.

Saracho:

Lembro de estar na embaixada da Argentina em Washington. Voltei a Buenos Aires de imediato, convocado pelo governo de Alfonsín. Nós retomamos a mesma linha de informar sobre as nossas atividades nucleares e nos prevenimos quanto às pressões dos Estados Unidos. Não houve nenhum temor em pensar que o Brasil teria uma reação adversa.

Moderador:

Por que Alfonsín preferiu que o anúncio fosse feito pelo governo militar?

Saracho:

Basicamente havia uma mudança dramática na Argentina de uma ditadura militar para um governo civil. Então qualquer tipo de discurso proveniente de um governo militar, nesse caso do anúncio do urânio enriquecido, fazia com que



EMBAIXADOR SARACHO

o presidente Alfonsín preferisse não se envolver. Mas não houve nenhum tipo de desmerecimento em relação à produção tecnológica e, inclusive, Alfonsín depois recebeu o Almirante Castro Madero.

Moderador:

Qual foi o impacto do anúncio de novembro de 1983 no Brasil?

Castro Neves:

Houve surpresa. Havia uma expectativa nossa de que, mais cedo ou mais tarde, a Argentina iria desenvolver o reprocessamento porque era mais compatível com sua linha de reatores. No entanto, ninguém sabia do enriquecimento. Aliás, se Roberto Ornstein não sabia, muito menos o lado brasileiro saberia (risos).

Houve aquela surpresa por causa do enriquecimento de urânio. Contudo, depois, percebeu-se que era uma tentativa de obter abastecimento para os reatores de pesquisa. Houve um exame cuidadoso que foi feito por um diplomata da embaixada do Brasil em Buenos Aires, que fez o levantamento muito minucioso da situação energética naquela região de Pilcaniyeu: verificou-se que não havia condição de fazer um enriquecimento em uma escala significativa porque não havia energia suficiente para movimentar esses compressores. A conclusão era que não havia possibilidade de que a usina de enriquecimento pelo método de difusão gasosa pudesse gerar quantidades importantes.

Também verificou-se que, embora a Argentina pudesse ainda estar mais avançada que o Brasil em numerosas áreas de pesquisa, tinha uma carência em termos de capacidade industrial para transformar essa pesquisa em atividades industriais.

Dou um exemplo: as centrífugas brasileiras começaram a ser construídas em 1979 e a rodar no fim de 1981 e início de 1982. Uma delas explodiu quando atravessou a velocidade crítica. A partir daí, os testes com as centrífugas brasileiras passaram a ser feitos em salas cercadas de sacos de areia, com o pessoal do lado de fora. Quando Pilcaniyeu foi anunciada, havia oito centrífugas brasileiras em funcionamento. Cada uma tinha um nome. Lembro que uma era Sônia Braga, a outra era Norma Bengell (risos). Ficavam em uma ala que era administrada conjuntamente pelo IPEN e pela Marinha, pelo comandante Othon Pinheiro da Silva, que foi o grande ator dessa área de enriquecimento de urânio pelo método da centrifugação.

As centrífugas brasileiras foram inteiramente produzidas no Brasil por empresas privadas brasileiras. O que não foi construído no IPEN foi construído, por exemplo, na Eletrometal, que era uma empresa de São Paulo, cujo dono depois ficou meio acometido de arteriosclerose precoce e começou a dizer que fabricava bomba atômica. Havia, portanto, um sentimento de capacidade de seguir no programa com mais facilidade pela base industrial que já se formara em São Paulo.

A Argentina tinha mais dificuldade para transformar sua pesquisa em atividades industriais. Isso fez com que encarássemos o enriquecimento deles com naturalidade. Confirmo, então, a percepção do embaixador Saracho e do capitão Ornstein que não havia motivos para preocupação uma vez percebidos os limites de Pilcaniyeu. Chamou-nos a atenção que Pilcaniyeu optasse pela tecnologia de difusão gasosa, que é a tecnologia mais antiga de todas, e requer compressores extremamente potentes para soprar o gás, hexafluoreto de urânio, através das membranas que vão separar os dois isótopos de urânio. Pilcaniyeu foi mais uma *facility* em escala de laboratório.

Ornstein:

Quero fazer um esclarecimento técnico. A razão pela qual a Argentina optou pela tecnologia de difusão gasosa foi de oportunidade. A CNEA tem uma equipe de físicos e químicos que trabalha muito em pesquisa e se dedica à pesquisa de base, ainda que depois busque tratar de aplicar estes desenvolvimentos na área nuclear. Aconteceu que, em Bariloche, havia um grupo de físicos excelentes, com capacidade de fabricar as membranas e de entender todo o processo. Optou-se por isso simplesmente porque tínhamos a capacidade desenvolvida para isso.

É verdade que o sistema de difusão gasosa apresenta uma série de dificuldades: é muito mais caro e necessita uma grande quantidade de energia que unicamente em uma etapa muito posterior poderia chegar a Pilcaniyeu. Tínhamos dificuldades de fabricação não só das compressoras, o que foi um problema sério, mas também dos óleos, porque foi necessário fazer o desenvolvimento de óleos especiais que podiam ser utilizados nessas compressoras. Mas a única razão pela qual se optou por esse caminho foi porque havia um grupo de cientistas capacitados para trabalhar com essa tecnologia e não em outras.

Hoje estamos trabalhando muito modestamente no desenvolvimento de tecnologia de enriquecimento por laser e por centrifugação e, ao mesmo tempo, recuperamos a capacidade a nível laboratorial de enriquecer por difusão gasosa. A ideia é estudar, mais adiante, quando realmente seja necessário, qual das três justifica um desenvolvimento a nível industrial.

Moderador:

Vamos passar para o outro lado. O ano de 1979 marcou o início do programa autônomo brasileiro. Qual foi a reação na Argentina?

Ornstein:

Na Argentina não causou surpresa a criação de um programa paralelo porque víamos claramente que, dentro dos termos do acordo com a Alemanha, de alguma maneira, ficava fora todo o desenvolvimento autônomo nacional e parecia muito difícil que o Brasil aceitasse esse tipo de limitação. O Brasil tinha que buscar uma saída, uma forma de poder continuar desenvolvendo sua tecnologia e não mera tecnologia *turn-key*.

Em alguns setores (falo do nível técnico, não posso falar sobre o nível diplomático), causou, sim, alguma dúvida se não haveria alguma intensão ulterior. Mas não foi algo realmente preocupante e não tenho conhecimento de que o governo argentino tenha feito algum tipo de ação ou pedido de esclarecimento ao governo brasileiro. Não tenho absolutamente nenhum conhecimento disso, mas pode ser ignorância da minha parte.

Camilión:

A possibilidade de que o Brasil desenvolvesse um programa autônomo foi recebida na Argentina sem nenhuma preocupação porque nos parecia lógico. Já sabíamos do quê era feito o Brasil; naquele momento nos parecia muito difícil que o Brasil ficasse com uma tecnologia alemã importada. Acredito que, para a Argentina, a ideia de que o Brasil queria desenvolver uma tecnologia autônoma, era uma ideia não somente aceita, senão considerada como inevitável. O Brasil já tinha um desenvolvimento que o fazia totalmente resistente à ideia de ter dependência estrangeira total numa área como a nuclear.

Via-se isso em outros setores, como a tecnologia espacial e, sobretudo na indústria aeronáutica, não? Naquele momento, o Brasil já mostrava que tinha realmente asas para voar no sentido figurativo da palavra. De maneira que podemos dizer que, até 1979, não havia nenhuma preocupação em Buenos Aires e não foi tema de conversas nos níveis diplomáticos. Nos níveis técnicos não



JOHN TIRMAN

estou em condições de dizer. Mas nos níveis diplomáticos certamente o problema não foi planejado, não houve nenhuma inquietação de parte de Buenos Aires. Nem houve, que eu saiba, comentários bilaterais.

Moderador:

No fim da década de 1970, o negociador nuclear norte-americano Richard Kennedy começou a visitar os dois países. A reação do Brasil foi a de criar um Comitê de Política Nuclear Brasil-Estados Unidos. Em 1985, o Brasil utilizou esse comitê como modelo, propondo à Argentina a criação de um foro similar. Que impacto tiveram as visitas de Richard Kennedy?

Castro Neves:

Richard Kennedy já estava vindo ao Brasil desde 1978 ou 1979. Em uma delas, ele procurou dar um enfoque mais positivo à cooperação entre Brasil e Estados Unidos, tentando encontrar um espaço à luz do grande fracasso que foi a visita do Warren Christopher, que já foi relatada aqui. Coube-me acompanhar o Richard Kennedy a uma visita ao IPEN porque ele ouvira falar do programa de centrífugas. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil tinha recebido duas centrífugas alemãs a título de reparações de guerra (essas centrífugas foram confiscadas pelo comando americano e voltaram para a Alemanha, só que nós a pegamos de volta fantasiada de alguma outra coisa).

Em algum momento, elas foram escondidas no Instituto de Pesquisas Tecnológicas: foram chumbadas dentro de uma parede. Depois ninguém lembrava onde estavam. Foi preciso demolir uma sala para poder achá-las. Eram centrífugas muito antigas e foram recuperadas, colocadas em funcionamento. Nunca enriqueceram nada. Foi isso o que foi mostrado ao embaixador Richard Kennedy, que olhou com muito interesse, mas comentou com um assessor (eu estava perto e ouvi): ‘Bom, se eles estão neste estágio, então ainda faltam várias décadas até que eles cheguem a alguma coisa!’

Uma das questões que levou o Brasil a partir para a linha de ultra-centrífugas foi o processo que acabou sendo contemplado no acordo com a Alemanha, o *jet-nozzle*. Ele também requeria compressores potentes, e nós tentamos comprar, mas ninguém vendeu. Inclusive tentamos comprar da França, que era o principal fornecedor de compressores de alta potência, mas ela se recusou, dizendo que aquilo era um material sensível listado na *trigger list* feita pelo Claude Zangger e que não ia vender nem sob salvaguardas. Essa foi mais uma razão que nos empurrou às centrífugas. Naquele momento, a criação de um grupo de trabalho sobre energia nuclear entre Brasil e Estados Unidos era, sobretudo, para ganhar tempo. A insistência americana era para cooptar o governo brasileiro de alguma forma. Então foi uma época de oferecimentos por parte dos Estados Unidos: de combustível, de material nuclear, de material eletromecânico para a área nuclear.

Houve uma série de oferecimentos, todos eles considerados insatisfatórios pelo lado brasileiro. Para o Brasil, o grupo era um instrumento defensivo: dizer que está tudo sendo feito estritamente de acordo com o que dispõe o estatuto da AIEA, que o Brasil não era membro do TNP e que, portanto, o documento da salvaguarda que se lhe aplicava era o INFCIRC 66 da AIEA e não o 153.²⁹

Tudo isso era explicado a cada momento à parte norte-americana, repetindo que não havia nenhum motivo para qualquer tipo de alarme por parte deles em termos de não-proliferação, e que esse motivo também deveria ser estendido aos nossos vizinhos argentinos, com os quais nós tínhamos muito mais abertura já naquele momento do que tínhamos com os Estados Unidos, sem dúvida alguma. O comitê teve algumas reuniões, mas a coisa foi se perdendo,

29. O INFCIRC 66 é o documento legal, no âmbito da AIEA, que se aplica na execução de contratos de suprimento de tecnologia e material nuclear. O INFCIRC 153 é o documento que, prevendo as chamadas salvaguardas abrangentes (*full-scope safeguards*), se aplica aos países-membros do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

inclusive, pela mudança de governo, aqui e lá.

Saracho:

Na Argentina aconteceu exatamente o mesmo. O embaixador Kennedy propôs a mesma coisa. Eu fazia parte desse comitê como diretor de assuntos nucleares, nos reuníamos uma ou duas vezes por ano: uma vez em Buenos Aires e outra em Washington. O comitê deve ter durado uns dois, no máximo três anos.

Moderador:

Por que a Argentina propôs inspeções mútuas se não havia suspeitas a respeito das intenções brasileiras?

Ornstein:

Acontece que o acordo de 1980 e os convênios de execução nunca produziram nada concreto. Então, acredito que o governo Alfonsín sentiu a necessidade de intensificar a cooperação e sobretudo implementar uma política de que tudo fosse transparente e diáfano e que as pessoas se conhecessem. Ou seja, que os técnicos argentinos visitassem as instalações brasileiras. Não se falava ainda de 'inspeção', senão de uma etapa prévia para que se soubessem quais eram as intenções reais do outro lado. Porque uma coisa é elucubrar e a outra é ver a realidade.

Acredito que essa foi uma política inteligentíssima do governo Alfonsín, na qual foram participantes ativos o embaixador Saracho e Jorge F. Sábato. Começamos para que as pessoas se conhecessem, começamos para que o grupo técnico de um país vissem a realidade do outro. E isso criaria as condições para que a cooperação, que naquele momento de 1984 e 1985 ainda estava no papel, se concretizasse. Agora, gostaria de esclarecer uma coisa: até onde sei, a proposta inicial do governo de Alfonsín tinha sido uma salvaguarda de tipo regional,

mais do que bilateral.

Saracho:

De fato, na equipe de Alfonsín havia um desejo real de aproximação com o Brasil desde o início da campanha presidencial. Havia grupos de trabalho prévios nos quais tive a oportunidade de participar onde se falava especialmente da política com o Brasil, que incluía o tema nuclear.

A primeira proposta de Alfonsín foi a de salvaguardas regionais, mas isso foi logo centralizando-se nas bilaterais, constituindo o modelo atual cristalizado na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Não se deve descartar o papel das pressões que recebemos ao longo deste processo, provenientes dos Estados Unidos, tanto de maneira aberta quanto encoberta, por meio do embaixador Richard Kennedy ou através dos seus aliados no contexto da Guerra Fria. A União Soviética também cumpriu um papel nisso, conversando com funcionários da chancelaria para insistir sobre salvaguardas e a adesão ao TNP, assunto no qual também insistiu a França. Portanto, não se deve deixar as pressões de lado neste momento. O concreto é que a presença muito forte de Alfonsín em tudo isso e existia um desejo de integração com o Brasil em todos os campos.

Castro Neves:

Posso referir-me à proposta argentina de salvaguardas mútuas, que foi muito bem feita pelo presidente Alfonsín, só que pegou o Brasil em um momento de transição e de grande insegurança entre os dirigentes do setor nuclear. Como já mencionei, nosso setor nuclear não tinha uma autoridade máxima que era incontestada, como era o caso do vice-almirante Carlos Castro Madero na Argentina. Aqui havia Nuclebrás, CNEN, Furnas, o Ministério de Minas e



JOSÉ SARNEY E O GENERAL LEÔNIDAS
PIRES GONÇALVES, MAIO DE 1985

Energia, o CSN e o Itamaraty, cujo papel, na área nuclear brasileira, imagino, era mais importante do que o do San Martín na Argentina. Então, esse grupo que mandava no setor nuclear brasileiro era muito conflagrado entre si, sempre um buscando ocupar o espaço do outro. Quando veio a proposta do presidente Alfonsín, ainda estava pouco claro, do lado brasileiro, quem daria as cartas naquele momento, quando estamos começando a nossa transição democrática.

É oportuno lembrar também que 1985 foi o primeiro ano do presidente [José] Sarney no poder. Ele criou a Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro (CAPN), presidida pelo físico José Israel Vargas, da qual fiz parte. Isso deu uma grande insegurança aos dirigentes do setor nuclear, o que fez com que o presidente da CNEN, Rex Nazaré, por exemplo, não achasse oportuno um mecanismo bilateral naquele momento. A ideia dele era: primeiro, esclarecer como é que a gente vai se organizar aqui, para depois tocar adiante, para que esse sistema de ‘salvaguardas mútuas’ não fosse utilizado internamente para fortalecer *A* em detrimento de *B*, ou marginalizar *B* em favor de *A*.

Moderador:

Qual foi o papel do presidente Figueiredo nesse processo?

Castro Neves:

Figueiredo foi uma figura central – muito mais pelo que evitou do que pelo que fez. Nós sabemos todas as resistências do presidente Geisel a abrir mais a cooperação com a Argentina, até por temperamento. O presidente Figueiredo tinha uma simpatia inata em relação à Argentina, onde ele tinha morado quando ele tinha quinze anos de idade, e o pai na condição de exilado político na Argentina. Então, ele tinha uma relação no plano pessoal interessante, para dizer o mínimo. Ele já vinha acompanhando a evolução dos assuntos nucleares. Já no governo Geisel o General Golbery escrevia em despachos e documentos: ‘F atenção’. Quer dizer: ‘Figueiredo fica de olho nisso!’

De modo que era alguma coisa que o Figueiredo já tinha em mente, autorizar o seu principal assessor nessa matéria, o General Venturini, Secretário Geral do CSN, de tocar a cooperação com a Argentina, assim que as condições fossem favoráveis. Acredito que o papel dele tenha sido muito importante porque ajudou a reverter resistências no campo militar.

Camilión:

Parece-me importante recordar a participação nas relações bilaterais do ministro Guerreiro. Ele tinha um enfoque realmente diferente ao do chanceler Silveira, que era um personagem que, a respeito da Argentina, tinha ressentimentos cuja origem não é fácil de elucidar, e provavelmente tem as suas raízes na sua experiência como embaixador em Buenos Aires durante cinco anos. O enfoque que Guerreiro trouxe à chancelaria facilitou muito a gestão de nossa embaixada e, em seguida, a harmonização das relações bilaterais.

Figueiredo era um homem cordial com os argentinos. Via a questão com uma visão global: mais vale uma boa relação com a Argentina do que cinco metros a mais ou cinco metros a menos na cota de Itaipu. Figueiredo via a relação bilateral de um ponto de vista estratégico: Brasil e Argentina precisavam um do outro para ter peso específico importante nas relações globais e, sobretudo, nas relações continentais.

Acredito, portanto, que Figueiredo teve um papel importante, sobretudo em sua intervenção para tranquilizar algum setor das Forças Armadas que pudesse estar inquieto em relação à Argentina. É verdade que a maioria das Forças Armadas brasileiras naquele momento estavam bem inclinadas à cooperação com a Argentina, mas podiam ainda estar presentes ressentimentos que Figueiredo de alguma maneira dissipava.



GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES

E aproveito também para fazer uma referência já que se mencionou aqui o General Golbery, considerado por alguns o *espantalho* da relação bilateral com a Argentina. Eu tenho minhas dúvidas sobre isso porque falei muitas vezes com Golbery sobre estes problemas e o achei racional, capaz de analisar problemas em termos da posição internacional do Brasil.

Já naquele momento havia um setor importante do pensamento brasileiro que considerava que a previsível expansão internacional do Brasil precisava de uma retaguarda tranquila, e isso levava a que se concebesse a relação com a Argentina em termos positivos.

Ricupero:

O que vou dizer não tem a ver diretamente com a questão nuclear, mas acredito que seria um erro tentar compreender a evolução das relações entre a Argentina e o Brasil nesse setor sem levar em conta o que se passava em outros setores.

Concordo plenamente com o que o embaixador Oscar Camilión acabou de dizer sobre a mudança sensível que ocorre na relação brasileiro-argentina, com a transição do governo Geisel e do chanceler Silveira, para o presidente Figueiredo e o chanceler Saraiva Guerreiro. Não se explica de outra forma que o acordo sobre Itaipu tenha sido concluído em seis meses, quando antes tinha se arrastado durante muito tempo.

À época, eu era o segundo do Departamento das Américas e o embaixador Camilión tinha como interlocutor meu chefe, o embaixador João Hermes Pereira de Araújo, um diplomata de uma prudência extraordinária, de uma grande competência, mas um homem da velha escola. Lembro que, às vezes, Camilión vinha ao Ministério das Relações Exteriores para apresentar alguma ideia nova ao governo brasileiro, apresentada a Silveira dentro da negociação. Depois de falar com Silveira, Camilión falava com o embaixador João Hermes. E, em uma ocasião, conversando comigo, Camilión disse: ‘O que digo ao governo argen-

tino? Porque eu aqui tenho dois interlocutores, um que só fala e não ouve e o outro que só ouve e não fala!’ (risos).

Eu conto isso apenas para mostrar a atmosfera que havia à época e que tornou impossível um entendimento. Minha intenção também é trazer uma questão que ainda não foi referida, a Guerra das Malvinas, em 1982. Eu era já o chefe do Departamento das Américas e tive uma participação direta em todas as atividades que tiveram a ver com a participação brasileira do conflito, e foram muitas.

Nós tivemos que internar aviões bombardeiros ingleses que foram obrigados a pousar no Brasil, e tivemos episódios graves em relação a navios ingleses. Nós fomos, como se sabe, o país que assumiu a representação dos interesses argentinos assim que se romperam as relações com Londres.³⁰

A razão pela qual eu evoco esse episódio é que a Guerra das Malvinas acabou tendo como efeito aproximar muito o Brasil da Argentina, quando poderia ter provocado o oposto. Porque houve episódios, no início do conflito, que criaram uma certa apreensão, sobretudo com a retórica do General [Leopoldo] Galtieri e suas alusões a episódios históricos entre os dois países.

No Brasil, houve um setor muito influente, muito poderoso na opinião pública, que era hostil à Argentina. O jornal *O Globo*, por exemplo, publicou um editorial em primeira página do diretor Roberto Marinho em que se lembravam episódios da Segunda Guerra Mundial, como o torpedeamento de navios brasileiros. Dizia-se ali que os submarinos alemães teriam abastecido em Buenos Aires.

Havia aqui uma pressão muito grande da grande imprensa, de setores conside-

30. O Brasil representou a Argentina em Londres entre julho de 1982 e fevereiro de 1990.

POSSE DE RAÚL ALFONSÍN,
DEZEMBRO DE 1983



ráveis da Marinha de Guerra, muito hostis. Quem resistiu muito a isso foram o presidente Figueiredo e o ministro Guerreiro, lembrando que o Brasil havia sido o primeiro país a apoiar as reivindicações argentinas sobre as Malvinas logo depois da ocupação inglesa, em 1833.

Esse episódio é interessante porque de fato foi, embora nem tão importante quanto o acordo de Itaipu e Corpus, um passo a mais na preparação do cenário que depois levaria a mais níveis de cooperação. Contribuiu muito para desarmar as antigas desconfianças, sobretudo na área militar.

Camilión:

Devo dizer ao meu querido amigo, o embaixador Rubens Ricupero, que lembro perfeitamente dessa pequena anedota, parte de algumas de nossas muitas conversas daquele tempo.

Quero fazer uma referência adicional. Estou convencido de que a ajuda mais eficaz que a Argentina teve nesse período foi a recebida do Brasil e, em alguma medida, diria até do próprio chanceler Guerreiro, que tinha um conhecimento jurídico extraordinário e era uma das figuras mais importantes do campo do Direito Internacional naquele tempo.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil fez, em mais de uma oportunidade, intervenções que lamentavelmente não tiveram eco em outros países. Foi o país que mais insistiu para que o tema fosse levado ao Conselho de Segurança, especialmente quando compreendeu que era um desastre para a segurança regional. O Brasil tinha uma severa preocupação com o que pudesse acontecer no Atlântico Sul em termos militares, visto que uma ocupação colonial por parte de uma das principais potências do mundo não podia senão despertar preocupação.

Não era muito difícil prever que, num futuro em que a guerra terminasse como tinha de terminar, o Atlântico Sul teria uma presença de outras forças não fronteiriças com o oceano que se transformariam no poder dominante. Até hoje, esse problema existe.

Agora, é preciso dizer a verdade: durante a guerra, só entenderam o apoio brasileiro -- não somente nessas operações em que algum elemento militar inglês foi atrasado, mas a ação diplomática no Conselho de Segurança -- os poucos profissionais argentinos que seguiam as coisas de perto e que estavam desprovidos do emocionalismo profundo que tomou conta do país. De maneira que o que disse o embaixador Ricupero tem importância e foi um passo a mais na consolidação do futuro das novas relações militares.

Saracho:

A cooperação com o Brasil no campo nuclear já vinha se desenvolvendo muito antes da Guerra das Malvinas. A Guerra das Malvinas, que foi um acontecimento muito infeliz para a Argentina, obteve, como expressou o embaixador Ricupero, um apoio muito importante que os argentinos não se esquecem. Não é fácil entregar ao Brasil sem hesitação a representação argentina no Reino Unido. Isso é um fato a resgatar.

Moderador:

Ótimo, obrigado. Entre 1982 e 1984, os dois países compraram urânio da China. Há alguma evidência anedótica de que teriam feito isso não apenas com conhecimento mútuo, mas também de forma conjunta. Queríamos ouvi-los a esse respeito.

Ornstein:

Eu era responsável pelas relações internacionais da CNEA, e posso dizer que a

resposta inicial é ‘não’: a compra de um país não teve na a ver com a do outro. A compra da Argentina foi uma compra muito pontual, em 1982 ou 1983. Tratou-se de um carregamento de urânio enriquecido a 20%. Acho que eram 100kg, o que caiu como uma luva para permitir-nos fazer um pouco de estoque. O mesmo ocorreu durante a compra de um pequeno carregamento de água pesada da China, que também estava disponível. Eu diria que foi quase uma circunstância de aproveitamento comercial de uma oferta que havia, mas não houve grande gestão: o que houve foi uma gestão diplomática para estabelecer as salvaguardas que os chineses exigiam sobre esse material, que a Argentina aceitou sem nenhum problema. Mas nada conectou isso a uma compra semelhante por parte do Brasil.

Castro Neves:

No caso brasileiro houve uma visita à China e foi em um momento em que nós estávamos ainda em busca de fontes de fornecimento de urânio para os nossos reatores de pesquisa, que requeriam o urânio enriquecido a 20%. Na verdade, nós compramos da China não o urânio, mas os serviços de enriquecimento. A delegação que foi à China levou oito ampolas e meia de hexafluoreto de urânio feitas no IPEN, em uma instalação chamada PROCON, que era o Projeto Conversão. Os chineses forneceram o urânio enriquecido a 20%.

Há versões, mas eu não as posso confirmar, de que uma das ampolas continha urânio enriquecido a 93%. Um dos reatores de pesquisa nossos, de origem americana, ainda utilizava uma carga de 93%. O objetivo era completar aquele ciclo e, depois, na recarga seguinte, desativar o reator e reconvertê-lo para 20%. Mas isso realmente eu não posso confirmar. Minha impressão é que, efetivamente, veio uma ampola de 93%, tenho quase certeza disso.

Não foram aplicadas as salvaguardas da AIEA, mas a China exigiu uma troca de notas em que o Brasil não faria qualquer uso fora dos reatores de pesquisa sem



EMBAIXADOR CASTRO NEVES

a prévia anuência da China, e que o material seria utilizado estritamente para fins pacíficos. Então havia uma salvaguarda bilateral assumida com a China.

Moderador:

Embaixador, então eram quantias tão pequenas que não teria sido possível dar outra utilidade, é isso?

Castro Neves:

Acho que sim. Acho que as quantias eram muito pequenas. Era relevante para recarga dos nossos reatores de pesquisa, que eram três, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Moderador:

Muito obrigado. Data desse período o acordo nuclear entre Brasil e Iraque. Queríamos discutir isso para depois entender como o mesmo foi interpretado em Buenos Aires.

Castro Neves:

É preciso voltar atrás. O ano de 1979 foi crítico para o Brasil, pois a dívida externa havia crescido brutalmente, catalisada pela crise do petróleo. A economia brasileira fugiu ao controle e passamos por mecanismos muito penosos. Isso aumentou extraordinariamente a nossa conta-petróleo. Naquela época, o Brasil produzia entre 16 e 20% do seu consumo de petróleo, então éramos muito dependentes de petróleo importado, em particular do Oriente Médio.

Chegamos a um ponto no qual tínhamos poucas semanas de estoque de petróleo no país. Por isso, foi despachada uma missão ao Iraque.

O contexto foi uma visita do Ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio. Acompanhou-o uma delegação à parte, que foi negociar um acordo de cooperação nuclear. A mesma foi chefiada por Paulo Nogueira Batista, com participação de Rex Nazaré Alves (CNEN), John Forman (Nuclebrás), coronel Glicério Proença (CSN), Dário Gomes (Minas e Energia) e, pelo Itamaraty, Roberto Abdenur e eu.

Lá foram feitas as negociações com os iraquianos e eles disseram o seguinte: 'Nós queremos fazer um acordo de cooperação nuclear, treinamento de pessoal na área de salvaguardas, na área de segurança nuclear, etc. Mas o que nós queremos mesmo é urânio natural, dióxido de urânio, UO₂'. Isso é o que foi pactuado.

Pelo UO₂ eles pagariam um preço extraordinariamente elevado, que debitariam, em parte, da conta-petróleo. Tenho a nítida impressão de que esse dinheiro serviu também para alimentar o chamado programa paralelo, no momento em que as restrições orçamentárias estavam cortando não só o programa nuclear decorrente do acordo com a Alemanha, mas também todos os outros tipos de investimento.

O Brasil cumpriu todas suas exigências em relação à AIEA. Estávamos fora do TNP e, naquele momento, o urânio natural, na forma de dióxido de urânio, não era material sujeito a salvaguardas. Apenas o Iraque, como membro do TNP, tinha, em tese, a obrigação de comunicar o que estava fazendo, mas isso não era um problema para nós.

Foi contratada a venda de 80 toneladas de dióxido de urânio, das quais só foram entregues 16. A gente não entregou o resto. Tampouco devolvemos o dinheiro.

Nesse meio tempo, começou a guerra Irã e Iraque e as prioridades lá se alteraram brutalmente. Depois, com a primeira guerra do Golfo e o envio ao Iraque de missões da AIEA, foi detectado o estoque de urânio brasileiro. Foram até técnicos da CNEN que identificaram o urânio como nosso e o material foi entregue à AIEA.

Foi essa a cooperação com o Iraque. Nunca houve nada muito concreto, como engenheiros ou técnicos iraquianos estagiando em instalações brasileiras, ou vice versa. Houve, sim, muitas visitas. Rex foi diversas vezes ao Iraque. Eu acabei indo duas vezes. Quem mais vezes deve ter ido lá foi o brigadeiro Piva que, na reserva, montou uma empresa de assessoramento na área de foguetes e prestou assessoria ao governo iraquiano.

Moderador:

Do lado argentino, sabia-se da relação do Brasil com o Iraque na questão nuclear e da compra de urânio chinês?

Ornstein:

Bom, na realidade, nenhuma das operações foi conhecida em Buenos Aires. Interpretou-se que a venda, um ato soberano do Brasil, era de *yellowcake*; isto é, de concentrado de urânio. Não tivemos notícia até muito depois que era já uma etapa de conversão.

Quanto à compra na China, nós nem ficamos sabendo. No entanto, não nos surpreenderia, pois, tendo um reator de pesquisa que trabalhava com urânio altamente enriquecido, poderia haver compra de urânio altamente enriquecido. Da mesma maneira, também não nos surpreenderia que, para o resto dos reatores, o Brasil comprasse urânio a 20%, ou seja, levemente enriquecido. Mas nenhum dos episódios teve nem divulgação significativa na Argentina, nem deu motivos para interpretações estranhas.

Saracho:

Gostaria de complementar a informação do capitão Ornstein. De fato, sobre a compra de urânio enriquecido da China, a Argentina teve conhecimento apenas muito depois. O que sim se publicou muito na imprensa argentina foi a aproximação do Brasil com o Iraque.

Camilión:

Três reflexões. Primeira: Nos anos 1970, depois da crise do petróleo, sabia-se na Argentina que o Brasil tinha entrado numa fase crítica porque bastava ver os números da balança comercial brasileira para perceber uma transformação dramática, a qual, diga-se de passagem, repercutiu bastante na urgência para a construção de Itaipu.

Segunda: sobre a compra de urânio enriquecido, se a Argentina tinha algum nível de informação dessas compras, eu desconheço. Na realidade, era bastante normal, bastante lógico que, se havia urânio enriquecido disponível, o mesmo fosse adquirido da China.

Terceira: o Iraque da época ainda não era uma figurinha difícil em política internacional. Por exemplo, pouco tempo depois da primeira etapa do avanço da relação do Brasil com o Iraque, o vice-presidente do Iraque visitou a Argentina e foi recebido pelo governo argentino com toda a normalidade. Não havia naquele momento uma imagem como a que se criou posteriormente. O lógico é que o tema tivesse passado relativamente inadvertido. À época, o Iraque não era um ator internacional de peso ou que significasse uma ameaça.



EMBAIXADOR RUBENS RICUPERO

Panel III

O átomo na transição para o poder civil (1983-1985)

Este capítulo tem início com a chegada de Raul Alfonsín à Casa Rosada. Discute uma proposta informal do Itamaraty para a renúncia conjunta às explosões nucleares pacíficas, estuda o relacionamento do governo Alfonsín com o general Figueiredo, com Tancredo Neves e, finalmente, com José Sarney. Lida também com as dificuldades internas em cada país e com o debate em torno de um submarino nuclear.

Moderador:

Quando assumiu o governo, Alfonsín criou uma comissão para estudar as atividades da CNEA. Queríamos pedir aos colegas argentinos que explicassem essa comissão, seus objetivos e as suas conclusões.

Ornstein:

Eu estava na CNEA muito próximo do almirante Castro Madero e do seu sucessor, o Dr. Renato Radicella, um dos profissionais já falecidos mais brilhantes que a CNEA teve. Nós sabíamos que, em certo setor do Partido Radical, de Alfonsín, existiam muitas dúvidas sobre a existência de um possível programa de construção de armas nucleares na Argentina.

Essa comissão foi encabeçada pelo chanceler Dante Caputo e, se a memória não me falha, a formavam Jorge F. Sábato e uma terceira pessoa da qual não me

lembro com exatidão.³¹

A comissão esteve investigando a CNEA uns três meses, falando com pesquisadores e, além disso, revisando vários papéis em termos, diria eu, cordiais. Em nenhum momento criaram dificuldades.

A conclusão foi que não havia nada de estranho fora dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear. A partir daquele momento, Sábato converteu-se em um defensor da política nuclear argentina e inclusive, em algum momento, justificou a nossa política tradicional de não aderir ao Tratado de Tlatelolco.

O próprio chanceler Caputo utilizou o tema da cooperação nuclear para relacionar-se com outros países; basta dizer que, durante o período que foi chanceler, assinou meia dúzia de convênios de cooperação nuclear com diferentes países. Portanto, se os dois tinham certos preconceitos ao chegar ao poder, foram desfeitos.

Saracho:

O presidente Alfonsín tinha um pensamento muito claro: o Brasil não podia ser uma hipótese de conflito para a Argentina. O chanceler Caputo concordava totalmente com isto e essa ideia começou a gestar-se ainda quando a Argentina estava sob a ditadura militar.

Lembro que havia reuniões clandestinas em um clube privado de bairro que se chamava ‘Club de los Hijos de Aylwin’ do qual participavam Alfonsín e Caputo, e eu tive a honra de participar de muitas delas.³²

31. A terceira pessoa era o químico Germán López, secretário-geral da Presidência do governo Alfonsín.

32. Em referencia a Patricio Aylwin, político opositor do regime militar do Chile e posteriormente presidente do Chile, entre 1990-1994.

Nessas reuniões, tratou-se também do tema das hipóteses de conflito. Dizia-se com clareza que o Brasil não podia ser uma possibilidade de conflito para a Argentina.

Moderador:

A diplomacia brasileira testou, em conversas reservadas com a Argentina, uma proposta de declaração conjunta de renúncia a explosões nucleares pacíficas poucos dias antes da posse de Alfonsín.³³ Isso ocorreu menos de um mês depois da declaração do enriquecimento argentino em Pilcaniyeu. A primeira reação argentina foi positiva, mas o Brasil terminou não fazendo a proposta oficialmente. O lado argentino tinha ideia de que esta proposta seria feita? Houve surpresa?

Saracho:

De fato, pra nós foi uma surpresa muito agradável a proposta do Brasil, e a Argentina não tinha problemas em aceitá-la. Depois houve outro tipo de orientação do lado brasileiro, mas a Argentina estava aberta a aceitar a proposta. Foi uma surpresa muito agradável. Não esperávamos isso tão cedo.

Castro Neves:

Nós verificamos aqui que, boa parte das intenções brasileiras nessa matéria, eram muito moduladas para o que se percebia no Brasil do que acontecia na Argentina. Sem dúvida alguma, o anúncio argentino de que havia logrado o desenvolvimento do processo de enriquecimento de urânio pela difusão gasosa deve ter influenciado a postura brasileira de fazer essa primeira oferta tentativa,

33. Abdenur a Guerreiro, secreto, 10 jan 1985, AHMRE.

que não foi o resultado de um consenso do lado brasileiro, mas de uma tentativa do Itamaraty de tomar uma iniciativa, de criar um fato consumado, ou um fato difícil de reverter. Agora, se você ler com cuidado o memorando em questão, verá que o embaixador Roberto Abdenur diz a todo momento estar falando a título pessoal, já se resguardando de eventuais possibilidades de recuo.

Moderador:

Obrigado. Sugere-se no documento que a comunidade científica brasileira teria tido um papel relevante por trás da ideia da promoção de salvaguardas bilaterais. Há memória disso?

Castro Neves:

Efetivamente, a ideia de uma maior cooperação com a Argentina, até mesmo da eventualidade de certos aspectos do programa passarem a ser conjuntos, assim como a ideia das inspeções recíprocas, está contida no espírito do relatório final da CAPN ao presidente José Sarney. Aliás, uma das pessoas que participou e que foi o escriba desse relatório foi o geólogo José Mauro Esteves dos Santos, que anos mais tarde foi presidente da CNEN e secretário da ABACC. Ele provavelmente terá toda a capacidade de responder com precisão. Mas a ideia de um programa conjunto e de, portanto, uma inspeção conjunta, já estava contida no relatório da CAPN.

Moderador:

Muito obrigado. É plausível ler esse documento como sendo uma sinalização do presidente Figueiredo em relação a Alfonsín, ou deve ser visto como uma iniciativa própria do Itamaraty?



CAPITÃO ROBERTO ORNSTEIN

Castro Neves:

Quando queríamos lançar algo que não contava com o consenso, do nosso lado pelo menos, lançava-se um 'balão de ensaio'. Assim, ninguém era responsável. Se funcionasse, funcionou; se não funcionasse, nunca existiu.

Moderador:

Ótimo, obrigado. De que maneira o lado argentino interpretou a retração brasileira?

Saracho:

Nós estávamos dispostos a trabalhar seriamente sobre a proposta brasileira. Mas também sabíamos das dissidências internas do Brasil. Na linguagem internacional estes fatos são muito fáceis de se entender, tanto os silêncios como as insistências. Você sabe que a outra parte experimenta um conflito interno se ela insiste em um ponto ou se não dá respostas. Mas passou o tempo e as respostas, quando as havia, eram muito vagas. Nós sabíamos das contradições internas do Brasil, mas nos pareceu muito interessante que, com o governo militar saindo, houvesse uma proposta assim.

Moderador:

Naquele momento surgiu a ideia argentina de trabalhar em conjunto um submarino nuclear.

Ornstein:

Bom, na realidade teríamos de voltar um pouco no tempo. A Argentina havia chegado a um nível de estudo de pré-factibilidade a respeito do desenvolvimento de um reator com impacto reduzido, apto a ser instalado em um submarino.

O único compromisso da CNEA com a Armada era fazer o estudo de pré-factibilidade técnica, nem sequer a econômica. Naquele momento, sabíamos das intenções que o Brasil tinha nesse sentido e nunca as questionamos porque era algo em que concordávamos: a defesa da propulsão nuclear como uso pacífico. E mais, a ideia do submarino nuclear brasileiro gozava de absoluta simpatia do lado argentino porque podia reafirmar o que os dois países vinham sustentando em todos os fóruns internacionais.

De qualquer forma, há um fato: a Argentina, em matéria de desenho de reatores, tinha uma grande vantagem em relação ao Brasil. Todos os nossos reatores, inclusive o primeiro, haviam sido desenhados e construídos dentro do país. Chegamos a ter seis reatores de pesquisa – agora temos cinco – e além disso, construímos, desenhamos e exportamos dois ao Peru, um à Argélia, um ao Egito e um à Austrália. Ou seja, há um *know how* em matéria de desenvolvimento de reatores de pesquisa que havia em poucos países do mundo porque os vendedores de reatores no mundo são meia dúzia, mais ou menos.

Pensou-se que seria uma forma de encontrar um projeto de comum interesse naquele momento, e o setor técnico opinou que se poderia oferecer ao Brasil colaboração no desenvolvimento de um submarino conjunto; sobretudo, na parte do desenho do reator.

Segundo entendi, e se houve alguma contradição eu não posso afirmar, houve uma indicação do presidente Alfonsín a quem era o chefe do Estado Maior da Armada argentina, o almirante Arosa, que enviou a oferta à Marinha brasileira, que naquele momento era a dona da ideia do programa de desenvolvimento do submarino e do reator.

Até onde sei, não despertou nenhum entusiasmo na Marinha brasileira, e não falo da parte diplomática ou política, mas da técnica.

Na realidade, nós nunca trabalhamos no reator de propulsão de forma efetiva. Chegamos a desenvolver um reator em Bariloche. Hoje, estamos construindo um de outro tipo no mesmo local onde estão os reatores Atucha 1 e 2: chama-se CAREM [Central Argentina de Elementos Modulares]. É o reator modular argentino, um reator de pequena potência, mas que, à época, foi desenhado tendo em mente a possibilidade de desenvolvimento de um reator de propulsão nuclear para submarino, quebra-gelos ou qualquer navio de superfície. Mas nunca seguimos tal projeto. Terminamos colocando todos os esforços no reator de uso civil, que é o que estamos construindo agora.

Saracho:

Complementando a informação do capitão Ornstein, creio haver visto neste dossiê muito bem preparado um artigo de imprensa onde há uma entrevista com o secretário de Estado Jorge F. Sábato, onde se fala precisamente do submarino nuclear em cooperação com o Brasil, e isso é algo sobre o que o próprio presidente Alfonsín havia dado uma ordem ao chefe da Armada, com apoio da chancelaria.³⁴ A Argentina sempre teve a intenção de fazer o submarino em conjunto, mas a Marinha brasileira não demonstra muito entusiasmo até hoje.

Moderador:

Muito obrigado. Em fevereiro de 1985, Alfonsín e Tancredo Neves encontraram-se pela primeira vez. Um mês depois, Alfonsín propôs publicamente salvaguardas regionais, depois bilaterais. Em maio e setembro daquele mesmo ano, os chanceleres Dante Caputo e Olavo Setúbal discutiram o tema. Como foi essa dinâmica?

34. 'Los riesgos de quedar fuera del negocio nuclear', Revista Somos, 19 set 1987.

Ricupero:

É preciso compreender que nem Tancredo, nem Sarney, estavam sensibilizados para o problema nuclear antes de chegarem à presidência. Lembro bem que fomos introduzidos ao assunto na viagem que realizamos com o Tancredo à Europa, em janeiro de 1985.³⁵

Durante essa viagem, a primeira manifestação foi quando recebemos uma mensagem do presidente Alfonsín, que fazia parte do Grupo dos Seis, e que tinha se reunido em Nova Deli e na Grécia.³⁶

Tenho uma recordação de que a mensagem veio de lá (eu era o assessor diplomático do presidente e nunca tinha tomado conhecimento desse assunto). Lembro que nós tivemos de redigir, na viagem, a resposta do presidente eleito Tancredo Neves, partindo praticamente do marco zero. Não sabíamos nada sobre esse tema.

A questão reapareceu na escala que fizemos no México, em que o presidente Miguel de la Madrid, que também fazia parte do Grupo dos Seis, suscitou o assunto. E, em Buenos Aires, houve a conversa com o presidente Alfonsín.

Quero assinalar que a iniciativa de suscitar o assunto foi da Argentina, por uma simples razão: o presidente Alfonsín tinha se beneficiado de estar no poder havia mais de um ano e tinha tomado conhecimento de um tema que, para Tancredo, era novo.

35. Na sua condição de presidente-eleito, entre final de janeiro e começo de fevereiro, Tancredo Neves viajou a Portugal, Itália, França, Espanha, Estados Unidos, México e Argentina.

36. O Grupo dos Seis foi criado em 22 mai 1984 no âmbito da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas pela Argentina (Raúl Alfonsín), Índia (Indira Gandhi), México (Miguel de la Madrid de México), Tanzânia (Julius Nyerere), Suécia (Olof Palme) e Grécia (Andreas Papandreu). A primeira manifestação do grupo foi a 'Declaração dos Quatro Continentes'. O grupo defendeu a suspensão de produção, testes e implantação de armas nucleares, bem como a redução dos arsenais existentes.



AZEREDO DA SILVEIRA E
HENRY KISSINGER

Tancredo Neves, é preciso lembrar, acabava de ser governador de Minas Gerais. Ele não tratava de temas internacionais. Para ele, tudo era novo. Então, nas primeiras conversas o que se nota é um desequilíbrio da nossa parte: nós estamos muito despreparados nessa visita, é quase que um aprendizado, é a primeira vez que nós ouvimos esses temas. Por isso é preciso não exagerar a reação do nosso lado. É quase um desejo de começar a se formar.

Aplica-se isso também ao presidente José Sarney porque ele, naquela época, não tinha nenhuma expectativa de se tornar presidente. Ele mesmo contava que estava dormindo quando foi chamado com o aviso da doença do Tancredo Neves, que resultou em um choque extraordinário para ele. A única preparação que ele havia tido para isso era a participação em delegações de parlamentares que iam à Assembleia Geral da ONU.

Foi somente quando ele se tornou presidente efetivo, depois da morte de Tancredo, 45 dias depois, que ele começou, de fato, a tomar conhecimento desses problemas.

Eu também gostaria de dar ênfase aqui a algo que, na minha opinião, foi fundamental: o aparecimento da diplomacia presidencial no Brasil e, imagino, na Argentina também. Porque eu não acredito que, se nós tivéssemos continuado com o tipo de organização de política externa que havia antes, no governo militar, os aparelhos e os mecanismos das chancelarias teriam a ousadia de avançar nesse tema.

Explico o que eu quero dizer.

É claro que, nos governos militares, houve algum grau de interferência dos presidentes. Mas foi muito menor e, pelo menos no Brasil, os militares prestigiaram e valorizaram muito a chancelaria. Da mesma forma que eles não aceitavam interferências de civis em temas militares, eles tendiam a considerar

a diplomacia, sobretudo uma diplomacia profissional e hierarquizada como era a brasileira, quase como equivalente a uma força militar. Em vinte e um anos de governo militar, foram raros os chanceleres vindos de fora da carreira diplomática: Juracy Magalhães e o [José] Magalhães Pinto. Nenhum dos dois deixou uma marca muito grande. Todos os outros ministros brasileiros eram não só diplomatas, como tinham se tornado ministros quase que como uma promoção hierárquica, como acontece com os militares. Com exceção de Azevedo da Silveira, todos os outros chanceleres de carreira haviam sido, antes, secretários-gerais do Itamaraty.

Esse profissionalismo tinha uma desvantagem, pois os profissionais não tinham base política interna para avançar em temas muito controvertidos em que houvesse divisões no seio do governo e, sobretudo, em que os militares estivessem do outro lado. Temas como direitos humanos, meio ambiente, o tema nuclear: em todos esses casos, a tradição do Itamaraty, até hoje, é conservadora, defensiva. Dificilmente avança quando sente que há divisões no governo. O aparato diplomático não tem força para contrariar essas posições.

É por isso que, nesse tema nuclear, foi fundamental a postura do presidente Sarney, embora de uma maneira muito gradual e paulatina, porque ele sempre foi um homem muito prudente. Ele teve a capacidade de, pouco a pouco, se sobrepôr à tendência predominante. Porque a tendência predominante na verdade era negativa em relação a isso: era a tendência a não aceitar o TNP, a preservar a liberdade de opção, ainda que não houvesse um projeto coerente para a fabricação de uma arma nuclear. Essa hipótese estava sempre presente. Quem de fato começou a reação contrária foi Sarney. Isso não teria partido nunca da chancelaria.

Saracho:

Quero agradecer ao embaixador Ricupero, que deu um panorama muito cla-

ro. O que se chamou naquele momento de Grupo dos Seis é um antecedente muito importante para entender as propostas argentinas. Seguindo a iniciativa de Indira Gandhi, os países manifestamos vontade de pressionar os Estados Unidos e a União Soviética, que naquele momento estavam negociando o desarmamento nuclear. Pareceu-nos útil intervir, na medida do possível, naquela situação entre duas superpotências que possuíam arsenais nucleares muito extensos e que, além disso, como vocês bem sabem, haviam dividido o mundo em suas áreas de influência, o que trouxe consequências muito graves para a América Latina, na medida que houve pressão e intervenção norte-americana durante a Guerra Fria.

Então, o governo Alfonsín acreditou que era muito importante apoiar essa iniciativa. Foram feitas reuniões regulares nos seis países, que foram brevemente interrompidas com os assassinatos dos primeiros-ministros da Suécia e da Índia. Mas seus sucessores continuaram. Devo dizer também que o secretário geral do grupo era holandês e apoiava essas iniciativas. As reuniões se faziam nas capitais de cada um dos países. É muito interessante lembrar que, tanto os Estados Unidos como a União Soviética, nunca sequer responderam ao grupo. E mais, a imprensa norte-americana nunca deu uma linha. Talvez o New York Times, mas apenas uma linha. A política norte-americana e soviética consistia em ignorar nossa ação. Não nos consideravam interlocutores válidos.

Moderador:

Obrigado. Embaixador Ricupero, como essas dinâmicas que o senhor caracterizou se manifestaram na primeira reunião entre José Sarney e o Raúl Alfonsín?

Ricupero:

A abordagem inicial, feita pelo lado argentino, foi informativa: a transmissão do que se estava discutindo nesse grupo de Nova Déli. Não se avançou muito em relação ao tema bilateral a não ser em termos genéricos: a necessidade de

iniciar um processo. Acho que ficou muito claro que isso ia ser um processo longo, que seria preciso construir a confiança.

Lembro que essa expressão chegou a ser usada várias vezes na conversa: ‘construir a confiança’. Teve de ser feito gradualmente porque não havia tradição de diálogo. Então, em um primeiro momento, não houve nada de espetacular, foi apenas o desejo de iniciar o exame das questões.

Agora, o tema foi avançando não só por causa das questões diretamente vinculadas ao assunto nuclear. Uma etapa muito importante foi a visita do ministro Olavo Setúbal a Buenos Aires, em maio de 1985, de onde voltou muito impressionado pelos interlocutores que encontrou – o presidente Alfonsín, o ministro Caputo, o subsecretário de relações exteriores Jorge F. Sábato, os interlocutores na área econômica e comercial. Como maior banqueiro brasileiro, ele se impressionou, sobretudo, pelos aspectos econômico-comerciais.

Setúbal ficou muito impactado com as queixas de desequilíbrios no intercâmbio comercial, com a falta de integração econômica. Lembro bem que ele disse ao presidente Sarney que apenas ele, o presidente, poderia resolver a questão. A curto prazo só havia uma maneira de tentar reduzir o desequilíbrio: aumentar as compras de petróleo e de trigo da Argentina, e os setores que tratavam disso no governo brasileiro não eram favoráveis (a Petrobras por razões comerciais e a área de trigo porque tinha um acordo com os Estados Unidos, que vendia trigo subsidiado).

Então o presidente Sarney convocou uma reunião dos ministros ligados a isso. Creio que foi a primeira vez que se fez isso no governo Sarney. Ele convocou uma reunião e, a partir desse momento, pôs-se em marcha um processo que iria levar aos acordos de complementação, em cuja redação teve uma participação fundamental o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães. Samuel foi uma influência importante na elaboração desses acordos, que eram muito inteligentes



MATIAS SPEKTOR

porque buscavam uma integração em setores específicos e tinham mecanismos de equilíbrio.

Moderador:

No encontro com Setúbal, Dante Caputo propôs, pela primeira vez, a ideia de salvaguardas bilaterais. Sabemos que Setúbal respondeu dizendo que a questão era sensível, precisava ser consultada internamente no Brasil.³⁷

Ricupero:

Tenho a lembrança de que o ministro Setúbal levou isso ao conhecimento do presidente, mas não acompanhei a evolução interna.

Queria lembrar um tema que teve importância do lado brasileiro: a ideia de se propor a criação de uma zona livre de armas nucleares no Atlântico Sul. Isso ocorreu durante o governo Sarney e foi o embaixador Celso Antônio de Souza e Silva, que durante muitos anos foi, na chancelaria brasileira, a figura mais importante nas negociações de desarmamento. Ele trouxe a iniciativa à Presidência da República, um projeto interessantíssimo.

Até hoje acho uma pena que esse projeto esteja esquecido porque, a meu ver, embora fosse prematuro à época, valeria a pena retomá-lo. A proposta incluiria Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, África do Sul, Angola e Nigéria. Não havia condições de fazê-lo porque a África do Sul era um país que tinha o *apartheid* e, depois se soube, armas nucleares. Angola estava dividida por uma guerra civil. O Brasil submeteu o projeto à ONU e, creio, a Argentina esteve ativamente empenhada. A resolução foi aprovada quase por unanimidade, só contra o voto dos Estados Unidos (por causa do direito de passagem de seus navios). A reso-

37. Nota do embaixador Saracho ao Secretário de Estado Jorge Sábato, secreto, 14 mai 1985, AMRECIC.

lução foi reapresentada várias vezes, mas depois se esqueceu.

Saracho:

A iniciativa argentina de propor ao Brasil salvaguardas diferentes das da AIEA -- primeiro regionais e depois bilaterais --, foi informada aos outros cinco *partners* do Grupo dos Seis. Encontramos um certo silêncio brasileiro. Mas quando houve a reunião do ministro Setúbal com Caputo, a proposta estava inserida na política da argentina. Felizmente, de maneira lenta, mas segura, houve uma reação positiva do Brasil.³⁸

Nós queríamos chegar realmente a um sistema autônomo, diferente das salvaguardas da AIEA. Sabíamos que não podíamos esperar seriamente uma arma nuclear brasileira. Mas queríamos também dar segurança ao resto dos espectadores, especialmente em um contexto que nós estávamos promovendo o desarmamento nuclear da União Soviética e dos Estados Unidos, pelo qual tínhamos que dar um exemplo também de que nosso programa era totalmente pacífico.

O memorando mencionado aspirava a evitar suspeitas sobre as nossas intenções nucleares. Houve que esperar um tempo para que se decantassem as posições. Para isso, o começo de uma diplomacia presidencial no Brasil foi algo muito importante. Se houve dúvidas a respeito da criação da ABACC, em junho de 1991, vários anos depois, já estava praticamente implementando tudo o que se pediu naquele memorando.

Moderador:

No período em questão, havia divisões importantes no governo brasileiro a respeito do programa nuclear (por exemplo, do general Leônidas, ministro do

38. Setubal a Sarney, Informação para o Senhor Presidente da Republica, número 198, confidencial, 29 out 1985, AHMRE.

Exército do governo Sarney). Qual o impacto sobre o início da cooperação com a Argentina?

Lampreia:

Eu tive bastante contato com o general Leônidas. Somos amigos até hoje. Ele não esconde que, se pudesse decidir, o Brasil teria avançado no sentido de ter armas nucleares. Mas ele era uma minoria e, certamente, dentro do Exército mesmo, não havia suficiente massa crítica de opinião nesse sentido. De maneira que ficou uma coisa mais declaratória. Durante o governo Sarney, ele tinha uma posição fundamental porque foi quem de fato interpretou a Constituição no sentido de que o vice-presidente Sarney assumiria mesmo se o presidente Tancredo Neves não tomasse posse. Mas eu não creio que ele tenha jamais disputado ou questionado a aproximação e a grande cooperação que se passou a estabelecer com a Argentina.

O presidente Sarney tinha um imenso orgulho dessa cooperação. Achava que era um ponto central da sua obra política. Ele manteria isso mesmo que o seu ministro do Exército fosse abertamente contrário. Mas eu creio que o general Leônidas não era realmente um opositor ferrenho da cooperação e da aproximação com a Argentina nesse campo.

Ricupero:

Gostaria de corroborar o que disse o Lampreia. À época, eu trabalhava muito próximo ao presidente Sarney e seguramente teria sabido de uma manifestação explícita do general Leônidas. Acrescento que, sabendo da reverência que Sarney tinha em relação a Leônidas, se o general tivesse se oposto, isso teria criado um impasse muito, muito sério: dificilmente teria ocorrido, por exemplo, esse episódio de mandar informar o governo argentino [antes do anúncio público da capacidade brasileira de enriquecimento de urânio]. Se Leônidas tinha essa posição em relação ao tema nuclear, era puramente pessoal.

Acrescento ainda outro fator: à época, eu tinha uma colaboração muito estreita com o general Ivan de Souza Mendes, que era a personalidade principal na comunidade de segurança. Nunca ouvi dele absolutamente nada desse tipo. Muito pelo contrário, ele sempre me pareceu bem alinhado com a posição de aproximação com a Argentina.

Castro Neves:

É importante notar que, talvez, houvesse uma motivação adicional nas declarações do general Leônidas: o grau de disputa que havia entre as três armas. O programa nuclear brasileiro tinha uma parte desenvolvida pela Aeronáutica (enriquecimento de urânio por laser, em São José dos Campos). O Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) tinham cursos de graduação e pós-graduação em engenharia nuclear, física nuclear, etc. A Marinha tinha um programa de propulsão nuclear: o Projeto Ciclone (enriquecimento isotópico de urânio), Projeto Remo (desenvolvimento de um reator pequeno para um submarino) e o Projeto Chalana (desenvolvimento do casco do submarino). Muito bem, o Exército não tinha nada e havia uma reivindicação de ser aquinhado com alguma coisa no setor nuclear. Era algo que estava apenas começando no Instituto Militar de Engenharia, do Exército. Então, o Exército criou o Projeto Atlântico, que teria por objetivo pesquisar e construir um reator de urânio natural moderado a grafite. O objetivo era produzir grafite com pureza nuclear. Acabamos importando uma quantidade qualquer de grafite com pureza nuclear, que depois passou a ser muito difícil de obter no mercado. Mas o projeto não tinha recursos. A empresa que foi criada pelo Exército para tocar esse programa faliu e esse grafite de pureza nuclear acabou sendo leiloado na comarca de Nova Iguaçu.



RAÚL ALFONSÍN COMEMORA
A VITÓRIA EM 1983

Rego Barros:

Com relação a esse ponto, eu testemunhei um episódio absolutamente diferente daquele que meus três colegas estão contando. Isso foi, acho, durante o primeiro ano do governo Sarney. O general Leônidas convocou o ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, para uma reunião sobre a cooperação com a Argentina. Acompanhavam o chanceler o secretário-geral de Relações Exteriores Paulo Tarso Flecha de Lima e eu, que mantinha conversas com Jorge F. Sabato.

A reunião foi algo que surpreendeu a todos nós. Porque o que nos foi apresentado foi algo absolutamente onírico. Onírico!

O tema era o perigo argentino. E a descrição que foi feita por vários militares, inclusive alguns que foram depois acusados de tortura, como o coronel Brilhante Ustra, era a seguinte: a Argentina seria uma potência militar extraordinária. Se houvesse uma guerra entre Brasil e Argentina, a munição brasileira apenas duraria cinco horas.

Eu não sou capaz de me lembrar de detalhes, mas era algo tão surpreendente... Se os argentinos invadissem o Brasil, a estratégia do Exército seria a de recuar até Curitiba e só passar a lutar depois de Curitiba (risos).

Bom, isso daí foi o primeiro ano de governo democrático no Brasil. Olavo Setúbal, que era um banqueiro, saiu absolutamente surpreso. Imagino que o presidente Sarney não tenha tido nem ideia.

Ornstein:

Estou surpreso com tudo isso. A percepção histórica argentina a respeito do Brasil era oposta. Eu diria que a apreciação que havia naquele momento, e isto eu digo de maneira meio jocosa, ridícula, era que, se houvesse uma guerra entre

Brasil e Argentina, Brasil chegaria caminhando, desfilando a Buenos Aires. E tantos anos durou esse conceito que se chegou a condenar a Mesopotâmia argentina, as três províncias fronteiriças ao Brasil, a um nível total de atraso para que fossem terra de ninguém, no caso de uma invasão brasileira. Pensava-se que o Rio Uruguai seria cruzado pelos brasileiros sem nenhum problema. Isso significava não construir estradas nas províncias de Entre Ríos e Corrientes, nem pontes cruzando o Paraná, de modo que, quando os brasileiros chegassem ao rio Paraná, encontrassem um obstáculo. Na realidade, era uma posição muito realista, porque a diferença de capacidades, em muitos campos, era numericamente enorme.

O Brasil ainda poderia cortar todas as rotas comerciais argentinas. Teríamos que dar uma volta pelo Cabo da Boa Esperança ou pelo Estreito de Magalhães. Isto é, se a munição do Brasil durava cinco horas, a nossa durava uma hora.

Acho engraçado ouvir isso. Somente nos anos 1960 um governo militar decidiu conectar a Mesopotâmia argentina ao resto do país: curiosamente, foi o governo militar do general [Juan Carlos] Onganía, que construiu um túnel e uma ponte, ainda hoje os únicos meios para se transportar ali (complementados depois por outras obras no governo Alfonsín). Vocês veem a diferença de percepção que havia nos dois países a respeito do outro. Na Argentina, alguns desvairados chegaram a pensar que, na realidade, a única defesa contra o Brasil era justamente desenvolver armamento nuclear, porque era o único que podia igualar um pouco a situação.

Moderador:

Capitão, os desvairados têm nome?

Ornstein:

Honestamente, não consigo me lembrar. Sei que, em algum momento, alguém no Exército se expressou nesse sentido, mas exatamente quem eu não me lembro. Mas nunca passou disso. Se você o analisa friamente, ele tinha razão. Se você tem a seu lado um país muito mais poderoso, a única forma de dissuadir, não de atacar, mas de dissuadir, é com um armamento nuclear. A Guerra Fria provou isso, não? Esse equilíbrio de forças, no caso do Ocidente e o mundo soviético, evitou a terceira guerra mundial. Sem isso, os russos chegariam caminhando ao Atlântico, sem dúvida. Isso define claramente qual era o panorama, as diferentes percepções e os diferentes usos que fizeram as Forças Armadas de Brasil e Argentina para conseguir recursos e justificar sua existência.

Agora, eu gostaria de marcar uma divergência muito grande entre a posição que tiveram as Forças Armadas argentinas e as brasileiras a respeito do tema nuclear. As Forças Armadas argentinas nunca se envolveram seriamente no problema nuclear. A Força Aérea Argentina nunca teve nenhum tipo de participação. E o Exército o via como uma coisa distante, da qual participou com alguns poucos especialistas. Mas não havia uma participação das Forças Armadas e também não utilizavam o tema da possível bomba atômica como um elemento do planejamento militar.

E a questão nuclear nunca foi um tema da Armada. O fato de que alguns dos presidentes da CNEA tenham sido da Armada se deve a uma simples coincidência -- eram os especialistas em temas nucleares e eram graduados como engenheiros nucleares. Eu diria que não só a Armada argentina não interveio em assuntos nucleares, como nunca deu a eles atenção e nem importância. Na época do Almirante Massera, ele estava brigado com Castro Madero.³⁹

39. O almirante Emilio Massera foi um dos três chefes da Junta Militar argentina entre 1976 e 1978.

Essa é uma diferença significativa com o Brasil, onde a Marinha envolvia-se nas questões nucleares, da mesma maneira que a Força Aérea e o Exército. É importante marcar essa diferença. A participação das Forças Armadas no desenvolvimento nuclear argentino foi nula. Zero.

Moderador:

Obrigado. Para ver um pouco o que o embaixador Rego Barros dizia a respeito da declaração do General Leônidas, gostaria de apontar o telegrama argentino de setembro de 1985. Ali o general Leônidas mantém que a Argentina está em condições de testar sua própria bomba atômica a qualquer momento, e para isto faz um pedido de recursos para o programa nuclear brasileiro.⁴⁰ Isto causou um grande alvoroço na imprensa brasileira, e levou a que a embaixada argentina solicitasse uma audiência com o chanceler brasileiro para esclarecer as declarações do general.⁴¹ Isso era sentido para além do grupo muito pequeno em volta ao ministro Leônidas?

Gastro Neves:

Chama minha atenção no telegrama, que foi redigido pelo meu falecido amigo Juan Uranga, que ele mencione as declarações do general Leônidas, mas não completamente. Porque a declaração do Leônidas -- e eu me lembro porque estava na imprensa isso -- começava dizendo: 'A Argentina está a ponto de explodir uma bomba a qualquer momento e portanto a devemos ter'. Mesmo nessa declaração dele, que também foi um surto, utilizava-se aquilo que ele achava que os argentinos estavam fazendo como pretexto.

40. Ver 'Leônidas: Brasil deve fabricar bomba', *Correio Braziliense*, 1 set 1985.

41. Cable 1311, Embajada Argentina en Brasil, secreto, 1 set 1985, AMRECIC. Nota da embaixada argentina no Brasil, pedido de audiência, secreto, 2 set 1985, AMRECIC.

Ricupero:

Eu acredito que não haja propriamente contradição entre o que nós expressamos e o que o embaixador Rego Barros depois acrescentou porque a lembranças que eu tenho é de que o Sarney sempre se orgulhou de, ao conduzir essa política de aproximação com a Argentina, enfrentar resistências. O que eu quis dizer na minha primeira intervenção é que a postura do Leônidas não era necessariamente contraditória com essa posição.

Afinal, esse tipo de postura que ele procurava tornar pública era uma forma de aumentar os recursos para que o Brasil pudesse desenvolver o seu programa nuclear, mas isso não significava que ele se opusesse a uma colaboração com a Argentina, uma aproximação, uma troca de informações. Ele estava usando esse argumento do maior avanço da Argentina em relação ao Brasil, que era generalizado, como um argumento tradicional que os militares sempre utilizaram, em qualquer país do mundo, para obter recursos. Para isso é preciso sempre que a opinião pública creia na existência de uma ameaça, de um problema de segurança.

Conhecendo a ligação próxima do Sarney com o Leônidas e o sentimento que o Sarney da sua dependência do apoio do Exército, se tivesse existido uma postura ativa do general Leônidas contra a aproximação com a Argentina, eu não acredito que o presidente tivesse prosseguido, porque isso teria caracterizado uma crise grande no governo. Não creio que jamais tenha havido uma militância ativa do general Leônidas nesse sentido. Teria havido resistências genéricas, mas não uma oposição ativa.

Seria interessante averiguar até que ponto essas percepções eram sinceras da parte dos militares, ou eram apenas um pretexto para tentar obter mais recursos. Não devemos perder de vista que, tanto a Argentina como o Brasil, viviam, naquele momento, uma situação econômica e política muito complicada e que

o problema nuclear era uma preocupação relativamente menor. Questões ligadas à inflação e à dívida externa tiveram efeito dramático nos governos Alfonsín e Sarney. Existiam também problemas de percepção de que o próprio poder político não estava consolidado. Eu vi isso de dentro do palácio. Então, é preciso levar em conta que essas questões eram muito minoritárias no âmbito das preocupações gerais que esses países viviam naquele momento.

Hurrell:

Gostaria de seguir essa questão um pouco. A fragilidade da democratização na Argentina fez com que o *rapprochement*, a pacificação e a paz na região fossem muito importantes para Alfonsín, exatamente para evitar as ameaças dos militares que continuaram durante os anos 1980 na Argentina. Então existe, em termos de fragilidade política, uma necessidade argentina de pacificação que não encontra equivalente do lado brasileiro. Isso é correto?

Ricupero:

Eu sou obrigado, infelizmente, a não concordar, sabe? Em primeiro lugar, porque a percepção da fragilidade era muito grande do lado brasileiro. É preciso esclarecer que a diferença do presidente Alfonsín, o presidente Sarney não tinha sido eleito diretamente. Quem tinha sido eleito foi o presidente Tancredo Neves. É claro que o José Sarney fazia parte da chapa, mas ele ingressou na chapa, como se sabe, um pouco na última hora. Ele era visto pelo maior partido do governo, que era o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como um intruso, um usurpador. Hoje é até irônico que ele seja um dos líderes do PMDB.

Sarney sentia-se muito pressionado pelo Ulysses Guimarães. Sentia-se muito fragilizado porque o Ulysses Guimarães era quem deveria ter sido presidente. E as preocupações com a instabilidade brasileira interna eram muito grandes. Diferentes da Argentina porque, no caso brasileiro, o elemento militar ficou de



SARNEY E ALFONSÍN ALMOÇAM
EM PILCANIYEU, 1987

certa forma pacificado com o apoio do general Leônidas. Mas havia preocupação com o início das ocupações de terra, o temor de uma conflagração social era muito grande.

Há um segundo elemento. Sarney tinha um imenso desejo de aproximação com a América Latina. A figura do presidente Sarney, desse ponto de vista, foi decisiva. É preciso não subestimar essa motivação presidencial que, nele, era mais forte do que no próprio aparato diplomático. É um dos raros casos que eu conheço na história diplomática brasileira em que o chefe de Estado tinha um desejo de aproximação com a América Latina maior do que o da chancelaria. Os profissionais eram profissionais, tratavam aquilo tecnicamente. No caso dele havia algo mais, entende?

Castro Neves:

Também não concordo que as fragilidades das democracias tenham levado os países a se unirem e se abrirem mutuamente (até porque o *rapprochement* já havia começado no governo militar). Então, na verdade, o que houve foi um prosseguimento disso com maior legitimidade porque eram dois governos já democráticos. O próprio presidente Geisel não colocou o pé no freio de forma absoluta. Ele disse: ‘Vamos primeiro resolver o contencioso de Itaipu para depois partir para a questão nuclear’.

Saracho:

Concordo com o que disse o embaixador Castro Neves. Nós saíamos de um regime militar que tinha sido muito cruel, e para nós era muito importante evitar que isso se repetisse. Não estou falando da relação nuclear, que, como bem disse o embaixador Castro Neves, continuou um desenvolvimento anterior. Refiro-me à fragilidade democrática do nosso país. Para nós, era muito importante reverter a situação. Lembro que, em 17 de dezembro de 1983, uma semana depois da posse de Alfonsín, houve uma reunião na chancelaria

argentina da qual participaram o presidente Alfonsín, o chanceler Caputo, o vice-chanceler Sábato, e outras personalidades, dentre as quais eu me encontrava. Naquele momento, o presidente Alfonsín assinou um decreto processando as juntas militares. Isso para nós era uma prioridade, e foi uma política para garantir uma certa estabilidade política.

Agora, sobre o tema nuclear, houve uma continuidade. Não houve um tipo de decisão de dizer ‘agora vamos pacificar o Brasil’ em termos nucleares. A prioridade naquele momento era democratizar a Argentina de uma ditadura muito grave que havíamos sofrido.

Ricupero:

Antes dos dois governos democráticos chegarem ao poder na Argentina e no Brasil, tinham sido caracterizados por momentos de grande tensão. O período em que fui secretário da embaixada do Brasil em Buenos Aires, de 1966 a maio de 1969, coincidiu com o governo do general Onganía, quando houve muitos incidentes, inclusive desagradáveis, no dia-dia diplomático.

Em todas as grandes reuniões internacionais ou interamericanas, havia sempre uma resolução argentina sobre a consulta prévia e o Brasil se opunha, no contexto da disputa pelo uso do rio Paraná.

Durante muito tempo, isso paralisou qualquer possibilidade de uma política latino-americana de cooperação em que a Argentina e o Brasil fossem ativos. As relações comerciais ficaram muito complicadas. Muita gente se surpreendeu: em lugar de facilitar o relacionamento, a presença de militares no governo, em ambos os países, de certa forma o dificultou. Isso existiu e foi grave até outubro de 1979, quando se assinou o acordo tripartite sobre a questão de Itaipu e de Corpus.

A partir daquele momento, as relações entraram em um período muito mais

positivo, o que se refletiu nos últimos anos dos governos militares e se acentuou muito com os governos civis. Aí, sim, houve uma identidade que não havia entre os militares.

Lembro muito bem que o presidente Sarney e o presidente Alfonsín se davam conta de que enfrentavam os mesmos problemas: inflação, dívida externa, instabilidade interna, como lidar com os militares, como lidar com os direitos humanos, o problema do legado, etc. Os problemas eram exatamente os mesmos e havia muita identidade porque eram homens com o mesmo passado.

No fundo, eles eram liberais, no sentido tradicional latino-americano: tinham décadas de experiência no parlamento, nos partidos, e eles eram muito semelhantes na experiência humana, na experiência política. Houve um encontro que antes não havia.

Os comandos militares eram formais -- pode ser que no nível das comissões bilaterais houvesse mais colaboração. Eu não diria que a relação entre os comandos militares brasileiro e argentino fosse hostil, mas não era cordial. Era uma relação formal.

Era preciso preparar gradualmente a opinião pública para se chegar um dia a um acordo de salvaguardas recíprocas porque nós partimos de um ponto em que havia uma atitude de desconfiança, que vinha de todo esse passado de confronto nas organizações internacionais.

Quando fui chamado de Washington, em 1977, para conduzir as negociações do Tratado Amazônico, meu objetivo sincero era o de realizar uma cooperação na Amazônia. Mas o que se dizia no Brasil, e nunca foi a minha posição, era que aquilo no fundo era um capítulo do conflito com a Argentina. Nunca concordei com essa visão, mas ela estava presente, havia desconfiança... Havia basicamente uma rivalidade e é preciso não esquecer aqui que o papel das per-

sonalidades nessas questões não pode ser de forma alguma subestimado.⁴²

Moderador:

O senhor diria que Sarney sentia empatia por Alfonsín, no sentido de compreender que ambos estavam atuando internamente em posição de relativa fraqueza?

Ricupero:

Sem dúvida alguma. A prudência das primeiras reações brasileiras tem duas explicações: a novidade do tema, a mais profunda eram as resistências no meio militar. Sarney não estava totalmente seguro. Era o começo da transição e ele sabia que ia ter que lidar com o assunto com uma extraordinária prudência, um processo muito gradual. Tenho a impressão de que, se o general Leônidas tivesse se oposto vigorosamente a esse processo, dificilmente o presidente Sarney iria romper com o Leônidas, do qual ele dependia. Creio que, quaisquer tenham sido as convicções pessoais do general Leônidas, ele nunca chegou a ser militantemente ativo para impedir esse processo de cooperação nuclear com a Argentina. Mas também tentava se evitar uma crise com os militares.

Na Argentina, o presidente Alfonsín acabou sendo levado a medidas que depois provocaram reações militares, como o processo contra os membros da Junta. No Brasil, isso era impensável. Nenhum dos políticos brasileiros cogitaria fazer algo assim pelo medo de que acontecesse a mesma coisa (tanto assim que até hoje, tantos anos depois, o tema continua sendo tabu). Evitar conflitos com



EMBAIXADOR SEBASTIÃO
DO REGO BARROS

42. Sob os auspícios do governo brasileiro, no dia 3 jul 1978 foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela. Foi o primeiro acordo multilateral proposto pelo Brasil na América do Sul do qual a Argentina não participava.

os militares era um tema muito presente no Brasil.⁴³

O presidente Sarney sempre foi muito solidário com Alfonsín. Ele tinha uma sincera amizade, e se empenhou muito em fazer tudo o que podia para ajudar. Sarney se dava conta de que, até certo ponto, os problemas não eram só argentinos, eram também nossos. Em algumas áreas, como os problemas da inflação e os problemas da dívida externa, havia muita semelhança, e ele chegou a pensar várias vezes em chegar a alguma posição comum, o que não foi possível devido às diferenças das áreas econômicas.

Moderador:

O senhor avalia que a trajetória da cooperação nuclear teria sido diferente no cenário hipotético de Tancredo governado o país?

Ricupero:

Penso que sim. Não que Tancredo tivesse preconceitos, mas ele pertencia a uma outra geração. Ele fora ministro da Justiça quando o presidente Getulio Vargas se suicidou em 1954. Então ele era um remanescente de uma outra política. E Tancredo era muito comedido. Se fosse presidente, a relação com a Argentina teria sido correta, mas não teria ido muito além disso. Eu não acredito que ele tivesse se interessado tanto por política externa.

Tancredo Neves representava aquela abordagem tradicional dos velhos políticos, que deixavam a diplomacia aos diplomatas. Ele não tinha um desejo muito grande em participar. E ele estava muito atento aos problemas internos, sobretudo, a respeito da futura constituinte. Não creio que ele tivesse tido tempo

43. Entre 1983-1988, o governo Alfonsín sofreu quatro levantamentos armados contra seu governo. Três foram chefiados por uma facção do exército argentino autodenominada *carapintadas* (abril de 1987, janeiro e dezembro de 1988). Outro foi patrocinado por um grupo guerrilheiro (janeiro de 1989).

para política externa.

Sarney teve duas vantagens sobre Tancredo: era mais jovem e tinha uma cultura literária muito grande, era mais inspirado pela imaginação, pela poesia, por esses sentimentos. Além do mais, Sarney não pôde exercer uma liderança política tão efetiva, como teria sido o caso do Tancredo, porque Sarney não gozava da confiança do partido majoritário, que era o PMDB. Não é segredo dizer que o Sarney nunca controlou a Assembleia Constituinte. Ela foi controlada por Ulysses Guimarães. Então, de certa forma, sobrou a ele um espaço para se interessar por problemas diplomáticos.

Acredito que o processo de construção da confiança ocorria também em outros setores, como os rios internacionais. Depois disso, houve a disposição brasileira de informar o lado argentino sobre todas as medidas de enchimento do reservatório de Itaipu e, no plano técnico, entre os engenheiros hidroelétricos houve uma abertura, uma transparência muito grande. E eu me lembro bem que, a partir de um certo momento, a entrega de informações começou a ir além do tratado. Passou-se, por exemplo, a aceitar sugestões argentinas sobre como deveria ser o ritmo do enchimento, uma coisa que no início não estava absolutamente contemplada. A ideia de que nós adequaríamos nossos procedimentos às sugestões do outro lado.

No início havia ainda uma certa formalidade e depois, pouco a pouco, se chegou a uma situação em que já havia uma naturalidade na colaboração. Eu acompanhei muito de perto todo o processo até finais de 1987, e no final havia uma harmonia muito grande, parecia inimaginável quando nós tínhamos começado que se chegasse a esse ponto. E isso afetou o conjunto das relações, relações que tinham um passado difícil. Porque é preciso não esquecer que durante a maior parte da história, Brasil e Argentina tiveram uma relação difícil, uma relação de rivalidade. Em alguns momentos se falou até na hipótese de guerra... Houve momentos críticos, nunca se chegou a nada de efetivo, como houve,



ALFONSÍN E SARNEY
EM PILCANIYEU

por exemplo, na fronteira argentina com o Chile. Mas houve momentos muito graves e isso era o predominante.

Eu posso dizer que, quando me iniciei como jovem diplomata, quase todos os meus antecessores eram homens que conheciam muito bem a Argentina, mas tinham muitas prevenções. Havia toda aquela memória do passado e contavam-se as histórias daquelas recordações. Hoje nós vivemos uma realidade que não tem mais nada que ver com isso, ou tem muito pouco haver com isso. Mas quem viveu esses episódios naquele passado, sabe que a construção da confiança foi um processo lento, que se processou em muitos setores. Em alguns avançou mais do que outros (eu acho que até hoje, em matéria comercial, ainda falta fazer muita coisa). Então, eu diria que o processo nuclear não pode ser isolado.

O que se logrou nunca teria sido possível se não houvesse uma evolução global na relação. Hoje em dia, nenhum brasileiro, nenhum argentino, leva mais a sério aquelas hipóteses de conflito, isso desapareceu, e a gente nem compreende mais. Eu estou convencido que a contribuição dos presidentes civis foi essencial. Porque onde os preconceitos eram mais fortes era entre os profissionais do relacionamento, que eram os guardiões da memória histórica, os que conheciam todos os precedentes, os tratados e os problemas. Já os políticos civis nem sequer ligavam para tudo isso.

Castro Neves:

Lembro que, em janeiro de 1985, ou talvez fevereiro, logo depois da eleição formal do Tancredo Neves no colégio eleitoral, ele solicitou ser *briefado* sobre as atividades nucleares no Brasil. A solicitação foi feita ao ministro Danilo Venturini, que era o secretário-geral do CSN do governo Figueiredo naquele momento.

Venturini pediu ao grupo responsável por temas nucleares para preparar uma informação para o presidente eleito. E houve um encontro do Dr. Rex Nazaré

Alves, que era o presidente da CNEN, com o presidente Tancredo, na Granja do Riacho Fundo. Esse encontro de certa maneira foi intermediado pelo deputado Renato Archer e pelo deputado Fernando Lyra, que também era assessor próximo do presidente Tancredo.

Ao voltar do Riacho Fundo, o Rex fez um relato bastante minucioso do encontro dele com o Tancredo. A primeira coisa que o Tancredo fez foi pegá-lo pelo braço e disse: ‘Vamos conversar no jardim’. E fez uma série de perguntas. Rex explicou ao presidente as atividades no âmbito dos acordos internacionais. Disse que havia uma atividade residual no âmbito do acordo com os Estados Unidos, uma atividade maior no âmbito dos acordos com a Alemanha e também o Programa Autônomo, o programa chamado Paralelo. Tancredo escutou e, ao final, perguntou: ‘Professor Rex, e se os argentinos fizerem alguma coisa inaceitável, nós estamos preparados para reagir?’

No fundo, era um problema cultural. Com 75 anos de idade, Tancredo era um homem da velha guarda. Em termos de Argentina, vislumbrava o primeiro governo de [Juan Domingo] Perón, o anúncio de Perón de que a Argentina tinha condições de desenvolver uma bomba atômica. A presença do físico [Ronald] Richter na Argentina que teria sido, digamos assim, ‘o construtor da bomba atômica’, fez referência também ao livro de mario Mariscotti, *El secreto Atómico de Huemul* (Sudamericana-Planeta, 1985). Havia, então, toda uma base cultural do presidente eleito voltada para o passado.

E o que o Rex respondeu foi: ‘Olha, nós acompanhamos com grande atenção os desenvolvimentos nucleares na Argentina (devo admitir que existe uma grande identidade de percepções sobre o desenvolvimento nuclear do Brasil e da Argentina e sobre a nossa posição no contexto internacional), mas isso não implica que nós estejamos de olho neles para saber o que eles vão fazer e modular a nossa atitude pelo o que eles eventualmente vierem a fazer, ou não’.

Havia convencimento no setor nuclear brasileiro de que a Argentina estava mais avançada e eu me lembro que, em uma das reuniões que se fazia de avaliação do programa, um dos técnicos apresentou aquela velha equação que nós estudamos no secundário, a função com uma variável dependente e uma variável independente. Ele escreveu no quadro $y=fx$ e disse assim: ‘O Brasil é ‘y’ e o ‘x’ é a Argentina porque o que nós fizermos vai depender muito do comportamento da variável argentina’.

Isso é apenas para dar um pano de fundo interessante. Do lado brasileiro, a posição era acompanhar, observar o que acontecia na Argentina, o que aconteceu, o que pudesse acontecer.

É interessante notar que essa questão das salvaguardas recíprocas já havia sido suscitada no final do governo militar por um encontro do embaixador Abdenur, que era assessor do Ministro Saraiva Guerreiro, com o Jorge F. Sábato.

E aí há uma iniciativa do próprio Abdenur de propor ao Sábato conversar sobre esse assunto. O tema não prosperou porque isso foi em janeiro de 1985, quando já havia um sucessor escolhido. Mas o ministro Guerreiro, a quem Abdenur se reportou, encaminhou o assunto ao ministro Venturini, que, por sua vez, encaminhou o assunto ao seu sucessor, que foi o ministro Chefe da Casa Militar Rubens Denys.

Enfim, o assunto veio parar na minha mão por essa via. Para entender a razão essencial de, naquele momento, não ter prosperado essa questão das salvaguardas está também, por acaso, uma informação que foi preparada em abril de 1985 pelo meu colega de turma já falecido, infelizmente, Roberto Krause. Aí está a chave do porque o assunto não prosperou, em que ele diz: ‘O mecanismo dessa natureza estaria de qualquer modo muito além da declaração conjunta aventada pelo Itamaraty, e sobre a qual não foi possível, como visto, obter pelo menos, até agora, um consenso entre as diferentes entidades brasileiras respon-

sáveis por assuntos nucleares'.⁴⁴

Naquele momento, a proposta abria a porta para a aplicação de salvaguardas recíprocas. Era uma tentativa de introduzir um grau de confiança recíproca muito mais elevado.

Moderador:

Ou seja, se dependesse da liderança política, poderia ter havido um avanço. A postura cautelosa estaria no estamento nuclear brasileiro representado na CNEN?

Castro Neves:

O próprio estamento nuclear brasileiro estava dividido porque as atividades do programa nuclear autônomo eram desenvolvidas pela CNEN. Uma parte muito residual estava com alguns órgãos de pesquisa vinculados à Nuclebrás, como é caso do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte; do IPEN, que era do governo do Estado de São Paulo, mas administrado de parceria com a CNEN; e do Instituto de Engenharia Nuclear, Instituto Radioproteção e Dosimetria, aqui no Rio de Janeiro. Na Marinha, por meio da COPESP, trabalhava-se em propulsão nuclear e, na Força Aérea, enriquecimento de urânio por laser.

No âmbito desses setores, havia profunda divergência. A principal questão é que ninguém queria ser conferido pela aplicação de salvaguardas. Então todos eram favoráveis a que se aplicassem salvaguardas ao programa do outro, não ao seu próprio.

Assim, a Marinha achava ótimo que se salvaguardasse o programa da Aeronáu-

44. Informação ao Senhor Chefe do DEC, secreto, 30 abr 1985, AHMRE.

tica, que achava ótimo que se salvaguardasse o programa da CNEN, que, por sua vez, achava ótimo que se salvaguardasse o programa do CDTN e assim por diante.

O programa da Marinha era o melhor administrado de todos, sem dúvida alguma. O programa da Aeronáutica era um desastre, inclusive um repasse de recursos que foi feito pelo CSN para o desenvolvimento do enriquecimento isotópico para laser foi usado na decoração de todos os gabinetes de comando das bases aéreas no Brasil. Isso redundou até em uma admoestação que foi feita ao brigadeiro que se ocupava do assunto, que era o caixa geral, secretário de contabilidade, ou lá o que seja. Porque ele criou um sistema de caixa único e desviou os recursos para resolver outras coisas que nada tinham a ver com o desenvolvimento nuclear.

Então, havia essa conflagração interna no setor nuclear brasileiro que impediu ao governo brasileiro apresentar uma posição consistente. A única proposta sobre a qual houve consenso foi a de que o processo com a Argentina era gradual e de aquisição de confiança mútua, de *confidence-building*. A atitude foi: vamos marcar nessa direção, mas tem que ser muito gradualmente, porque, no momento, ainda não havia uma ideia clara da adoção dessas salvaguardas recíprocas e dos efeitos que essas salvaguardas recíprocas teriam nos respectivos programas nucleares ou na posição dos dois países no contexto internacional, já que ambos eram alvo de pressão.

Moderador:

Muito obrigado. Além dessa explicação para o movimento cauteloso e relativamente lento do lado brasileiro, havia uma percepção, no Brasil, de que a Argentina estaria tentando amarrar institucionalmente o Brasil?

Castro Neves:

Isso aí seria uma percepção do lado argentino. É possível que uma das motivações fosse essa, da mesma forma o nosso enfoque no processo gradual de confiança mútua tinha também a ver com um melhor conhecimento da atividade nuclear argentina. Para o nosso lado, a maior prioridade era saber o que é que eles estavam fazendo e até que ponto eles estavam fazendo. Nesse sentido, a posição interna do Brasil era muito mais reativa.

Ornstein:

Gostaria de fazer dois comentários. Do lado argentino, não falo tanto do campo diplomático, mas do setor nuclear, a posição do Itamaraty se julgava ou se via exatamente ao contrário: como se fosse o órgão forte e que, em última instância, obstaculizava os acordos entre os técnicos, que queríamos chegar a um acordo o mais rápido possível. É notável a diferença enorme de percepções.

Outro tema do qual gostaria de falar é a suposta bomba de Perón, algo que nunca foi o propósito de desenvolvimento do Projeto Huemul. O título do livro sobre o tema do professor Mariscotti, um físico brilhante que foi membro da CNEA por muito tempo, intitulado 'O Segredo Huemul', foi escolhido com um pouco de ironia. O segredo atômico de Huemul, além de ser uma patranha, buscava produzir energia por fusão, quando ainda se estava desenvolvendo a tecnologia de fissão.

Ainda que, nos Estados Unidos, se tenha interpretado o Projeto Huemul como evidência de que a Argentina estava atrás da bomba, o anúncio de Perón consistiu na realidade em afirmar que Argentina tinha conseguido dominar um processo que lhe permitia gerar energia muito mais barata e muito menos contaminante. Richter jamais trabalhou em armamento nuclear. Ele vendeu uma teoria que podia ser utilizada a nível de laboratório, mas jamais na prática. Mariscotti, trabalhando na documentação americana muitos anos depois, mostrou

que o caso Huemul foi um estímulo para que os Estados Unidos começassem a trabalhar em fusão. O único lugar onde eu vi um cartaz onde dizia ‘Perón tem a bomba atômica’ foi no *The New York Times*, em letras garrafais.

Lampreia:

Só uma nota curiosa: quando o general Juan Perón tentou retomar o eixo ABC, mas encontrou oposição do Brasil, referiu-se ao Itamaraty como ‘una máquina de impedir’ (risos).⁴⁵

45. O pacto ABC refere-se ao Pacto de Não-Agressão, Consulta e Arbitragem entre Argentina, Brasil e Chile de 25 mai 1915. Em fevereiro de 1953, Perón buscou reavivar um entendimento similar, sem êxito.

Capítulo IV

De Foz do Iguaçu às instalações sensíveis (1985-1988)

Este capítulo apresenta a dinâmica interpessoal entre os presidentes Alfonsín e Sarney. Oferece detalhes sobre o encontro de Foz do Iguaçu em 1985. Estuda o trabalho de inteligência de um e outro país a respeito do programa nuclear do vizinho, além da missão de Rubens Ricupero a Buenos Aires. Ainda esclarece o tema dos buracos da Serra do Cachimbo e lida com o grupo de trabalho bilateral na área nuclear e sua transformação em comitê permanente.

Moderador:

Como era a dinâmica interpessoal entre Sarney e Alfonsín?

Ricupero:

Nunca existiu muita intensidade. Não havia uma correspondência regular entre os dois. A comunicação ocorria sobretudo nos encontros pessoais e, curiosamente, intensificou-se quando eles deixaram de serem presidentes: até a morte do presidente Alfonsín, em 2009, havia encontros regulares entre Sarney, Alfonsín e [Julio María] Sanguinetti.

Na época da presidência, o essencial acontecia no contato pessoal. Houve algumas comunicações telefônicas, mas essas não eram facilitadas porque Sarney fala apenas um pouco de espanhol e Alfonsín não entendia muito bem o português dele. Então ficava um pouco tolhido o diálogo. Era mais fácil de desfazer os mal-entendidos linguísticos pessoalmente. Mas nunca houve nada de muito sistemático.

Wheeler:

É possível identificar algum episódio em que a confiança pessoal tenha sido decisiva?

Ricupero:

Bem, a primeira observação que eu quero fazer é que esse processo era consciente, não é uma interpretação de historiador *a posteriori*. Nós sabíamos que estávamos engajados em um processo, e nós usávamos inclusive a expressão *confidence building*. Portanto, era plenamente consciente e nós procurávamos sempre encontrar ideias, formas de reforçar. Quanto a episódios, eu penso que o mais decisivo foi mesmo a área nuclear porque era onde, simbolicamente, se expressava mais do que qualquer outra, o caráter mais delicado do relacionamento, que era a antiga rivalidade no plano da segurança.

Wheeler:

Até que ponto o presidente Sarney estava consciente da necessidade de fortalecer a confiança com a Argentina na área nuclear? E até que ponto era importante, para o Brasil, assegurar a Argentina das intenções nucleares do Brasil?

Ricupero:

Nessa matéria, o presidente Sarney nunca precisou nenhum tipo de provocação. Não chegou a essa conclusão porque o Ministério das Relações Exteriores sugeriu a ele que fizesse isso. Isso ele percebia espontaneamente, por causa de sua personalidade.

O presidente Sarney é um político que tem uma sensibilidade muito aguçada, percebe com muita sutileza quando faltam ao respeito com ele ou quando um visitante não foi cortês, não foi diplomático. Há alguns que têm menos sensibilidade, ele tem essa sensibilidade à flor da pele. Ele é extremamente sensível

a gestos de confiança ou de desconfiança. Porque também ele pode facilmente evoluir para uma posição de desconfiança se ele sente que do outro lado há também hostilidade, ou que não há boa fé.

Posso lhe dar um testemunho porque fui *notetaker* de numerosos encontros dele com outras pessoas. E sempre me surpreendeu muito, desde o primeiro momento, que ele tivesse espontaneamente o domínio das fórmulas de delicadeza diplomática, coisas que alguns outros têm que aprender.

Ele sempre soube, desde a primeira vez, quando recebeu os emissários que vieram a Brasília para a posse do Tancredo Neves no dia 14 e 15 de março. Já desde o primeiro momento, me impressionou muito como ele tinha o domínio dessa técnica diplomática. Ele é um diplomata espontâneo, um homem de extrema delicadeza ali à mesa, de trato, de cortesia.

Então, para ele, essa ideia de que você tem que avisar o outro de alguma coisa importante vem espontaneamente. Ele mesmo se ofenderia se o contrário tivesse ocorrido. Por exemplo, ele foi muito sensível à retribuição do gesto que foi o convite para visitarmos o Pilcaniyeu. E ele valorizou muito o fato de Alfonsín aceitar a visita a Itaipu. Ele dizia: 'Fiz isso contra a opinião dos outros'. Não creio que tenha havido propriamente uma oposição, mas as pessoas do lado brasileiro não teriam se lembrado disso, ou achariam complicado. Foi uma coisa pessoal dele, não uma ideia de assessores.

Moderador:

Na leitura argentina, curiosamente, o convite para Alfonsín ir a Itaipu foi provocado pelo próprio Alfonsín. Alfonsín, ao ter pousado em Foz, teria se convidado, ou se disponibilizado a ir a Itaipu.

Ricupero:

A lembrança que eu tenho é que, de fato, Alfonsín fez uma referência a isso, mas a referência teria caído no vazio se não fosse recolhida. A ideia talvez não tivesse sido espontânea do Sarney, mas o Sarney imediatamente tomou essa ideia e depois passou a dizer que era dele. Acho que até hoje ele está convencido que foi dele! Mas foi esse o processo. Agora, ele tem essa característica, não é exagero meu, ele de fato é uma pessoa excepcionalmente bem educada...

Moderador:

Em 1985, ocorreu o encontro presidencial em Foz do Iguaçu. O embaixador Saracho estava presente com Alfonsín no avião presidencial. Embaixador, pode nos contar um pouco quais eram as expectativas do presidente Alfonsín naquele momento.

Saracho:

O voo a Foz de Iguaçu foi cheio de otimismo, e lá experimentamos uma recepção muito positiva do presidente Sarney e de sua comitiva. Vocês também já ouviram o que significou o convite do presidente Sarney a Alfonsín para visitar Itaipu. Foi um gesto de dizer que aquela era uma questão terminada. Houve acordos não só do tipo nuclear, mas uma série de acordos comerciais que muitos interpretam como a semente do Mercosul. Foi ali aonde se criou a confiança necessária para avançar em muitos outros campos, não só no nuclear. Digamos que isto foi, naquele momento, o principal motivo do encontro, mas a quantidade de acordos que foram assinados desde então foi muito além disso.

Moderador:

A diplomacia brasileira chegou a interpretar que a proposta de salvaguardas feita por Alfonsín podia ser uma tentativa de legitimar o próprio programa

nuclear argentino, após o anúncio de enriquecimento de urânio e no contexto da recente derrota militar na Guerra das Malvinas. Um acordo de salvaguardas com o Brasil permitiria à Argentina retornar ao mercado nuclear.

Ornstein:

A Argentina, naquele momento e durante os primeiros 40 ou 50 anos da história nuclear do país, não quis assinar salvaguardas amplas com a AIEA, com base no documento que já mencionou o embaixador Castro Neves; isto é, salvaguardas aplicadas instalação por instalação implicavam um controle muito estrito, inclusive maior do que o que está incluído no acordo de salvaguardas amplo.

Por isso mesmo sempre se falava em não ratificar Tlatelolco: esse tratado trazia a obrigação explícita de um acordo de salvaguardas amplo com a AIEA, e o mesmo acontecia com o TNP.

Acredito que o documento de 30 de abril de 1985 é uma observação muito clara e muito precisa, uma percepção perfeita de tudo o que estava acontecendo. A Argentina queria melhorar sua imagem no campo nuclear, torná-la mais transparente perante a comunidade internacional, mas não estava disposta, de nenhuma maneira, a pagar o preço das salvaguardas totais.⁴⁶

Então, evidentemente, a única saída que havia era um acordo com o Brasil,

46. Informação ao Senhor Chefe do DEC, Brasília, secreto, 30 abr 1985, AHMRE. 'Possivelmente, contudo, as razões de ordem interna que animam o projeto argentino sejam mais consistentes, pois refletem realidades e preocupações imediatas. Com efeito, ao propor um sistema de autocontrole na região, o presidente Alfonsín estaria indiretamente dando ao programa nuclear argentino, sobretudo em sua vertente autônoma, uma maior legitimidade, protegendo-o da suspeita sobre as intenções militares que pairam sobre esse programa reforçadas pela frustração argentina no conflito das Malvinas e pelo anúncio subsequente do êxito tecnológico em enriquecer o urânio. As vicissitudes pelas quais passa o programa argentino em função da escassez de recursos financeiros e de obstáculos crescentes na aquisição de tecnologia e materiais nucleares no exterior seriam mais facilmente contornadas em uma atmosfera de confiança e respeitabilidade gerada no bojo de uma iniciativa argentina em favor da não-proliferação na América Latina'.

que tornava as atividades transparentes, e daria ao resto da comunidade internacional a tranquilidade de que ali não estava acontecendo nada de irregular. Há que se ter em mente que era a única saída no contexto de não querer assinar salvaguardas abrangentes.

Moderador:

Um mês antes do encontro presidencial de Foz a chancelaria argentina relatou o sobrevoo de um avião militar brasileiro sobre as instalações de Pilcaniyeu. Isso sugere níveis significativos de desconfiança. Queríamos ouvi-los a esse respeito.⁴⁷

Saracho:

Preocupou-nos naquele momento o voo do avião brasileiro sobre Pilcaniyeu. Então pedimos uma nota de esclarecimento à embaixada do Brasil e eventualmente ao governo brasileiro. Os colegas brasileiros dizem que, devido às dissidências internas no Brasil, provavelmente a Força Aérea Brasileira, com o pretexto de fazer um voo ao Chile, levou o avião a passar por Pilcaniyeu sem o conhecimento das próprias autoridades brasileiras. Nós tínhamos conhecimento das dissidências internas das Forças Armadas brasileiras. Então sabíamos que o Itamaraty e o presidente da República possivelmente não controlassem tudo. Mas o sobrevoo não foi algo determinante que influenciasse em Foz do Iguaçu.

Moderador:

Embaixador Saracho, o senhor lembra se o presidente Alfonsín chegou a saber do sobrevoo? Lembra qual foi a reação dele às declarações do general Leônidas?

47. Sobrevoo de avião militar brasileiro sobre Pilcaniyeu, secreto, 10 out 1985, AMRECIC.

Saracho:

Alfonsín estava informado sobre esse sobrevoo. A ele se informava absolutamente tudo por meio de Jorge F. Sabato. E também das declarações do general Leônidas. Mas volto dizer, havia uma consciência dentro do governo argentino de que havia que continuar o caminho da cooperação no campo nuclear; para isso, tínhamos uma série de interlocutores no governo brasileiro. Então, chegamos a Foz do Iguaçu sem querer discutir isso com presidente Sarney, mas sabíamos desses fatos.

Moderador:

Alfonsín viu a declaração de Leônidas, segundo a qual o Brasil deveria ter um artefato nuclear porque a Argentina tinha a capacidade de obtê-lo. No entanto, Alfonsín sabia que a Argentina não tinha um programa de armas nucleares. Em seguida, soube do sobrevoo, e três semanas mais tarde se encontrou com Sarney. No avião, a caminho do encontro, tomou a decisão de visitar Itaipu.

Saracho:

Sim, Alfonsín estava disposto sempre a dobrar a aposta junto com Sarney, por isso propôs Itaipu. Mas, para isso, é importante considerar a macro-política, deixando de lado o contexto nuclear somente, a questão do sobrevoo e as declarações de Leônidas.

Castro Neves:

A propósito da questão do sobrevoo, eu diria que certamente foi uma iniciativa da Força Aérea, ou até de pessoas da Força Aérea, não necessariamente do Comando da Força Aérea, do ministro. O procedimento não era novo. Na verdade, nós tivemos esses episódios de sobrevoos de locais não autorizados, tanto por parte de aeronaves militares brasileiras na Argentina como por parte de

aeronaves militares argentinas no Brasil. Lembro, por exemplo, que um avião do correio militar argentino, que vinha mensalmente ao Brasil, assim como ia um avião da Força Aérea brasileira mensalmente a Buenos Aires, fez um plano de voo habitual até Brasília, só que se desviou do plano e sobrevoou a base aérea de Anápolis. Sobrevoou, fez a curva, voltou e tal.

Houve também um outro sobrevoou de um avião da Força Aérea Argentina em Angra dos Reis. Esse sobrevoou não autorizado causou certa irritação na época porque estava bem longe das coordenadas do plano de voo, mas não houve protestos oficiais brasileiros. No caso de Anápolis, houve apenas uma manifestação de desagrado de oficiais da aeronáutica brasileira ao agregado aeronáutico argentino, um pouco dizendo: ‘Olha, nós não gostamos disso’, e o agregado argentino dizendo: ‘Tomo nota y lo voy a transmitir’. E ficou por aí.

Moderador:

Vocês concordariam com a proposição segundo a qual, diante dessas atividades relativamente autônomas das respectivas forças armadas, Alfonsín e Sarney tentaram ‘amarrar’ os respectivos estamentos militares?

Saracho:

O ministro da Defesa era um homem muito próximo a Alfonsín e deu uma ordem muito clara. Na Argentina, as Forças Armadas, depois das Malvinas, estavam completamente desarmadas, e depois, com Alfonsín, houve os processos contra a Junta Militar. Então, era muito difícil, por uma série de motivos, inclusive de direitos humanos. De nenhuma maneira queríamos uma guerra com o Brasil. Esse não era um tema em que se tocava. E as orientações de Alfonsín para o ministro da Defesa foram muito claras.

Castro Neves:

Acho que concordo e assinalo o fato que já foi apontado pelo embaixador Saracho: a posição do presidente Alfonsín, internamente, era mais confortável do que a posição do presidente Sarney porque as forças armadas argentinas estavam, depois do desastre das Malvinas, em uma situação muito precária.

As forças armadas brasileiras estavam em outra posição, com uma abertura política e o fim do regime militar decorrendo de uma negociação.

O general Leônidas, por exemplo, dizia isso às pessoas que estivessem próximas a ele: ele era o fiador. Até que em algum momento, inclusive, alguns auxiliares dele começaram a querer botar na cabeça dele que ele poderia virar candidato à presidência. Ele nunca permitiu esse tipo de coisa, mas gostava da ideia quando se olhava no espelho. Então, o presidente Sarney teve de prosseguir com muita habilidade, conduzindo as forças armadas, explorando as dissensões entre elas e, pouco a pouco, criando fatos consumados contra os quais não havia como reagir.

Moderador:

Muito obrigado. Em agosto de 1986, a Folha de S. Paulo publicou a notícia dos buracos da Serra do Cachimbo.⁴⁸ Gostaria de saber dos colegas argentinos qual foi a reação em Buenos Aires, em particular no grupo próximo ao presidente Alfonsín?

Saracho:

Lembro do anúncio da *Folha de S. Paulo* sobre Cachimbo. Lembro que fizemos um pedido de informação à embaixada do Brasil, mas as relações estavam

48. 'Brasil prepara local de teste nuclear', Folha de S. Paulo, 8 ago 1986.

atravessando um momento muito bom, então não buscamos mais que isso. Não lembro com exatidão qual foi a informação apresentada pelo Brasil, mas recordo que mencionava o uso de Cachimbo como repositório para resíduos nucleares, como o que a Argentina tinha na Patagônia.⁴⁹

Ornstein:

Quando apareceu a notícia do sobrevoo em Pilcaniyeu, na área técnica não houve nenhuma consequência. Estava dentro do que se considerava o jogo clássico de todas as forças armadas dos dois países e de todos os países do mundo: aproveitar qualquer pretexto pra tirar uma foto mais ou menos bonita, algo muito comum à época.

Os buracos de Cachimbo causaram um pouco de desconcerto. Aceitou-se que podia ser um lugar para fazer um eventual teste de um explosivo, com fins pacíficos ou com fins militares. Não havia nenhum indício de que o Brasil fosse fazer uma explosão nuclear. Era como se alguém tivesse se adiantado a algo, talvez por uma iniciativa quase local, assim, de uma das três forças ou grupo, ou algo desse tipo. E quanto à hipótese de ser um repositório definitivo, tínhamos dúvidas: à primeira vista, não era um lugar apto para um repositório definitivo de resíduos radioativos. Talvez fosse um local provisório? Mesmo assim, nós não teríamos escolhido um lugar como aquele. Mas quero dizer aqui que isso não causou nenhuma profunda preocupação. Nós, na Argentina, não pensamos que pudesse se tratar da continuação de um programa, mas algo que talvez tivesse ficado de alguma iniciativa anterior.

49. O governo brasileiro entregou um *non paper* à chancelaria argentina, indicando que os buracos da Serra de Cachimbo serviriam como repositório de resíduos nucleares e que seu caráter secreto era explicado pela resistência de organizações ambientalistas da sociedade civil. 'Informação sobre perfurações realizadas na Serra do Cachimbo', *non paper*, Brasília, outubro de 1986, citado em Ministério das Relações Exteriores, 'A cooperação nuclear Brasil-Argentina: origens, condicionantes e perspectivas', LII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, julho de 2007.

Moderador:

As atividades militares na Serra do Cachimbo tinham sido iniciadas pelo último governo militar brasileiro?

Castro Neves:

Cachimbo era anterior a isso. Existe desde a década de 50. Era uma pista para aviões com pouca autonomia que precisassem pousar em caso de emergência na Amazônia.

Cachimbo foi uma concessão feita à Força Aérea Brasileira, que queria fazer um campo de testes. Mas aí também evidencia que o caminho imaginado era totalmente enlouquecido, já que ninguém começa a construir uma casa pelo telhado. Você começa a fazer um programa nuclear construindo um campo de testes?!

A alegação é que, então, o campo seria para depósito do lixo atômico, dos rejeitos radioativos. Mas verificou-se, inclusive, que não era adequado porque há um grande lençol freático embaixo do Cachimbo, que fica no início da bacia amazônica. Há rios importantes por perto. Um dos poços, por exemplo, ao ser furado, levou a um lençol freático muito grande e todo o equipamento foi perdido, porque foi tragado pelo lençol freático. O poço foi perfurado pela Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), e a conclusão técnica é que o local não se prestava para deposição do chamado lixo atômico. Então sobraram outros dois poços, um dos quais foi fechado com grande fanfarra pelo presidente Collor, que transmitiu inclusive cenas do secretário do meio ambiente, o professor [José] Lutzenberger, urinando no poço. O outro foi fechado também.⁵⁰

50. Fernando Collor fez ato público em Cachimbo em 18 set 1990.

Estive no Cachimbo em 1984 e em 1985, e nada indicava que ali haveria a infraestrutura sequer para usos dos resíduos radioativos e muito menos para explosões nucleares. Tudo que se perfurava ali dava em água, então, não era possível nem adequado. O único lugar adequado que poderia ser para depósito de resíduos radioativos era no estado da Bahia, o Raso da Catarina. Hoje, o único depósito de resíduos radioativos que nós temos fica na cidade de Abadiânia, perto de Goiânia, e foi posto lá depois do acidente radioativo de 1987.⁵¹

Moderador:

Embaixador Castro Neves, os buracos da Serra do Cachimbo têm relação com o Projeto Solimões, da Aeronáutica, que previa o desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento de urânio por laser?

Castro Neves:

O projeto estabelecia que o desenvolvimento do enriquecimento isotópico do urânio, do reprocessamento e da extração do plutônio, do desenvolvimento de uma série de questões ligadas à construção de reatores de pesquisa ou de reatores miniaturizados, como era o caso do reator para um submarino nuclear, dariam ao Brasil a capacidade de, caso quisesse ou houvesse uma decisão nesse sentido, partir para a construção de um explosivo nuclear. Mas em momento algum se preconizava ou se previa a construção de uma explosão nuclear a qualquer pretexto.

No setor nuclear brasileiro havia percepções diferenciadas. Havia algumas pessoas mais ensandecidas que achavam que nós deveríamos promover uma explosão nuclear pacífica para fins de prestígio internacional. E até chama minha atenção um artigo que está aqui reproduzido da jornalista Leila Reis, que faz

51. O acidente de Goiânia ocorreu em setembro de 1987, envolvendo contaminação por cézio-137. A CNEN registrou 112.800 pessoas expostas ao material.

menção a um ex-ministro militar, que não está identificado aqui, para quem o Brasil deveria fazer uma explosão nuclear pacífica para aumentar o seu prestígio, tal como fez a Índia.⁵²

Eu sei que um dos que andava falando sobre isso foi o falecido brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica. Ele achava que, no dia em que a gente fizesse uma explosão nuclear, o mundo inteiro ia bater palmas para o Brasil. Mas esse tipo de questão nunca foi endossada, seja pelo presidente militar, que era o Figueiredo, seja institucionalmente pelo setor nuclear brasileiro.

Moderador:

Muito obrigado. Há evidência de que o brigadeiro levou uma proposta disto ao presidente Figueiredo com o seguinte conteúdo: o Brasil deveria realizar dita explosão com vistas ao encerramento dos 21 anos do regime militar. Isto seria feito já nos últimos meses do governo Figueiredo como uma maneira de mostrar à nação que a ditadura atingira um desenvolvimento tecnológico, autônomo, que justificaria, em alguma medida, as duas décadas de autoritarismo.

Castro Neves:

Eu confirmo que houve um documento, uma exposição de motivos do brigadeiro Délio ao presidente Figueiredo e que é uma obra que eu acho que faria inveja a qualquer escritor do realismo fantástico. Porque a própria exposição de motivos era incongruente. Ele propunha que o Brasil fizesse uma explosão nuclear pacífica no dia 14 de março de 1985, na véspera da posse do presidente civil, porque isso demonstraria o grande prestígio do Brasil e o grande êxito do regime militar.

52. 'O Brasil deverá ter sua primeira bomba atômica em 1990', Folha de S. Paulo, 28 abr 1985.

Ao mesmo tempo, porém, ele reconhecia que o Brasil não tinha a menor condição técnica de fazer isso porque não havia conseguido enriquecer urânio de uma forma que fosse explosiva, não havia conseguido reprocessar o plutônio do material irradiado (porque o material irradiado estava todo sob salvaguardas e o que a gente reprocessava eram miligramas, quase sempre para aplicação médica em marca-passo e outras coisas assim).

Então, com base nisso, ele propunha que aquele urânio que havia sido comprado da China -- uma pequena ampola a 93% para fazer o elemento combustível dos reatores de pesquisa que necessitavam de um fluxo mais elevado para produzir certos radioisótopos --, fosse utilizado para fazer um artefato explosivo. O que também era, conforme os técnicos diziam, praticamente inviável.

Assim, a exposição de motivos propunha um objetivo, mas explicava que não tinha condições de obter esse objetivo. Era algo meio retórico. Eu vi essa exposição de motivos e fui encarregado de fazer a informação ao presidente. E disse que aquilo era uma loucura (em linguagem respeitosa, é claro, porque se não a bomba ia estourar do meu lado!) [risos]. Mas o presidente Figueiredo, segundo o que me foi dito, disse: 'Ah isso aí é loucura do Délio!' E mandou esquecer o assunto.

Moderador:

Embaixador Castro Neves, o senhor sabe se o brigadeiro Délio sabia quais eram as quantidades do urânio chinês que haviam chegado efetivamente ao Brasil?

Castro Neves:

Não sei. Porque, na verdade, quem se ocupava dos temas nucleares na Força Aérea eram o brigadeiro Piva e, depois, os brigadeiros Reginaldo dos Santos e Veloso. Enfim, eles estavam à par do assunto, mas não participaram das negociações com os chineses que levaram à compra de urânio enriquecido. O



COLLOR E MENEM ESTABELECEM
INSPEÇÕES NUCLEARES MÚTUAS
EM FOZ DO IGUAÇÚ,
28 DE NOVEMBRO DE 1990

MENEM E COLLOR
EM FOZ DO IGUAÇU, 1990



Itamaraty participou. O Conselheiro Abelardo Arantes integrou a delegação do Brasil que foi à China, que incluía o Rex Nazaré, como chefe da delegação, um oficial do CSN, Carlos Alberto Quijano, e um oficial do SNI, Ary Carracho. Mas a Força Aérea não participou disso, não.

Moderador:

O senhor tem uma estimativa de quantos quilos havia?

Castro Neves:

Era uma ampola, a menor delas, que era mais ou menos desse tamanho, com esse diâmetro (aponta com a mão), e continha hexafluoreto de urânio. Nós levamos hexafluoreto natural e trouxemos hexafluoreto enriquecido. Não era uma quantidade substancial e, aliás, duvido, eu não sou técnico, mas eu duvido que pudesse prestar a uma explosão nuclear pacífica de monta.

Moderador:

Em agosto de 2005, o ex-presidente José Sarney deu uma entrevista sobre esse episódio, e disse que tinha dado a ordem para fechar Cachimbo, mas os militares não o obedeceram. Queríamos ouvir os senhores a respeito disso.⁵³

Ornstein:

Bom, no setor técnico argentino ficamos muito surpresos pela declaração do ex-presidente Sarney. Honestamente, não nos agradou. Não vimos razão para essa declaração tantos anos depois. De alguma maneira, ela trazia dúvidas que nós já tínhamos descartado, e que havíamos deixado totalmente de lado.

53. 'Admiten que militares brasileños planearon una bomba atómica', La Nación, 8 ago 2005.

Então, qual era o objetivo real dessas declarações? Ainda nos intriga essa declaração realizada tanto anos depois sobre uma questão que estava totalmente fechada, selada e solucionada. Portanto, realmente, o único que produziu na área nuclear, no setor nuclear argentino, foi uma inquietação. Essa é a palavra que melhor reflete o que sentimos.

Castro Neves:

Lembro dessa entrevista. Eu estava no exterior, me causou uma certa... não digo uma surpresa, mas certamente a realidade pintada por Sarney queria um pouco, talvez, valorizar o seu papel como tendo assumido o controle das atividades nucleares e mudado os rumos. Na verdade, ele já sabia da existência do poço de Cachimbo tão logo assumiu a Presidência da República.

Fez-se um relatório completo, aquele mesmo relatório do Venturini ao Figueiredo, com algumas adaptações e atualizações, e foi apresentado por Rubens Denys ao presidente Sarney tão logo ele virou presidente efetivo da República, depois da morte de Tancredo Neves.

Aliás, o conhecimento do poço do Cachimbo já era bem anterior a isso. Aqui neste dossiê vemos uma matéria de abril de 1985 onde já está mencionada a existência do poço de Cachimbo. Acredito que a entrevista do ex-presidente Sarney foi um pouco para ressaltar seu próprio papel no desmantelamento do controle militar do programa nuclear.

Moderador:

Em sequência ao encontro entre Alfonsín e Sarney em Foz do Iguaçu, em novembro de 1985, criou-se um grupo de trabalho para institucionalizar o diálogo bilateral na área nuclear. Qual era a dinâmica desses encontros?

Saracho:

Esse grupo reunia-se a cada quatro meses, mas, de alguma maneira, era uma continuação do velho grupo técnico, assessorado pelos técnicos da CNEA. Assim, havia uma continuidade. Pautou-se assim também o que depois viria a ser a ABACC.

Avançava-se lentamente, mas nós sabíamos, como já disse, quais eram as dificuldades que encontrávamos no Brasil, que os interlocutores não era unívocos, que eram muito diversos. Foi um processo muito lento. Não porque a Argentina não quisesse acelerar. Nós sabíamos que, no caso do Brasil, os interlocutores eram vários, mas sempre tivemos a boa vontade dos nossos pares no Itamaraty, que era quem negociava.

Ornstein:

Eu tive a satisfação de ter participado desse grupo de trabalho e, depois, do Comitê Permanente, até 1994. Eu não lembrava, mas, agora, vendo a documentação, sim, na realidade, foi uma proposta do Brasil incluir na Declaração Conjunta de Foz do Iguaçu a criação do Grupo de Trabalho em substituição às salvaguardas recíprocas que havia proposto inicialmente o governo Alfonsín; trabalhou-se muito em harmonia.

As reuniões se alternavam entre Buenos Aires e, geralmente, o Rio de Janeiro. Particpei praticamente em quase todas elas, e realmente fomos avançando, mas com a sensação que nos dizia o embaixador Saracho: tínhamos de acelerar o ritmo.

Todo esse processo foi acompanhado por visitas recíprocas. Eu diria que, a longo prazo, isso teve uma importância tremenda e assegurou uma grande continuidade no campo nuclear quando se passou da administração Alfonsín à de [Carlos] Menem, o que não se deu talvez em outras políticas, como a econô-

mica. Mas na área nuclear houve uma linha que garantiu a continuidade de diplomatas profissionais argentinos que estavam além das divisões partidárias.

Eu diria que a única diferença foi, do lado argentino, a tentativa de apressar para além do que era razoável. Na CNEA, nós tínhamos plena consciência, como bem apontou o embaixador Saracho, da dificuldade que implicava adiantar o ritmo. Por isso, éramos terrivelmente reticentes a essa velocidade que se pretendia dar ao processo, com o risco de dar um passo maior que as pernas, como diz o velho ditado.

Moderador:

Obrigado, capitão. Voltemos ao processo de transformação do Grupo de Trabalho em Comitê Permanente, com reuniões bilaterais a cada quatro meses. A proposta foi feita durante a visita de Alfonsín à usina de enriquecimento de Aramar. Em que consistiu essa transformação?

Ornstein:

Os que participamos dos dois, praticamente não nos demos conta da transição. Houve uma maior institucionalização, os objetivos ficaram mais claros. Não existiam suspeitas ou frieza. Eu diria o contrário, havia bastante entusiasmo. Nem sempre terminávamos uma reunião com alguma coisa concreta, mas nunca encontramos dificuldades ou situações desagradáveis.

Depois, a dinâmica foi se diluindo um pouco: passamos a uma reunião anual alternada entre os dois países e, depois, a uma reunião bianual. O processo tinha fins e objetivos determinados: o objetivo fundamental era estabelecer posições comuns, não só negociar os acordos, mas também estabelecer posições comuns em todos os foros internacionais. Conseguimos fazer isso plenamente.

Castro Neves:

Eu participei da criação dos grupos de trabalho que depois foram transformados em Comitê Permanente. Criaram-se órgãos que procuravam trabalhar setor a setor. Isso foi inspirado na ideia do Samuel Pinheiro Guimarães de fazer com que a integração Brasil-Argentina, para não ter interesses brasileiros de um lado e argentinos de um outro, ocorresse por integração setorial: agricultura, indústria e assim por diante.

Foi uma forma habilidosa de instrumentar a cooperação em termos concretos. E isso foi um pouco prejudicado por razões exógenas, como a crise econômica que começou a se abater pouco a pouco sobre Argentina e Brasil, o que levou a uma diminuição do ritmo das atividades nucleares. Isso levou um pouco à perda do entusiasmo.

Moderador:

Embaixador Ricupero, em 1987, o senhor foi o enviado do presidente Sarney a Buenos Aires para anunciar a Alfonsín, em primeira mão, o enriquecimento de urânio brasileiro em Aramar, Iperó. Como foi essa operação? Qual a instrução de Sarney? Como foi a sua recepção em Buenos Aires?⁵⁴

Ricupero:

O presidente Sarney sempre valorizou muito o papel que ele teve em convidar o presidente Alfonsín a visitar Itaipu. Ele sempre me manifestou que era uma iniciativa pessoal dele, que era alguma coisa que não tinha vindo de outras instâncias e que para ele tinha um grande valor simbólico. Porque como Itaipu havia sido o pomo da discórdia, a visita do presidente Alfonsín a Itaipu fisicamente era um símbolo da superação. Além disso, o desdobramento foi o gesto

54. Missão do embaixador Rubens Ricupero, secreto-urgentíssimo, 4 set 1987, AHMRE.

de cortesia de nós sermos convidados a visitarmos depois a usina de Pilcaniyeu na Patagônia.

Em relação a minha ida a Buenos Aires, a intenção também foi muito pessoal do presidente, tanto que ele me escolheu por causa disso (não foi uma pessoa da Chancelaria). Eu era, dentro da hierarquia da Presidência, a pessoa mais credenciada que cuidava de questões internacionais, o meu título era Assessor Especial. Na hierarquia da Presidência, esse cargo vinha logo depois do Chefe da Casa Civil.

Era o mais importante, o mais próximo ao presidente e eu tinha essa função de ser ligado a ele pessoalmente. Por isso, ele quis que eu fosse a Buenos Aires, em lugar de se mandar um diplomata da chancelaria. Alfonsín percebeu isso perfeitamente. E a ideia era reforçar, com um passo adicional, a construção da confiança: evitar de toda maneira que a notícia fosse divulgada antes que ela fosse comunicada de uma maneira especial e privilegiada ao presidente Alfonsín.

Portanto, a organização foi feita toda no Palácio, na Presidência, depois se comunicou ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que era o secretário-geral. Eu viajei em um avião da Força Aérea que fez escala em Porto Alegre. Cheguei ao Aeroparque em Buenos Aires e lá já me esperava o embaixador do Brasil, que tinha sido avisado pelo Itamaraty e por mim e fui ver o presidente Alfonsín na Quinta de Olivos.

Eram quatro ou cinco horas da tarde. E aí tivemos aquela conversa muito agradável, ele leu o documento, agradeceu, depois ainda tivemos uma conversa sobre as eleições argentinas. Eu tratei de temas argentinos durante muitos anos, então continuei lá a conversa com ele e creio que foi um gesto, enfim, eu não quero exagerar a importância daquilo, mas um gesto que contribuiu ainda mais para consolidar esse processo de confiança que já vinha se construindo.

Moderador:

Embaixador Saracho, o senhor tem memória de como o governo do presidente Alfonsín recebeu a notícia do enriquecimento de urânio em Aramar? E, capitão Ornstein, como foi recebida a notícia no setor nuclear argentino?

Saracho:

A análise da chancelaria argentina foi muito positiva. Pelo menos entre nós, não despertou nenhum temor. Enxergávamos aquilo como reciprocidade.

Ornstein:

No setor técnico argentino, o anúncio foi recebido como algo totalmente natural. Nós já sabíamos que o Brasil tinha um contrato com a Alemanha para a construção da planta de enriquecimento pelo sistema tão duvidoso do *jet-nozzle*, que somente a África do Sul chegou a usar plenamente. Ou seja, por uma via ou por outra, era natural que o Brasil obtivesse a tecnologia do enriquecimento. Inclusive, isso confirmou para nós que o sistema de centrifugação era evidentemente mais adequado e que o Brasil tinha tomado uma boa decisão ao concentrar os seus esforços nos avanços daquela tecnologia. Mas esse foi o único tipo de repercussão que houve.

Ricupero:

Queria acrescentar que, para pessoas como eu, diplomatas que acompanhavam o assunto, mas do lado de fora, a notícia de que o Brasil havia finalmente dominado esse ciclo de enriquecimento teve um efeito de atuar como uma espécie de compensação pela ideia de que o Brasil estava muito atrasado em relação à Argentina e, nesse sentido, ajudava a avançar em direção a um acordo.

Porque enquanto persistisse, certa ou errada, a percepção de que o Brasil estava muito atrasado em relação à Argentina, seria difícil persuadir esses setores mais

recalcitrantes a avançar. É como se o jogo ficasse empatado. No momento em que estivesse empatado o jogo, ninguém estivesse na frente, seria mais fácil congelá-lo. Era um domínio das percepções. Pode ser que na realidade não fosse assim, mas o anúncio brasileiro ajudava a dizer: 'Bem, agora que estamos parelhos, então vamos esquecer isso!'

Castro Neves:

O presidente Sarney achou que era importante para o Brasil demonstrar que nós já havíamos adquirido a capacidade de enriquecimento, mas, mais importante ainda, era que essa capacidade não fosse lida como sendo contra o nosso principal vizinho e parceiro, a Argentina.

Foi do próprio presidente Sarney a ideia de dar conhecimento antecipado ao presidente Alfonsín. O extenso relatório do Danilo Venturini ao presidente Figueiredo sobre o que havia sido feito no setor nuclear foi o subsídio utilizado por seu sucessor, Rubens Denys, para uma apresentação que foi feita ao presidente Sarney na presença de Rex Nazaré Alves e outros assessores do CSN. Foi naquele momento que Sarney tomou amplo conhecimento de tudo o que estava sendo feito no programa 'autônomo', também conhecido como 'paralelo'. Naquele momento já estavam rodando as centrífugas, e estávamos ultimando a primeira instalação nuclear de enriquecimento, que era um nível do tamanho dessa sala aqui, no IPEN, em São Paulo.

Moderador:

Em julho de 1987, ocorreu a visita dos dois presidentes a Pilcaniyeu, abrindo caminho para uma série de visitas mútuas. No Brasil, havia grupos que não queriam realizar o encontro porque o mesmo criaria expectativa de reciprocidade na instalação brasileira (não salvaguardada) em Aramar. Gostaríamos de ouvi-los sobre o tema.

Saracho:

Eu participei da preparação e da própria visita. A ideia partiu do presidente Alfonsín e logo em seguida foi alentada na chancelaria. Então fomos trabalhando nessa possibilidade, que felizmente se concretizou. O presidente Sarney chegou a Bariloche com o melhor ânimo e espírito, e as instalações de Pilcaniyeu se abriram a ele e à sua comitiva, que era muito numerosa, por volta de cem pessoas.

Tudo correu muito bem e os técnicos responderam às perguntas que foram feitas. Os presidentes Sarney e Alfonsín visitaram as instalações sob um frio terrível porque julho é o pior mês da Patagônia, e estavam congelados. Em todo caso, acho que foi um êxito total, houve oportunidade de conversar sobre diversos temas vinculados à questão nuclear. Para nós, foi um gesto político muito importante, independentemente de a parte brasileira fazer o mesmo gesto depois. Nós o concebemos como um gesto unilateral. Em seguida, ele foi correspondido.

Castro Neves:

Do lado brasileiro houve uma receptividade muito grande. Mas ela foi qualificada. Tão logo chegou o convite que estava sendo feito para ir a Pilcaniyeu, a primeira reação foi: ‘Nós vamos ter que abrir Aramar’. Havia essa consciência muito grande. Porque se eles estavam mostrando um dos aspectos mais sensíveis do ciclo do combustível nuclear, que era o enriquecimento isotópico do urânio, isso significava que estava havendo uma maior transparência. A preocupação nossa era: ‘Vou vê-lo nu e ele vai me ver nu, espero ser mais bonito que ele’ (risos).

Ornstein:

Eu participei dessa visita, e participei de todas as demais. Posteriormente, ocorreu a visita à planta de enriquecimento de Aramar, e logo depois à planta de reprocessamento argentina também, e em todas elas o ambiente era de absoluta cordialidade. Ambos os lados mostraram tudo o que havia. Deram-se as explicações técnicas, muitas delas que não podiam ser compreendidas facilmente pelos presidentes e demais comitivas. Foi um ambiente agradável.

A posição da CNEA foi de total apoio à visita: pareceu-nos boa e demos o maior apoio possível para que rendesse o fruto que era esperado. Realmente foram experiências muito satisfatórias.

Agora, eu tenho uma curiosidade que não sei se os nossos colegas brasileiros poderão esclarecer: qual foi a posição da Marinha quando o Itamaraty decidiu abrir as instalações de Aramar? Nós tínhamos profundas dúvidas a respeito de se a Marinha brasileira aceitaria fazer essa abertura.

Castro Neves:

Bom, vamos por partes. Em primeiro lugar, Rex não estava preocupado com a visita dos argentinos, ele estava preocupado com o papel dele internamente no âmbito do Programa Nuclear Brasileiro. Rex tinha alguns desafetos dentro do Programa Nuclear Brasileiro e ele passou boa parte da sua carreira, desde a criação do programa autônomo, que lhe deu relevo no âmbito do setor nuclear, lutando para ser o líder incontestado do setor. E toda a iniciativa que vinha que pudesse alterar a relação de forças internas, o Rex era muito prudente: 'Não, vamos com calma, devagar, vamos ver, primeiro pensar', posição que não tem nada a ver com a Argentina.

Quando veio a CAPN, onde o José Israel Vargas propôs que a CNEN fosse dividida em duas -- um órgão regulatório e um órgão de pesquisa e desenvolvimento --, a primeira coisa que o Rex pensou foi: 'Estão tirando um pedaço da minha carne'. Ele estava se sentindo muito contra a parede. Sobre a reação da Marinha, é preciso dizer que não houve objeções nem da parte do ministro da Marinha, que era o Almirante Saboia, nem da parte do gerente do programa nuclear, que é o atual presidente da Eletronuclear, o Othon Luiz Pinheiro da Silva. Othon tinha perfeita segurança. Havia, digamos, no baixo clero naval, engenheiros navais da Marinha, uma certa ciúmeira, uma certa: 'Ah, nós vamos abrir esse negócio, eles vão ficar olhando para a gente'. Mas tanto Othon como as autoridades superiores da Marinha desde logo deram a decisão, que não foi contestada de forma alguma. Foi apenas um pequeno espasmo de preocupação.

Moderador:

O embaixador Castro Neves mencionou que uma das preocupações do lado brasileiro era que, ao abrir as instalações para o outro lado, ficasse evidente que eram menos desenvolvidas. O que aconteceu exatamente quando um lado viu as instalações do outro?

Ornstein:

Eram instalações muito diferentes. Não se podia comparar a nossa percepção. Do ponto de vista técnico, nossa impressão era que nós estávamos mais adiantados no desenvolvimento do processo, apesar de que agora as informações que eu obtive aqui demonstram o contrário. Naquele momento, porém, a percepção era de que nós estávamos um pouco à frente. O fato de o Brasil optar pela tecnologia da centrífuga de certo modo era um pouco motivo de inveja de nossa parte porque tínhamos plena consciência de que era uma tecnologia mais moderna e mais eficiente que a difusão gasosa.

Saracho:

As visitas técnicas entre Brasil e Argentina precedem em muito tempo a visita presidencial de Sarney a Pilcaniyeu. Já havia um intercâmbio técnico muito frutífero entre a CNEA e a CNEN. Precisamos pôr as visitas no contexto político que obteve uma cobertura na imprensa mundial muito significativa. E, basicamente, isto era o que nós queríamos conseguir e que queríamos mostrar: que a Argentina não tinha nada a ocultar do Brasil.

Moderador:

Muito obrigado. Sobre as visitas técnicas, os dois lados tinham acesso ilimitado ou não? Como funcionava na prática?

Ornstein:

Eu diria que tinham acesso ilimitado a todas as instalações. É claro que havia detalhes do processo de fabricação, de desenvolvimento tecnológico, que não necessariamente se mostraram naquele momento. As instalações de enriquecimento são extremamente complexas. Inclusive, para chegar a entendê-las, é preciso ser técnico. Por outro lado, não há nenhuma dúvida de que existe um certo nível de segredo industrial, já que são desenvolvimentos autóctones que têm valor comercial. Mostrava-se tudo o que se podia mostrar para que a outra parte levasse uma ideia da magnitude da instalação e da capacidade, mas isso não significava que fossemos mostrar todo o plano em detalhe.

Wheeler:

Pergunto-me se tem alguma credibilidade a ideia de que Alfonsín estava tentando trazer à luz as instalações brasileiras por meio da expectativa de reciprocidade. Talvez houvesse uma ‘ansiedade residual’ do lado argentino diante das revelações de Cachimbo?

Saracho: Trarei todas as minhas lembranças possíveis sobre isso. O pensamento do presidente Alfonsín estava inserido no Grupo dos Seis, onde estávamos exigindo à União Soviética e aos Estados Unidos um desarmamento nuclear. Então, tínhamos de ser coerentes. A ideia de abrir nossas instalações, então, não era um pensamento desvairado, *out of the blue*. É algo que nós discutíamos em reuniões com o Secretário Sábado e com Alfonsín.

Agora, especulamos que sim, a visita tinha de ser reciprocada pelo Brasil, mas não se fez a visita a Pilcaniyeu pensando que imediatamente haveria uma reciprocidade. Para nós, era um gesto que, como expressei, pode parecer um pouco duro, unilateral, mas é necessário entendê-lo dentro do contexto no qual se produziu. A Argentina tinha que dar um exemplo. E a especulação de se seríamos reciprocados, sim, também foi considerada, mas não era a questão principal.

Wheeler:

O senhor não acha que foi uma motivação significativa para o presidente Alfonsín e as pessoas em sua volta ter mais segurança sobre as intenções do governo brasileiro? A lógica foi a do contexto mais amplo das superpotências e da necessidade argentina de demonstrar boas credenciais no Grupo dos Seis?

Saracho:

Sim, mas não só isso. Não era uma mera tentativa de fazer um bom papel diante das superpotências. Nós já estávamos certos de nossa ação na América do Sul e tínhamos e queríamos chegar com o Brasil a um entendimento nessa área. Então, uma das partes tinha de dar um passo político, que tecnicamente se estava produzindo havia muito tempo, mas politicamente ainda precisava ir adiante, de tal forma que se obtivesse repercussão mundial, e para isso era muito importante abrir as instalações.



EDUARDO MELLO, MATIAS SPEKTOR
E NICK WHEELER

Considerou-se também a questão da reciprocidade e a questão da segurança. Mas não estavam, eu diria, num primeiro plano. De nenhuma maneira se considerou como motivo do convite a Pilcaniyeu que o Brasil abrisse as suas instalações. Não se considerou que a Argentina tinha temor que o Brasil tivesse intenções de ir em direção à bomba atômica, apesar das declarações de certos militares brasileiros. Por isso, acreditávamos que era muito importante criar um clima de confiança.

Moderador:

Muito obrigado. Em setembro de 1986, aconteceu o acidente de Goiânia e a Argentina ofereceu ajuda ao Brasil. Lembram da situação?

Ornstein:

A Argentina despachou imediatamente, como primeira ajuda, a dois dos melhores especialistas que tínhamos nos efeitos das radiações ionizantes sobre os seres humanos em exposições superiores às permitidas, além de um outro especialista em gestão de resíduos radioativos. Eles estiveram trabalhando muito tempo em conjunto com o pessoal da CNEN na solução do problema. Mas houve uma resposta imediata da Argentina. Eu acho que tínhamos um acordo entre as duas comissões quanto à prestação de auxílio de cooperação no caso da ocorrência de um acidente nuclear. Na realidade, o que a Argentina fez foi cumprir com o que havia se comprometido por meio desse protocolo.⁵⁵

Moderador:

Muito obrigado. Em novembro de 1988, os dois países assinaram a declaração de Ezeiza, onde se estipulou a criação de um projeto conjunto em matéria de

55. 'Notificação Rápida de um Acidente Nuclear e assistência mútua em caso de emergência radiológica acidente nuclear' (julho de 1986).

reatores reprodutores rápidos. Queríamos entender o que foi o que aconteceu finalmente com esse projeto.

Ornstein:

Eu tenho bem presente esse episódio. A cooperação no campo político e diplomático, a integração no campo nuclear, foi um grande êxito, sem nenhuma dúvida.

A cooperação e a integração no campo técnico é outra coisa completamente diferente. Existia a necessidade, e segue existindo, de encontrar projetos realmente motivadores e que interessem aos dois países, tanto aos técnicos como às autoridades. E não só declarações e projetos menores, mas projetos importantes.

Naquele momento, ao profissional de maior capacidade que havia na CNEA, depois de uma visita à Índia, lhe pareceu que poderia ser do interesse dos dois países um projeto a muito longo prazo de desenvolvimento conjunto de um reator reprodutor rápido. A ideia era investir dez anos em desenhos, no intercâmbio de ideias, acumulação de informação, desenvolvimento de tipos de engenharia de base, etc. Mas fazendo isso com vistas à construção de um protótipo financiado pelos dois países.

A Argentina estava totalmente aberta a isso. O lado brasileiro tinha somente um par de profissionais que vinham seguindo o tema, mas era um tema de grande interesse quanto à exploração da energia nuclear para a produção de eletricidade. Isso foi aceito pelo Brasil, ainda em inferioridade de condições nesse aspecto. Mas depois veio a realidade de todos os dias: orçamentos, custeio de viagens internacionais, e todo esse tipo de coisa que fazem impossível uma cooperação efetiva. Porque parece que em nenhum dos dois lados havia a decisão política de empenhar-se em um projeto dessa magnitude. Então passou como um lindo sonho, *wishful thinking*, dos técnicos dos dois países, e foi morrendo com o tempo. Nunca prosperou.

Panel V

A criação da ABACC e os legados (1989-1991)

Este capítulo é dedicado aos legados de Sarney e Alfonsín na área nuclear: estuda-se a incorporação plena dos dois países ao Tratado de Tlatelolco e a criação de um sistema comum de contabilidade e controle de materiais nucleares. Lida-se também com as inspeções cruzadas e com os governos de Carlos Menem e Fernando Collor. São discutidos os processos de adesão de ambos os países ao regime global de controle de mísseis e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear.

Moderador:

Como se deu o processo de transição entre Alfonsín e Menem, e entre Sarney e Collor, no campo nuclear?

Ornstein:

Eu pude notar que a transição de Alfonsín para Menem, neste campo em particular, não representou mudança substancial quando às suas opiniões e filosofia. O tema nuclear era conduzido por profissionais da chancelaria, que estava além de uma posição política ou outra. O tema era considerado uma política de Estado, no contexto da busca da aproximação com o Brasil.

Portanto, uma vez assentado o novo governo, o processo foi retomado com muito entusiasmo e muita motivação, até que chegou a ocorrer o que tanto o embaixador Saracho como eu já esboçamos: acelerou-se o processo demasiadamente.

Éramos conscientes de que reverter posições mantidas por muitos anos levaria

tempo. Havia um trabalho de convencimento porque é necessário vencer fortes resistências internas e acomodar as posições dos setores envolvidos. Então, eu diria, que talvez do lado argentino se manifestou simplesmente essa mudança com Menem: mudança de forma ou de procedimento, acelerando tudo o que se havia conquistado durante o governo Alfonsín.

Na realidade, encontrou-se um terreno muito fértil porque tanto Collor quanto Menem, assim como os presidentes das duas comissões de energia atômica e as duas chancelarias, concordavam em continuar naquela direção. Em 1990, chegou-se à Declaração sobre Política Nuclear Comum. Surgiu o compromisso do uso unicamente pacífico da energia nuclear, que se concretizou pouco tempo depois no chamado tratado de Guadalajara, que institucionalizava o controle recíproco das atividades nucleares dos dois países.⁵⁶

Naquele momento, estabeleceu-se uma moratória, e é interessante esse conceito porque não é que os dois países tivessem renunciado a explosões com fins pacíficos no caso de chegarem, no futuro, a desenvolver tecnologia para isso: o que fizeram foi uma moratória indefinida, o que implicou um compromisso muito sério, mas não uma mudança de posição filosófica de ambos os países em relação às explosões com fins pacíficos.

Em seguida, buscamos, entre Argentina, Brasil e Chile formas de aderir plenamente a Tlatelolco. Se a Argentina não aderisse plenamente, o Brasil e o Chile dificilmente o fariam, e vice-versa. Aí o México adotou uma atitude muito cooperativa. Isso terminou, felizmente, com a adesão dos três a Tlatelolco. Além disso, demos um passo a mais, que era obrigatório: aceitaríamos o regime de salvaguardas totais.

56. O Tratado de Guadalajara foi assinado no 21 ago 1991 por Argentina e Brasil, estabelecendo a criação da ABACC.

Fizemos o compromisso de negociar um acordo de salvaguardas com a AIEA, que resultou no acordo quadripartite: Argentina, Brasil, AIEA e ABACC. Acredito que a solução dessa novela foi muito feliz. Daí em diante tudo foi frutífero na cooperação no campo nuclear, tanto no aspecto político e diplomático, mas não tão brilhante ou intenso no campo técnico.

Saracho:

Concordo. Acho que houve uma aceleração do ritmo que, em alguns casos, foi quase rápida demais para o lado brasileiro. A aceleração do passo, que levou à adesão argentina ao TNP naquele momento, não me pareceu adequada. Mas, no fim, o resultado se mostrou positivo. Agora, também concordo com o capitão Ornstein em que houve uma certa desaceleração da cooperação técnica, que continua até o dia de hoje.

Acredito que, hoje, não podemos dizer que há nenhuma dissidência significativa entre o Brasil e a Argentina. Tanto a Argentina quanto o Brasil estão totalmente cientes dos planos um do outro e acreditamos que juntos estamos buscando o desenvolvimento da energia nuclear com fins pacíficos que trará somente benefícios aos dois povos. Estou convencido de que assim se seguirá.

Castro Neves:

Concordo plenamente com as palavras do Capitão Ornstein e do embaixador Saracho no sentido que, superados aqueles resquícios de desconfiança política que havia em um e outro lado -- e de setores que eram cada vez mais isolados e minoritários e pouco representativos de um lado e do outro --, houve um *defusing* da situação.

Agora, no final do período, houve uma desaceleração da cooperação por uma

razão muito simples, que foi a crise econômica que começou a abater sobre a Argentina e sobre o Brasil: um momento de hiperinflação, de desorganização das atividades econômicas, de perda de controle sobre as contas públicas.

Isso levou, pouco a pouco, a cortar gastos, prejudicando as atividades nucleares. A adoção da Lei da Convertibilidad (1991) levou a um violento corte nas contas públicas, de equilíbrio orçamentário, o que também se verificou do lado brasileiro, e levou, inclusive, à paralisação de uma série de obras. A própria obra de Angra 3, que agora está em curso, ficou paralisada muitos anos. Aquilo não impediu que os contatos e a cooperação continuassem no campo da ABACC, que passou a ser também o instrumento mais importante e representativo do espírito da cooperação nuclear Brasil-Argentina.

Moderador:

Sabe-se muito pouco sobre a relação pessoal entre Collor e Menem. Não há suficientes memórias, biografias ou documentação aberta. Portanto, queríamos ouvir suas avaliações pessoais.

Ornstein:

Minha impressão é que não existiu a empatia que houve na época de Alfonsín e Sarney. Acho que os dois apoiaram o processo porque estavam convencidos de que era um processo benéfico. Mas não creio que tenha havido uma relação pessoal além daquela pura e friamente protocolar. Mas gostaria de fazer alguns comentários adicionais.

Para começar, não é segredo para ninguém que a relação entre a Argentina e os Estados Unidos tem sido bastante complicada ao longo de toda a história. Durante muitas décadas, a Argentina estava na zona de influência britânica e se sentia suficientemente protegida para enfrentar ao ‘Colosso do Norte’, mas nossa relação foi muito acidentada em todas as épocas. No governo Menem ha-

via uma forte corrente para reverter essa má relação, cujos máximos expoentes eram o chanceler Guido Di Tella e Domingo Cavallo (primeiro como chanceler e, depois, como ministro da Economia). Eles eram partidários de melhorar as relações com os Estados Unidos, a ponto de cunhar aquela desafortunada frase de Di Tella, que falou em ‘relações carnais’ com os Estados Unidos. Isso talvez permita explicar um pouco o processo de aceleração. Os Estados Unidos estavam muito interessados em que se chegasse a solucionar o problema desses dois países rebeldes do Cone Sul, que se negavam a entrar plenamente no regime de não-proliferação. E daí surgiram todas essas sugestões, pressões e negociações que vimos anteriormente.

De alguma forma, os ministros Cavallo e Di Tella foram muito sensíveis a esse desejo americano e possivelmente os levou a acelerar o ritmo tanto assim.

Vou contar uma anedota que é engraçada: até tal ponto queriam adiantar o ritmo que, depois de negociar a entrada em Tlatelolco e de criar a ABACC, veio o osso duro de roer, que era o acordo de salvaguardas abrangentes com a AIEA. Foi uma negociação duríssima.

O chefe da delegação argentina era um funcionário de carreira brilhante, mas estava tão imbuído desse desejo de adiantar o ritmo que levou as coisas até um ponto que encontrou resistência na própria delegação argentina, para não falar da brasileira.

Representando a AIEA, estava o Dr. Mohammed ElBaradei, que depois foi diretor-geral da AIEA e quem, naquela época, era o chefe de relações internacionais do organismo. Lembro de uma reunião aqui, no Rio de Janeiro, no antigo palácio do Itamaraty, em que a coisa chegou a tal extremo que a delegação argentina -- e sobretudo a brasileira -- tinham tanta indignação com o chefe da delegação argentina que um dos brasileiros, muito hábil em fazer caricaturas, desenhou ElBaradei como um camelo em cima do qual estava montado o de-

legado argentino, apressando-o.

É apenas uma anedota, mas quero mostrar o espírito que reinava. A cooperação no campo político na questão nuclear foi de tal natureza entre 1990 e 1994, ano em que eu estive em Viena, que Brasil e Argentina éramos uma delegação só. As intervenções na AIEA eram lidas rotativamente pelo governador da Argentina e pelo governador do Brasil em nome dos dois países – um país não abria a boca quando estava sendo representado pelo outro. Eu escrevi umas 10 ou 15 intervenções nesses quatro anos que foram lidas por uma embaixadora brasileira, que era uma diplomata brilhante.

Em certo momento, em frente de toda a delegação argentina, a embaixadora brasileira recorreu a uma expressão futebolística. Perguntou-me: ‘O senhor tem passe livre?’, como um jogador de futebol que pudesse ser transferido de uma delegação para a outra.

Agora, como pontuou o embaixador Castro Neves, a situação chegava a tal extremo que, quando tínhamos previsto que viajassem técnicos dos dois países ao exterior e não havia orçamento para viagens internacionais, chegamos a fazer a farsa de nos reunirmos em cidades fronteiriças: os brasileiros se deslocavam a Foz do Iguaçu, e a delegação argentina fazia o mesmo até Puerto Iguazú, do lado argentino. Depois cruzávamos a ponte e nos reuníamos em qualquer um dos dois lugares. Isso evitava o gasto com diárias internacionais.

Moderador:

Qual era a leitura desde Brasília?

Castro Neves:

Eu me encontrava no Canadá quando recebi uma instrução do Itamaraty para comunicar ao governo canadense que o Brasil passava a aceitar e implementar

as chamadas *full-scope safeguards* no âmbito do Tratado de Tlatelolco. Lembro que fui visitar a Vice-Ministra do Exterior do Canadá, Louise Fréchette, e quando falei *full-scope safeguards* ela deu um salto: ‘Full-scope?! Are you accepting them?’ Ela ficou mais surpreendida do que nunca.

Portanto, existia essa movimentação tanto por parte do presidente [Fernando] Collor como do presidente [Carlos] Menem de fazer as pazes com a comunidade internacional, sobretudo em um contexto do fim da Guerra Fria.

Esse contexto estimulou o chamado mundo em desenvolvimento, que incluía países de maior dimensão, como Brasil, Argentina, Índia, Paquistão e África do Sul. Era uma época de transição e de maior aproximação com a ordem que havia vencido, que é a ordem ocidental mais aberta, mais liberal e foi também uma década de grande codificação de questões políticas e econômicas. Os parâmetros da Guerra Fria, que haviam dado certo espaço de manobra a países como os nossos, haviam desaparecido. Então, era melhor a gente aderir em alguma medida à ordem que prevaleceu. Foi a década da criação da Organização Mundial do Comércio, da conclusão da Rodada de Uruguai, da nossa adesão ao TNP. A meu ver, esse era o pano de fundo. Além da crise econômica, que se acentuou de modo brutal.

Moderador:

Por que, então, os dois países não aderiram ao TNP no início da década de 1990?

Ornstein:

É evidente que se avaliou essa alternativa, mas a conclusão foi que as coisas não estavam ainda maduras o suficiente. Preferiu-se aderir a Tlatelolco, que parecia muito mais fácil, já que o Brasil já o tinha ratificado e o Chile, também. Esse era um passo relativamente fácil. Naquele momento, falar em aderir ao TNP

era palavra maior; eu diria que era muito mais difícil o Brasil ir nessa direção, como depois os fatos mostraram. Então preferiu-se avançar por etapas e deixar isso como um tema a se tratar no futuro.

Rego Barros:

Naquela época, não havia ambiente no Brasil para qualquer jogada política mais ousada porque o presidente Collor tinha muitas ideias revolucionárias, mas em pouco tempo a sua situação política se tornou tão instável que não havia ambiente para avançar. E aí eu vou me adiantar um pouco, porque em 1995 eu passei a ser o secretário geral do Itamaraty e o Brasil terminou por assinar o TNP em 1998. Foi um processo do qual o presidente Fernando Henrique estava convencido há muito tempo. O novo governo estava convencido disso. Mas havia argumentos de peso em contrário porque o TNP tem um espírito discriminatório. Então, não foi uma decisão fácil e, até hoje, há certa cobrança da sociedade brasileira sobre por que não negociamos algumas vantagens em troca da assinatura.

Castro Neves:

No Brasil, a adesão ao TNP demorou. Houve um processo que durou uns três anos. Havia quem dissesse: 'Para que aderir ao TNP se o sistema de salvaguardas em vigor já é idêntico ao do TNP?' Talvez assiná-lo facilitasse a adesão do Brasil ao chamado Missile Technology Control Regime (MTCR). A Argentina, por exemplo, teve muito mais dificuldades em aderir ao MTCR. E, nesse sentido, acabamos finalmente aderindo ao TNP sem que houvesse grandes debates. Como falei, essa foi a época do Consenso de Washington, da Rio-92. E o TNP entrou um pouco nessa leva. É preciso ter em mente também que, em 1995, havia sérias dúvidas sobre a continuidade do TNP ou não. A conferência de revisão do TNP levou a uma série de cobranças. A adesão do Brasil ao TNP também teve um certo rescaldo: ao mesmo tempo da nossa entrada, a Índia explodiu uma bomba atômica e, em sua esteira, o Paquistão. Muitos disseram:

‘Está vendo, eles fizeram testes nucleares e não aconteceu nada’.

Moderador:

Em que medida o processo de aproximação e de aceleração do ritmo facilitou ou não o acesso de ambos os países a tecnologias sensíveis e permitiu diminuir as pressões vindas de fora?

Ornstein:

Bom, a culminação desse processo entre a Argentina e o Brasil trouxe alguns benefícios em termos de transferência de tecnologia. Nós tínhamos com os Estados Unidos um acordo vigente que tinha sido muito efetivo nos anos 1960, mas deixou de vigorar depois da mudança de política norte-americana em relação à Argentina. Com a França tivemos um acordo também frutífero, que havia terminado e que eles não quiseram renegociar pela posição que a Argentina tinha.

Algo parecido aconteceu conosco em relação ao Canadá, que era um sócio muito importante. Nos anos seguintes à culminação do processo brasileiro-argentino de entendimentos nesse campo, foram assinados rapidamente acordos com a França, os Estados Unidos e o Canadá que permitiram reviver a cooperação no campo técnico. Mas farei uma ressalva: em nenhum caso isso significou que fosse transferida tecnologia sensível. Tratou-se de tecnologia corrente em operação de reatores de pesquisa, segurança nuclear, etc.

Saracho:

Concordo com que os períodos que foram descritos aqui, posteriores aos acordos Alfonsín-Sarney, trouxeram a aceleração. Assim, a queda do Muro de Berlim e a formação da Federação Russa trouxe também como consequência o desaparecimento do Grupo dos Seis, ao qual havia me referido anteriormente,

ainda que os arsenais nucleares tanto da Rússia como dos Estados Unidos não deixassem de crescer. Sim, foi muito reforçada a colaboração argentino-brasileira no campo nuclear pela atitude conjunta de ambas as delegações em Viena. As pressões, devo adverti-los, não cessaram. Os Estados Unidos hoje buscam que acedamos ao protocolo adicional do TNP, e isso assim segue.

Castro Neves:

As pressões efetivamente diminuíram na medida em que a gente dava passos na direção correta. Agora, quanto ao acesso à tecnologia, ao acesso ao mercado de bens sensíveis, esse mercado tinha sua dinâmica própria e a adesão ao regime não facilitou em nada.

O Brasil não passou a ter mais acesso a coisa alguma que fosse controlada porque o mercado é um mercado com restrições crescentes, sobretudo depois da introdução do conceito de uso dual. O professor [José] Leite Lopes, que foi diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), dizia que uma faca de cozinha tem uso dual, serve para cortar um legume e serve para assassinar uma pessoa.

Com base nesse raciocínio, o acesso a equipamentos e tecnologias ditas sensíveis continuou na sua marcha no sentido de ser cada vez mais limitado.

Moderador:

Obrigado. Em 1988, o presidente Sarney visitou a planta de reprocessamento em Ezeiza. A gente sabe que, no governo Alfonsín, a construção da planta foi retardada por problemas de natureza econômica e a gente sabe também que, depois, o presidente Menem fechou a planta e, pelo menos do ponto de vista público, utilizou o fechamento da planta para sinalizar à comunidade argentina que ele estava aderindo ao consenso liberal. Queríamos entender a decisão de fechar essa planta e qual foi a reação em Brasília.

Ornstein:

Na realidade, pouco antes de Alfonsín assumir, a planta de reprocessamento foi paralisada. A decisão foi do engenheiro [Alberto] Costantini, que era então presidente da CNEA. Mas acho que foi uma decisão tomada em consenso pelo menos com a chancelaria argentina, que buscava talvez aliviar um pouco as pressões externas. Não sei se fechou desde o início, como o senhor apontou, mas ela perdeu o orçamento, entrando em uma etapa de hibernação que se prolongou por muitos anos.

Agora, vale a pena fazer alguns comentários a respeito dessa planta: era uma planta piloto, onde se havia conseguido desenvolver toda a tecnologia e construir o processo químico. Faltava o mais importante, que era o tratamento e o corte desses elementos combustíveis irradiados, como também a disposição de dejetos. Sem esse complemento, a planta não podia trabalhar. Eu a visitei várias vezes e sempre me senti orgulhoso de tudo o que se podia fazer apesar de todas as restrições de todo tipo que nos haviam imposto internacionalmente.

Acho que Menem acompanhou e apoiou as posições do seu entorno político, em particular o pensamento da chancelaria. É possível que lhe tenham sugerido que o fechamento definitivo dessa planta significaria um passo positivo e melhoraria a imagem argentina perante a comunidade internacional, em particular os Estados Unidos. Assumo que deve ter sido assim, sem ter muita consciência do que se tratava tudo isso.

Algo parecido aconteceu com o míssil Condor II: anos de desenvolvimento de um míssil que podia ser utilizado pra levar um satélite a órbita, como podia ser utilizado para, em um caso extremo, transportar uma arma nuclear, que não tínhamos. Nesse afã de melhorar a relação com a única potência dominante naquele momento, depois do desaparecimento da União Soviética, se fez uma manobra muito lamentável para entregar aos Estados Unidos todo o material

que se havia chegado a construir. Nem sequer se fez a entrega de forma direta, mas por meio da Espanha.

Moderador:

Pode explicar essa entrega?

Ornstein:

Acho que foi uma manobra política muito mal conduzida, que supôs a entrega direta da Argentina desses mísseis, motores e outras peças aos Estados Unidos, ainda em um contexto em que grande parte da população argentina tinha uma posição antiamericana muito forte.

Para um governo que tinha uma base popular muito grande naquele momento, era um entrave muito duro aparecer entregando aos Estados Unidos todo esse material que havia sido produto de um esforço de desenvolvimento tecnológico nacional. Então, montou-se uma ficção: todo esse material seria destinado à Espanha para ser desmontado. A Espanha recebeu o material e o transferiu aos Estados Unidos, e este reclamou que faltava algum componente do material, o que deixou em evidência que essa passagem pela Espanha tinha sido somente uma tangente para não pagar o preço político de transferir o material diretamente. As pessoas que haviam desenhado tudo isso, porém, tinham os seus cérebros em boas condições e isso permitiu o desenvolvimento de outro míssil não tão perigoso sobre o qual não se podem aplicar salvaguardas, nem outros tipos de restrições.

Saracho:

Gostaria de fazer uma comparação. O chanceler Caputo foi um homem que influenciou o presidente Alfonsín muito. Caputo tinha uma formação, digamos assim, socialista, tinha sido educado em Paris e na Suécia. Alfonsín o ouvia

em todos os assuntos, não só do tipo nuclear e da relação com o Brasil.

Era um homem que, em todo o conflito com o Chile e o Atlântico Sul, influenciou muitíssimo Alfonsín – felizmente foi assim, pois encerramos um conflito que levava dezenas de anos.

Dessa maneira, eu quero fazer uma comparação com a época de Menem. Menem era um homem nascido na província noroeste da Argentina, La Rioja, e havia estudado em Córdoba. Eu conheci pessoalmente também quem depois foi o seu mentor, Domingo Cavallo, que tinha uma influência quase absoluta sobre ele.

Cavallo era um homem com uma formação de economia e engenharia, com estudos em Harvard e de uma vocação pró norte-americana que não representava a sensibilidade do povo argentino. Mas Menem havia conseguido uma eleição muito popular, e isso lhe deu uma carta branca, não só nos aspectos das relações exteriores e no aspecto nuclear, mas também no econômico. E o chanceler argentino Guido Di Tella, com quem eu trabalhei pessoalmente, também era um homem muito pró-americano, pró-ocidental.

Moderador:

Queria perguntar ao lado brasileiro se o fechamento, por parte do presidente Collor, da planta de UF6 em São Paulo, em 1991, pode ser visto como uma resposta ao fechamento argentino da planta de reprocessamento em Ezeiza.

Castro Neves:

Até que pode ser visto assim. A planta de hexafluoreto de urânio era um pouco mais do que uma planta piloto, tinha uma produção razoável, produziu hexafluoreto de urânio, que foi utilizado na primeira planta piloto de ultracentrifugação.

Não sei o que informou o presidente Collor no fechamento da planta de UF6 no IPEN, mas é possível que tenha sido isso. Até mesmo porque, naquela época, o UF6 não era algo *salvaguardável*. Os processos para a produção de UF6 eram de domínio público, não havia grande mistério. O grande problema da tecnologia de reprocessamento é a contenção radiológica, uma vez que lida com um material irradiado perigoso.

Naquele mesmo contexto, e voltando à questão dos mísseis, houve uma clara diferença. A Argentina foi obrigada a desmantelar todo seu programa de mísseis. Já o Brasil preservou intacto o seu programa de lançamento de satélites. Ele era localizado no ponto mais longe da Argentina possível, que era inicialmente ‘Barreira do Inferno’, no Rio Grande do Norte, e, depois, Alcântara, no Maranhão.

O grau de desenvolvimento do programa do Veículo de Lançamento de Satélites (VLS) chegou a ser bastante razoável. Nós havíamos tido foguetes menores como o ‘Piranha’, que foi vendido à Argentina. Houve, inclusive, um protótipo de um VLS onde houve um erro de programação na base e o foguete se desgovernou, caindo ao lado da Ilha de Cabo Verde, para dar ideia do alcance que essas coisas já tinham. Foi realmente um grande susto na época. Mas era o protótipo de um VLS.

Moderador:

Embaixador Castro Neves, sobre esse ponto, o senhor tem memória de conversas com os Estados Unidos a respeito do programa espacial brasileiro? Por que a diferença de abordagem?

Castro Neves:

Bom, lembro das conversações com os Estados Unidos que levaram à nossa adesão ao MTCR dentro daqueles parâmetros que nós consideramos aceitáveis,

que era a preservação do programa brasileiro do VLS.

Demos todas as garantias possíveis de que era um programa de lançamento de satélite, que não tinha aspectos balísticos. E, imagino eu, aí é apenas uma percepção minha, acenou-se naquele momento com o acordo Brasil-Estados Unidos que permitiria o uso da base de lançamentos de Alcântara no Maranhão. A única base que se aproxima um pouco da de Alcântara – e que seria quase tão competitiva quanto Alcântara – fica em Kourou, na Guiana Francesa, onde os franceses fazem os lançamentos dos seus satélites.

Moderador:

Apenas para ficar absolutamente claro, o motivo, então, pelo qual Argentina e Brasil aderem ao MTCR em diferentes momentos foi a diferença entre os respectivos programas. A Argentina sofria pressão mais imediata do que o Brasil, que pôde negociar a sua adesão um pouco mais?

Ornstein:

Efetivamente. O problema argentino era que o míssil Condor II fora desenhado como um míssil bélico que tinha implicações no campo nuclear. Também havia despertado interesse em alguns países árabes, que chegaram a propor, ainda que nunca nada tenha se concretizado, um *joint venture* com a Argentina. Na realidade, o pressuposto não era um uso pacífico desse míssil, mas o contrário. Sei que era um míssil que estava sob suspeita por várias razões, sobretudo pelos Estados Unidos. Por isso, suponho que as condições para a Argentina foram muito maiores que no caso do Brasil, que tinha um programa de lançamento de satélites, ainda que esse desenvolvimento o capacitasse eventualmente para outros tipos de míssil, no futuro.

Reflexões finais

Wheeler:

Uma das coisas mais interessantes desta conversa é o papel da comunidade científica e de cooperação técnica que se estabeleceu durante o período. Gostaria de saber o quão significativo vocês acham que isso foi para tornar possível a cooperação nuclear. Entre a Índia e o Paquistão, por exemplo, não havia o mesmo nível de cooperação técnica. Lá, os cientistas foram importantes, mas para levar às respectivas armas atômicas, não o contrário.

Ornstein:

A relação de cooperação a nível nuclear e entre a comunidade tecnológica (mais do que a científica), foi desenvolvida durante muitos anos de uma forma informal e não institucionalizada, por meio de relações pessoais entre pesquisadores de ambos os lados, que se reuniam casualmente em algum evento internacional. Aí se conheceram e a, partir daquele momento, decidiram levar adiante projetos conjuntos. Isso criou uma situação de relacionamento pessoal entre diferentes pesquisadores que, é claro, facilitava dar o passo seguinte, que era institucionalizar a cooperação entre os dois lados. Isso não foi tão determinante, mas acho que facilitou muito as coisas.

No caso da Argentina, eu diria que a comunidade científica – a separo agora da tecnológica porque as formações e pensamentos são bastante diferentes –, assim como a comunidade científica brasileira, esteve em todo momento contra o desenvolvimento de armas nucleares. Um deles era o professor José Goldemberg.

Quanto às comunidades tecnológicas, eu diria que também não havia um desejo de empurrar os respectivos governos a um desenvolvimento de arma nuclear, mas eram, no caso argentino, mais permeáveis a uma decisão política que viesse de cima nesse sentido. No entanto, nunca houve um grupo que buscasse alentar que se efetuassem um desenvolvimento desse tipo.

O que existia do lado argentino - e os fatos o demonstram o mesmo do lado brasileiro - era um pleno desejo de não se ver restringido em absolutamente nada que pudesse ser uma opção dentro da utilização da energia nuclear: explosões com fins de engenharia, desenvolvimento de geração núcleo-elétrica, etc. Visto de fora, poderia decidir-se que isso se aproximava muitíssimo do uso militar, dado que o desenvolvimento de um explosivo com fins pacíficos estava a um passo, ainda que não seja um armamento nuclear, está a um passo de sê-lo.

Reconheço que o líder inspirador dessa posição foi a França. Tive a oportunidade de acompanhar uma visita à Argentina de um dos próceres nucleares franceses que trabalhou no projeto Manhattan. Eu o acompanhei desde o aeroporto e, no trajeto até a cidade, conversamos. Ele me disse: 'Veja bem, capitão, o senhor não sabe como custa a mim, como governador da França na agência, atacar as posições de vocês, quando eu defendi toda a minha vida a mesma posição de vocês'. Eu respondi: 'Bom, a posição da França de não aceitar nenhum tipo de restrições nesse campo foi a inspiração da posição argentina, sem pretender e nem haver pretendido nunca o desenvolvimento do armamento nuclear'.

Wheeler:

Havia uma preocupação considerável, não só nos Estados Unidos, mas na comunidade da não-proliferação, a respeito dos programas nucleares da Argentina e do Brasil. Leonard Spector e os seus colegas estavam constantemente produzindo relatórios e artigos falando sobre a Argentina e o Brasil como países quase nucleares. Eu era um estudante naquela época, e vejo agora que a his-

tória é muito diferente. Isso suscita uma questão: por que as pessoas estavam fazendo alegações tão exageradas sobre esses programas? O que levou a isso? E fico tentado a fazer uma pergunta contra-factual: se ambos os países tivessem a capacidade de enriquecer quantidades significativas de urânio ao 90% no fim da década de 1970, o jogo teria sido diferente? Os líderes militares teriam seguido adiante? Ou as pressões em prol da não-proliferação teriam sido fortes o suficiente para impedir uma escalada? Pergunto isso porque a competição em volta a Itaipu parece não ter sido traduzida na dimensão nuclear, e isso ainda me deixa intrigado.

Rego Barros:

Para um diplomata é muito difícil raciocinar sobre hipóteses desse tipo. Mas eu acho que essa corrida entre Brasil e Argentina não foi algo do país inteiro. Acho que era algo muito concentrado no âmbito militar. Se houvesse, naquele momento, maior desenvolvimento tecnológico, ainda assim, acho que seria difícil que se chegasse a uma construção de um artefato porque, para isso, os países teriam que dedicar uma grande parte de seus orçamentos. Isso é muito dispendioso.

Castro Neves:

É realmente difícil falar sobre hipóteses: sinto-me agora como um certo personagem de Bernard Shaw que dizia: 'How can I know what I think before I hear what I say'. Mas, realmente, se o Brasil tivesse dominado o ciclo do combustível nuclear e estivesse em condições de preparar algo... o que estamos dizendo é que o Brasil não seria o Brasil, nem a Argentina, a Argentina.

Há outro dado importante: já no final da década de 1960, o Brasil era o segundo maior parceiro comercial da Argentina e, a Argentina, o quarto mais importante parceiro comercial do Brasil. Já havia um entrelaçamento de interesses muito grande, o que era visto nos laços turísticos. Então, havia já uma

certa integração à revelia dos Estados, que era feita pela sociedade. Isso fez com que a retórica estatal fosse cada vez mais apenas isso: retórica. Na medida em que começou a se desconstruir as bases dessa retórica da rivalidade, tudo isso foi desaparecendo, se esfacelando, e essas manifestações foram sendo cada vez mais a exceção e não a regra.

Wheeler:

Talvez possamos nos concentrar na importância da democratização e da transição do regime autoritário. Quão importante vocês acham que foi para o processo de cooperação? Vocês acham que as lideranças civis foram necessárias? Quaisquer presidentes teriam patrocinado algo assim ou as personalidades de Sarney e Alfonsín foram cruciais?

Ornstein:

O processo de democratização deu legitimidade. No caso argentino, há muitos exemplos. O Tratado do Rio da Prata com o Uruguai foi analisado durante muito tempo no governo militar, mas considerou-se que deveria ser um governo civil posterior que tivesse todas a representatividade popular necessária para avançar em um assunto tão delicado. Acho que algo semelhante aconteceu no caso da passagem para Alfonsín: no caso do problema limítrofe com o Chile, o processo democrático legitimou o procedimento que levou à resolução.

Agora, a outra pergunta é mais complicada, porque eu acho que as personalidades de Sarney e de Alfonsín tiveram um papel muito importante. Respeito ao papel das personalidades no processo democrático, temos um exemplo muito claro da incidência de determinados líderes civis, como Alfonsín e Sarney, que levaram adiante esse processo, mas também temos exemplo de dois governantes que não tinham relação interpessoal forte e nem envolvimento direto nas relações internacionais, como era o caso de Menem e Collor, e que, de qualquer maneira, aceleraram e concluíram o processo de aproximação nuclear, portanto

vai ser difícil chegar a uma conclusão.

Saracho:

Acredito que a democratização realmente deu um impulso muito importante e sendo mais importante ainda a amizade e o entendimento entre Sarney e Alfonsín. A força da democracia argentina ajudou muito. Portanto, acho que o processo democrático ajuda porque os governantes se sentiram legítimos. E isso foi o que aconteceu em outro campo distinto com Argentina-Brasil, com Sarney-Alfonsín, e, depois, Collor-Menem tiveram que segui-lo por mais que os dois fossem, digamos, continuação. Mas eram governos democráticos.

Moderador:

Em que medida a percepção de equilíbrio tecnológico entre os dois países foi uma pré-condição para a cooperação?

Ornstein:

Vou falar da percepção que nós tínhamos do lado argentino. Havia, e acredito que nossos colegas brasileiros vão aceitar isso, nas primeiras épocas, um maior avanço do lado argentino no campo nuclear. Talvez porque foi um processo bastante sensato no sentido de que não se pretendeu levar adiante um programa tão espetacular como o do Brasil com a Alemanha, senão que foi passo a passo.

Primeiro foi uma central, somente depois que estava construída e funcionando pensou-se em uma segunda central, e daí se passou à terceira, etc.

Foi um processo dentro das capacidades econômicas e tecnológicas que o país tinha. Isso permitiu, nos primeiros anos, abrir alguma vantagem, eu diria, de até dez anos de diferença entre os dois programas.

Diante das resistências para uma cooperação nuclear, nossa percepção era que nossos irmãos brasileiros iam se sentir muito mais confortáveis para poder negociar conosco o dia que houvesse paridade, mas essa percepção pode estar muito equivocada. É difícil para o Brasil aceitar sentar-se numa mesa de negociação de alguma maneira em uma posição de ‘inferioridade’, nesse caso tecnológica.

A paridade sem dúvida facilitaria o diálogo. E eu acredito que foi assim. À medida que o Brasil foi desenvolvendo o seu programa nuclear, e agora inclusive, vamos ser honestos, que ultrapassou a Argentina, isso facilitou muito o diálogo porque eram dois sócios que podiam falar de igual pra igual, *mano a mano*, e em pé de igualdade. Por isso, acho que a resposta é sim, isso facilitou enormemente o diálogo.

Castro Neves:

Nas tentativas nossas de conhecer com maior detalhe o nível de desenvolvimento nuclear da Argentina, chegamos a uma conclusão básica: eles estavam mais avançados na área tecnológica, ou de pesquisa, até mesmo pela própria continuidade do processo da política de energia nuclear da Argentina. Havia, por outro lado, uma limitação de base industrial muito séria da parte argentina que já havia deixado de haver no Brasil. Nós examinamos a questão de Pilcaniyeu e verificamos que, não obstante eles tivessem dominado os aspectos tecnológicos do processo, possivelmente não conseguiriam chegar a uma escala industrial por causa da falta de base para fabricar os componentes, compressores, etc. Nossa usina de ultracentrifugação foi feita por empresas privadas brasileiras. (Aliás, a única estatal que entrou no sistema, que foi o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, fabricou os contêineres de hexafluoreto de urânio, nove dos quais foram passear na China).

Saracho:

Se eu pudesse fazer um resumo desses dois dias, acredito que as conclusões a que chegamos, tanto argentinos como brasileiros é que, sem nenhuma dúvida, estamos nos referindo a um tema específico nuclear e também a outros em que os dois países tem uma clara vocação em cooperar. Como em todo tipo de convivências, existem divergências, mas nos temas essenciais estamos de acordo e vamos seguir assim. Confio em que a relação Argentina-Brasil no campo nuclear só pode progredir para melhor. Há questões que temos que explorar conjuntamente: criar empresas comuns tendo em conta o mercado nuclear externo. Para exportar tecnologia nuclear, não haveria melhor forma do que poder fazê-lo conjuntamente. Para dar um último exemplo, a exportação de reatores de teste para a Austrália, que tem características únicas, a Argentina ganhou a licitação em competição com os principais provedores do mundo. Seria muito interessante continuar esses passos em cooperação com o Brasil, de igual para igual. Acredito que temos em comum um futuro brilhante e que as suspeitas foram deixadas pra trás - e o continuarão sendo. Queria dizer que este encontro foi muito útil para analisar essas questões. Muito obrigado.

Ornstein:

Tendo sido participante ativo em todo esse longo processo durante 30 anos, este encontro me abriu um novo panorama, porque me permitiu entender muitos aspectos que, em seu momento, vistos desde um lado apenas, me pareciam inexplicáveis ou de difícil compreensão. Foi uma espécie de abertura de um mundo novo, jogando luz sobre uma série de episódios vividos intensamente -- alguns dos quais haviam ficado de alguma maneira na sombra. Agradeço a vocês profundamente por ter me permitido participar deste encontro excepcional, não posso classifica-lo de outra maneira.

Não podemos esquecer que entre os nossos países a relação histórica foi sempre conflituosa. Isso se prolongou no tempo, sem que levasse a nenhum conflito

realmente sério. É exemplar como se resolveram os problemas dos limites e das divisões, ainda que o processo tenha sido muito criticado na Argentina. Tudo isso estabelece um contexto do qual não podemos esquecer. Depois a coisa foi se diluindo de tal maneira que ficou uma espécie de rivalidade recíproca entre um e o outro, mas que eu acredito que nunca chegou a sair do futebol.

E eu tenho a esse respeito uma anedota muito pessoal. Meu pai era o dirigente da Associação de Futebol Argentina no anos 1930, na época o presidente do Brasil era Getúlio Vargas e veio jogar aqui no Rio de Janeiro a seleção argentina, que nunca ganhava do Brasil. Não sei porquê naquele ano ganhou. E houve uma fúria tão grande do público que assistia, que a delegação argentina e os jogadores tiveram que ser retirados do campo pela guarda pessoal de Getúlio Vargas para levá-los ao hotel e salvá-los, digamos, da ira popular. Nesse campo seguiremos sendo rivais por toda a vida, mas acho que é somente isso, não acho que em outros haverá maiores problemas.

Castro Neves:

Concordo inteiramente com os comentários de Adolfo Saracho e de Roberto Ornstein: hoje, o desafio é muito mais conjunto do que algo que a gente possa tocar isoladamente no mundo muito mais globalizado, muito mais interdependente em que os problemas argentinos são também nossos problemas. Então, como já dizia um embaixador, a nossa cooperação Brasil-Argentina não é uma alternativa, é um imperativo.

Cronologia

1967

Fevereiro

- O Tratado de Tlateloco está pronto para ser assinado, mas Argentina e Brasil decidem não assumir o compromisso plenamente.
- O presidente indicado pelo comando militar brasileiro, General Arthur da Costa e Silva, visita o presidente argentino Juan C. Onganía antes de assumir o governo.

Setembro

- O governo brasileiro propõe o início de negociações para um acordo nuclear com a Argentina. A Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina (CNEA) permanece cética, em virtude do histórico de ‘experiências negativas’ no passado.

Dezembro

- O Presidente Uriel da Costa Ribeiro da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) viaja para Argentina para a inauguração do Centro Atômico de Ezeiza. Ele expressa interesse na coo-

peração nuclear. A liderança da CNEA concorda, mas o Ministro Argentino das Relações Exteriores bloqueia a iniciativa.

1968

Março

- Um cientista da CNEA viaja para o Brasil para ser informado de uma potencial proposta de cooperação nuclear.

Junho

- A resolução que cria o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) é aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas com 95 votos a favor e 4 contra. Brasil e Argentina fazem parte das 21 abstenções.

Setembro

- A embaixada brasileira em Buenos Aires explora a possibilidade junto ao governo argentino de aquisição de 5 toneladas de urânio enriquecidos.

Dezembro

- CNEA aprova a venda de urânio argentino para o Brasil.
- Em reunião com o Presidente Onganía e o Ministro das Relações Exteriores Costa Méndez, o presidente da CNEA Oscar Quihillalt argumenta sem êxito pela adesão da Argentina ao TNP.

1969

Janeiro

- Um relatório interno da CNEA informa que o Ministro das Relações Exteriores da Argentina não possui interesse em transferir urânio enriquecido para o Brasil por ‘razões políticas’.

Dezembro

- CNEA apoia formalmente a negociação de um acordo de cooperação nuclear com o Brasil.

1970

- O presidente brasileiro General Emílio Garrastazu Médici autoriza o início de conversações

com a Argentina para a redação de um rascunho de acordo de cooperação nuclear.

Março

- O TNP entra em vigência. A Agência Internacional de Energia Atômica estabelece um sistema de salvaguardas para todos seus membros.

1974

Maio

- A Índia realiza sua primeira explosão nuclear. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Azeredo da Silveira, diz ao Presidente Geisel que os argentinos possuem vontade política e capacidade técnica para seguir o exemplo indiano.

Junho

- O diretor da usina nuclear de Atucha visita o Brasil e declara interesse na troca de informações e experiência.

Julho

- Uma delegação da Escola Superior de Guerra do Brasil visita a usina de Atucha na Argentina. O diretor de Atucha reitera interesse na cooperação bilateral e afirma que a Argentina não possui

interesse na construção de uma arma nuclear.

- Os Estados Unidos anunciam que só honrarão os contratos de venda futura de combustível nuclear (inclusive para a usina de Angra) de acordo com a disponibilidade futura.
- O Ministro das Relações Exteriores brasileiro afirma a ‘conveniência política’ de seu governo iniciar conversas com a Argentina no campo nuclear para mitigar a suspeita global sobre uma corrida por armas nucleares no Cone Sul.

Setembro

- Geisel condiciona qualquer progresso nas negociações nucleares com a Argentina à resolução de Itaipu.

1975

Junho

- O governo brasileiro assina um acordo de co-operação nuclear com Alemanha Ocidental que inclui a construção de 8 usinas nucleares e a transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio. O governo argentino expressa preocupação em relação a esse acordo junto à embaixada da Alemanha Ocidental em Buenos Aires.

1976

Fevereiro

- O chanceler Azeredo da Silveira diz ser Itaipu a ‘única disputa pendente’ entre Brasil e Argentina.
- O Brasil, a Alemanha Ocidental e a AIEA assinam um acordo de salvaguardas. É a primeira vez que um país não-membro do TNP, como o Brasil, assina um acordo dessa natureza.

Maio

- A junta militar argentina nomeia Oscar Camilión como embaixador em Brasília e lhe dá a responsabilidade de negociar um fim à disputa por Itaipu. Camilión reúne-se regularmente com Hervásio de Carvalho da Comissão Nuclear Brasileira e Paulo Nogueira Batista da Nuclebras.

Setembro

- Na 21ª conferência da AIEA no Rio de Janeiro, Argentina e Brasil discutem os mecanismos para mitigar a suspeita global sobre seus respectivos programas nucleares. As negociações, no entanto, não progridem.

Dezembro

- O chanceler argentino César Guzzetti sinaliza que seu país quer encontrar uma solução para a disputa de Itaipu e, ao mesmo tempo, menciona

interesse argentino em um acordo de cooperação nuclear com o Brasil.

1977

Fevereiro

- A embaixada brasileira no Canadá envia telegrama para o Itamaraty relatando contato com um informante segundo o qual a Argentina estaria disposta a apoiar o acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental, que à época enfrentava forte oposição do governo americano.
- Castro Madero, presidente da CNEA, expressa seu apoio ao acordo bilateral entre o Brasil e a Alemanha Ocidental em público.

Agosto

- Castro Madero anuncia que negociações nucleares com o Brasil estão em estágio avançado.
- O deputado Paul Findley (Partido Republicano, Illinois) encontra autoridades da CNEA e do Itamaraty para apresentar proposta de um sistema de inspeções bilaterais argentino-brasileiro, capaz de mitigar as preocupações de parte da comunidade internacional.

Setembro

- The Washington Post divulga a proposta Findley, incluindo o sistema de inspeções mútuas e, além disso, um compromisso argentino-brasileiro de renúncia conjunta à construção de armas nucleares.
- Findley apresenta sua proposta ao Presidente Rafael Videla da Argentina e ao Vice Presidente Pereira dos Santos do Brasil.
- O chanceler argentino mostra simpatia à proposta Findley, que é descartada pelo Itamaraty.

Novembro

- Em negociações com o secretário de Estado Cyrus Vance, o governo argentino afirma estar disposto a ratificar o Tratado de Tlateloco e a adiar a construção de uma planta de reprocessamento de urânio se o Brasil fizesse o mesmo. Vance apresenta a proposta ao Brasil, sem êxito.

1978

Fevereiro

- Camilión defende publicamente o direito de o Brasil desenvolver um programa nuclear 'autônomo' (sem salvaguardas internacionais).

Março

- O Congresso americano aprova o Nuclear Non-Proliferation Act, que estabelece condições para transferência de tecnologia nuclear a terceiros países, tais como adesão ao TNP e assinatura de acordo de salvaguardas com a AIEA.

1979

Fevereiro

- A Argentina inicia a construção de uma usina piloto para reprocessamento de urânio em Ezeiza.

Março

- Em coletiva à imprensa, Castro Madero afirma que a Argentina poderia construir uma arma nuclear, caso o desejasse.

Agosto

- O chanceler brasileiro sugere incluir o tema nuclear à agenda da Comissão Especial Brasil-Argentina para Cooperação. As autoridades argentinas respondem que a disputa de Itaipu deve ser resolvida antes disso.

Setembro

- A Argentina contrata KWU-Siemens para a construção de Atucha II e Sulzer Brothers para a construção de uma usina de produção de água pesada.

Outubro

- Argentina, Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Assunção, que encerra a disputa por Itaipu.

1980

Janeiro

- O Brasil assina um acordo-quadro de cooperação nuclear com o Iraque.
- CNEA entrega proposta de cooperação nuclear, intercâmbio científico e consultas técnicos à CNEN.

Março

- A lei americana de não-proliferação entra em vigor, causando a suspensão de exportação de tecnologia nuclear para não-membros do TNP, como a Argentina e o Brasil.

Abril

- CNEA e CNEN discutem os termos de um acordo bilateral no Rio de Janeiro.

Maio

- Figueiredo e Videla assinaram o primeiro acordo bilateral de cooperação nuclear.

Agosto

- Durante visita de Videla ao Brasil, CNEA sugere um mecanismo de arrendamento de urânio junto à Nuclebras.

1981

Maio

- Figueiredo encontra o presidente argentino Roberto Viola. Castro Madero declara que a relação nuclear entre os Estados Unidos e a Argentina é 'ruim'. Ainda afirma estar negociando acordo de compra de combustível nuclear com a União Soviética.

1982

Abril

- Tropas argentinas ocupam as ilhas Malvinas. O serviço de inteligência brasileiro conclui que é impossível de determinar se a Argentina possui capacidade ou vontade de construir um artefato nuclear. O governo brasileiro condena a ação militar argentina, mas apoia a soberania do vizinho sobre as ilhas.

Junho

- O governo argentino se rende e pede à embaixada brasileira em Londres que represente seus interesses no Reino Unido.

Julho

- The Washington Post acusa o governo americano de autorizar, em segredo, a exportação de um sistema de computadores para a usina argentina de produção de água pesada, construída pela Sulzer Brothers Ltd.

Dezembro

- Na China, o Brasil compra urânio altamente enriquecido e, a Argentina, água pesada.

1983

Maio

* Inauguração de Embalse, segundo reator nuclear da Argentina.

- Ao visitar as instalações nucleares argentinas, o embaixador americano Richard Kennedy autoriza o envio de água pesada americana para a Argentina.

Agosto

- O Departamento de Energia dos Estados Unidos autorizam o pedido da EURATOM para que a Alemanha Ocidental transferira a Atucha e Embalse, na Argentina, 143 toneladas de água pesada de origem americana.

- Richard Kennedy visita o Brasil para uma reunião do grupo de trabalho Brasil-Estados Unidos sobre energia nuclear.

- Darío Gomes da Nuclebras e Rex Nazareth da CNEN visitam as instalações nucleares da Argentina.

Outubro

- De acordo com um relatório da CIA, não há evidências de um programa de armas nucleares no Brasil.

Novembro

- A Argentina anuncia o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu. O governo em Buenos Aires envia correspondência prévia sobre o tema ao Palácio do Planalto, além de mandar cartas para a AIEA e os membros do Conselho de Segurança da ONU, exceto o Reino Unido. Figueiredo parabeniza o governo argentino em correspondência oficial.

- O presidente eleito da Argentina, Raul Alfonsín, se compromete com o controle civil das atividades nucleares de seu país.

Dezembro

- O chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro e seu colega argentino Dante Caputo encontram-se pela primeira vez e concordam em elaborar uma declaração conjunta para 'ajudar a dissipar suspeitas de possíveis componentes militares nos programas nucleares dos dois países'.

- Em sua posse, Alfonsín se compromete com um programa nuclear com fins estritamente pacíficos.

1984

Janeiro

- Um diplomata americano diz a um diplomata argentino em Washington que as relações nucleares entre a Argentina e os Estados Unidos ‘melhoraria substancialmente’ se a Argentina e o Brasil renunciassem publicamente ao direito de produzirem artefatos nucleares e sugere a adoção de um mecanismo de inspeções mútuas.
- Alfonsín cria um comitê para investigar as atividades da CNEA e conclui que a política nuclear sob o governo militar havia sido direcionada para fins exclusivamente pacíficos.

Fevereiro

- Na Comissão de Desarmamento da ONU, Caputo rejeita o TNP, mas afirma que seu governo estaria disposto a assinar o Tratado de Tlateloco.

Maio

- De modo não-oficial, o diplomata brasileiro Roberto Abdenur propõe ao diplomata argentino Jorge Sábato uma declaração conjunta de renúncia às explosões nucleares.
- O chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, informa ao presidente Figueiredo o risco de cortes orçamentários no programa nuclear brasileiro

afetarem o desenvolvimento vis-à-vis o programa argentino.

Outubro

- No prefácio de seu livro, Nuclear Proliferation Today, o especialista Leonard Spector afirma que a Argentina e o Brasil ‘devem adquirir armas de destruição em massa em poucos anos’.

1985

Fevereiro

- Presidente eleito, Tancredo Neves viaja à Argentina e encontra Alfonsín, que menciona a possibilidade de ‘um sistema regional de salvaguardas’.

Abril

- O jornal brasileiro Folha de S. Paulo cita uma fonte anônima: ‘O Brasil deve ter sua primeira bomba atômica até 1990’.

Maio

- Um relatório argentino sobre reunião entre os chanceleres argentino e brasileiro afirma que, para ambos, o principal aspecto da agenda nuclear bilateral era a implementação de um regime de ‘garantias mútuas’, como opção às salvaguardas

da AIEA e ao TNP.

- A Argentina propõe um sistema de inspeções bilaterais. O governo brasileiro responde que o assunto é sensível e que precisa ser cuidadosamente discutido no âmbito doméstico.

Agosto

- Deputados brasileiros visitam o Instituto de Pesquisa Nuclear, em São Paulo, para confirmar a natureza pacífica do programa nuclear brasileiro.
- O Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, Renato Archer, declara que o Brasil não pretende fabricar uma bomba nuclear e define as relações com a Argentina como ‘excelentes’.

Setembro

- O Correio Braziliense publica declarações do chefe do Estado Maior do Exército, Leônidas Gonçalves, declarando seu apoio à construção de armas nucleares. O embaixador da Argentina no Brasil solicita uma audiência como chanceler brasileiro Setúbal, pedindo que esclareça a posição oficial do Brasil.
- O líder da maioria no Congresso brasileiro, Pimenta da Veiga, e o Presidente do Senado, Jorge Fragelli, dão declarações públicas em favor de uma bomba atômica brasileira. O ministro da Energia, Aureliano Alves, nega as alegações de Gonçalves e Rex Nazareth, da CNEN, nega que

o programa nuclear brasileiro tenha objetivos militares.

- O chanceler brasileiro enfatiza que as garantias sobre os fins pacíficos do programa nuclear brasileiro já foram dadas ao governo argentino.
- O governo brasileiro cria uma comissão para avaliar o seu programa nuclear. O Presidente Sarney declara não admitir o uso de energia nuclear para a produção de uma bomba atômica.
- Antes de anunciar na Assembleia Geral das Nações Unidas que o programa nuclear brasileiro serve apenas a fins pacíficos, Sarney notifica o governo da Argentina.

Outubro

- A Argentina relata que um avião militar brasileiro mudou de rota e sobrevoou a usina de enriquecimento de Pilcaniyeu em duas ocasiões diferentes.
- O senador americano Alan Cranston denuncia exportações chinesas de tecnologia nuclear, sem salvaguardas, para África do Sul, Argentina, Brasil, Irã e Paquistão.

Novembro

- Sarney e Alfonsín assinam a declaração de Iguaçu e a declaração conjunta sobre política nuclear. Os argentinos sugerem a inclusão de ‘salvaguardas

bilaterais' na declaração, mas os brasileiros propõem, em vez disso, a criação de 'um grupo de trabalho conjunto'. Os dois lados organizaram uma comissão de alto nível para esboçar planos de liberalização de comércio e de uma estrutura consultas bilaterais permanentes.

Dezembro

- O embaixador americano Richard Kennedy visita Argentina e o Brasil.

1986

Abril

- O embaixador americano Richard Kennedy menciona o progresso da cooperação nuclear entre a Argentina e o Brasil em uma comissão do Senado americano.
- CNEA e CNEN identificam áreas de cooperação nuclear.
- Embaixador brasileiro indica a diplomata argentino a importância de alguém publicar um artigo de jornal apresentando ao grande público a ideia de inspeções mútuas.

Maio

- Um diplomata argentino encontra o embaixador Kennedy, que expressa interesse em expandir a relação nuclear entre Washington e Buenos Aires.

Julho

- Cria-se o grupo de trabalho Brasil-Argentina sobre assuntos nucleares.
- Um telegrama argentino reporta 'a excelente cooperação e coordenação' com o Brasil em relação ao desarmamento nuclear.
- Sarney e Alfonsín assinam um acordo de cooperação e integração entre os dois países, assim como doze protocolos. O protocolo 11 é dedicado à 'notificação de acidentes nucleares' e à 'assistência mútua em casos de acidentes nucleares e emergência radiológica'.

Agosto

- Folha de S. Paulo publica artigo intitulado 'O Brasil se prepara para teste nuclear', revelando a existência dos buracos na Serra do Cachimbo.
- Um ex-Ministro da Marinha do Brasil diz que se fosse por ele, o Brasil construiria uma arma nuclear.

Setembro

- Sarney ordena a colaboradores que o programa nuclear brasileiro seja orientado exclusivamente para fins pacíficos.
- Folha de S. Paulo publica um artigo sobre a existência de buracos similares aos de Cachimbo na Patagônia argentina. O chefe da CNEA, Elías Palacios, afirma se tratar de um depósito para rejeitos nucleares, não um campo de testes de explosivos.

Novembro

- Folha de S. Paulo publica artigo: ‘Argentina já tem plutônio o bastante para produzir uma bomba nuclear’.

Dezembro

- O governo brasileiro convida inspetores nucleares argentinos para visitarem o Instituto de Pesquisa de Energia Nuclear, em São Paulo, sob administração da Marinha brasileira.
- Alfonsín viaja ao Brasil e assina com Sarney a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e outros protocolos.
- O governo brasileiro anuncia domínio da tecnologia para produção de plutônio em escala de laboratório.

1987

Julho

- Sarney visita Pilcaniyeu e convida Alfonsín para visitar as instalações nucleares brasileiras.

Agosto

- O diretor da Nuclebras afirma ter condições, a partir de 1989, de exportar 5 toneladas de urânio enriquecido a 0,85% para a Argentina, pelo valor de US\$ 1.4 milhão.

Setembro

- Sarney envia o embaixador Ricupero como enviado pessoal para encontrar Alfonsín e comunicar, antes do anúncio público, que o Brasil domina a tecnologia de enriquecimento de urânio.
- O diplomata argentino Jorge Sábato defende o programa nuclear brasileiro, que afirma ser ‘absolutamente legítimo’.

Novembro

- Um coronel brasileiro aposentado, conselheiro da CNEN, declara publicamente que ‘se a segurança exigir, pode-se chegar à utilização do artefato nuclear’.
- O Ministro da Marinha do Brasil garante que o Brasil não está desenvolvendo armas nucleares,

mas um sistema de propulsão nuclear de submarinos.

1988

Abril

- Alfonsín visita a instalação de Aramar. Com Sarney, assina a Declaração de Iperó, elevando o grupo de conjunto de trabalho ao status de comitê permanente.

Outubro

- A nova Constituição brasileira proíbe o uso de energia nuclear para fins não-pacíficos.

Novembro

* Sarney e Alfonsín assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento e visitam a usina de reprocessamento de Ezeiza, na Argentina.

1989

Maio

* O candidato à presidência da Argentina, Carlos Menem, anuncia sua plataforma de política nuclear. Com a transição presidencial, o Bulletin of Atomic Scientists publica dois artigos chamando a atenção para uma possível reversão na cooperação nuclear entre Argentina e Brasil.

Outubro

- O Instituto de Controle Nuclear (Institute of Nuclear Control) patrocina uma reunião no Uruguai entre representantes da Argentina e do Brasil, pressionando-os por um sistema bilateral de salvaguardas.

1990

Setembro

- O Ministro da Ciência e da Tecnologia do Brasil, José Goldemberg, afirma que o presidente Collor teria recebido documento secreto de 50 páginas contendo um plano de desenvolvimento de um programa de armas nucleares.

Outubro

- Gary Milhollin do Wisconsin Project on Nuclear Arms Control afirma que inspeções mútuas entre Argentina e Brasil significariam progresso considerável.

Novembro

- Collor e Menem assinam uma Declaração Conjunta sobre Política Nuclear Comum, estabelecendo a ratificação do Tratado de Tlateloco, uma agência bilateral para conduzir inspeções mútuas e um acordo de salvaguardas junto à AIEA.

1991

Março

- Collor e Menem assinam o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul) junto a Uruguai e Paraguai.

Julho

- Collor e Menem criam a ABACC.

Bibliografia

- ADLER, E. *The Power of Ideology: The Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- AJA ESPIL, J. Argentina. In: GOLDBLAT, J. (org.) *Non-proliferation: The Why and the Wherefore*: p.73–79. London: Taylor & Francis, 1985.
- ALBERTANI, Luciane Jardim. *Regime político e política externa: a trajetória das relações Brasil-Argentina (1966-1989)*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.
- ALBRIGHT, D. Bomb Potential for South America. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 45, n. 4: p.16–20. 1989.
- _____. Brazil Comes in from the Cold. *Arms Control Today*, Vol. 20, n. 10, 13–16. 1990.
- _____. Origin and Role of Argentina's and Brazil's Nuclear Programs, and the Role of the Military and Non-Governmental Scientists in Changing the Climate on Nuclear Development. *Presentation given at the 'Regional Safeguards in Latin America: Implications for the Middle East? Seminar'* sponsored by the Institute for Science and International Security (ISIS), Washington D.C., and the National Center for Middle East Studies, Cairo, Egypt, 27 October 1997.
- ALCAÑIZ, I. *Ideas, Epistemic Communities and Regional Integration: Splitting the Atom in Argentina and Brazil*. Tese de doutorado. Northwestern University. 2004.
- ALVES, Maria Cristina Ferraz. *Análise cognitiva da diplomacia nuclear brasileira no Cone Sul*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

- ARBILLA, José María. *A diplomacia das idéias: a política da renovação conceitual da política externa na Argentina e no Brasil (1989-1994)*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997. 220p.
- ARGUELLO, I. Brazil and Argentina's Nuclear Cooperation. *Carnegie Endowment for International Peace – Proliferation Analysis*, January 8, 2009.
- ASSOCIATED PRESS. 'Ex-Leader Says Brazil Pursued A-Bomb,' August 8, 2005.
- ASSOCIATED PRESS. 'Brazil Nearly Built Bomb in 1990s, Scientist Says'. August 30, 2005.
- BARLETTA, M. *The Military Nuclear Program in Brazil*. Centre for International Security and Arms Control, August, 1997.
- _____. Democratic Security and Diversionsary Peace: Nuclear Confidence-Building in Argentina and Brazil. *National Security Studies Quarterly*, Vol. 5, n. 3: 19–38. 1999.
- _____. *Ambiguity, Autonomy, and the Atom: Emergence of the Argentine-Brazilian Nuclear Regime*. Tese de doutorado. University of Wisconsin-Madison. 2000.
- _____. Argentine and Brazilian Nonproliferation: A Democratic Peace? In: SOKOLSKI, H.; LUDES, J. M. (orgs.) *Twenty-First Century Weapons Proliferation. Are We Ready?:* 148–167. Frank Cass Publishers. 2001.
- BENJAMIN, M. R. *Brazil Takes Step Toward Developing Nuclear Weapons*. In: *The Washington Post*, 3 February: A29. 1983.
- BLIGHT, J.; LANG, J. Burden of Nuclear Responsibility: Reflections on the Critical Oral History of the Cuban Missile Crisis. *Peace and Conflict: Journal of Psychology* I (3) p. 225-264, 1995

_____; LANG, J. Robert McNamara: then and now. *Daedalus*, 2007.

_____; LANG, J. When Empathy Failed: Using Critical Oral History to Reassess the Collapse of US-Soviet Détente in the Carter-Brezhnev years. *Journal of Cold War Studies*, Vol. 12, No 2, p. 29-74, 2010.

_____; KRAMER, M.; WELCH, D. Remembering the Cuban Missile Crisis: Should We Swallow Oral History? *International Security*, Vol. 15, No. 1, p. 212-218, 1990.

_____; WELCH, D. *On the Brink: Americans and Soviets Reexamine the Cuban Missile Crisis*. Farrar Straus & Giroux, 1990.

BOMPADRE, Gerardo E. Cooperación nuclear Argentina-Brasil: Evolución y perspectivas. *Relaciones Internacionales*, Buenos Aires, n. 18, pp. 53-62, 2000.

BIASI, R. *A Energia Nuclear no Brasil*. Rio de Ja-

neiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979.

CARASALES, J. C. *National Security Concepts of States: Argentina*. United Nations Institute for Disarmament Research. 1992.

_____. Goals of Argentine-Brazilian Cooperation. In: LEVANTHAL, P. L.. TANZER, S. (orgs.) *Averting a Latin-American Nuclear Arms Race: New Prospects and Challenges for Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation*: p.44-75. New York, St. Martin's Press. 1992a.

_____. The Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement. *The Nonproliferation Review*, Vol. 2, n. 3, p.39-48. 1995.

_____. The Evolution of the Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement. *Presentation at a seminar entitled 'Argentina and Brazil: The Latin American Rapprochement'* organised by the Nahel Soreq Seminar, sponsored by the Institute for Science and International Security (ISIS), Washington D.C., and the Shalheveth Freir Center for Peace, Science, and Technology (Israel), Israel, 16 May 1996.

- _____. The So-Called Proliferator That Wasn't: The Story of Argentina's Nuclear Policy. *The Nonproliferation Review*, Vol. 6, n.3, p.51-64. 1999.
- CARPES, Mariana Montez. *A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas: domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2006.
- CASTRO MADERO, C.; TAKACS, E. A. *Política Nuclear Argentina ¿Avance o Retroceso?* Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1991.
- CHANG, J. Brazil Poised to Join the World's Nuclear Elite. *Knight Ridder Newspapers*, February 10, 2006.
- CHERNYAEV, A. My Six Years with Gorbachev (University Park: Pennsylvania State University Press, 2000).
- DAVIES, Simon J. Community Versus Deterrence: Managing Security and Nuclear Proliferation in Latin America and South Asia. *International Relations*, Vol. 18, n. 1, p.55-72. 2004.
- DE CASTRO, A. R. B., Norberto Majlis, Luiz Pinguelli Rosa, e Fernando de Souza Barros. Maio de 1989. Brazil's Nuclear Shakeup: Military Still in Control. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 45, n.4, p.22-25.
- DOYLE, J. E. *Nuclear Rollback: A New Direction for U.S. Nonproliferation Policy?* Tese de doutorado. University of Virginia. 1997.
- _____. *Nuclear Rapprochement in Argentina and Brazil: Workshop Summary*. Los Alamos National Laboratory, October 1999.
- _____. Argentina and Brazil. In DOYLE, J. E.

(org.) *Nuclear Safeguards, Security, and Nonproliferation: Achieving Security with Technology and Policy*: 307-329. Butterworth-Heinemann: Elsevier. 2008.

FABBRI, C. M. *Social Constructivism and the Role of Ideas: The Construction of Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation, 1979-1991*. Tese de doutorado. University of Warwick. 2005.

FRAGA, R. M. A experiência histórica no Brasil e na Argentina de 1966 a 1983: Começo da convergência. In: Lladós, José M.; Pinheiro Guimarães, Samuel (Org.) *Perspectivas: Brasil e Argentina*, v. 1, pp. 485-512, 1996.

FONROUGE, M. F. V. *A convergência nuclear brasileiro-argentina*. Agente da integração e fator de estabilidade regional. Rio de Janeiro, 1995. 111p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais/

PUC-Rio.

GABEIRA, F. *Goiânia, rua 57: O nuclear na terra do sol*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GALL, N. Atoms for Brazil, Dangers for All. *Foreign Policy*, n.23 (Summer), p.155–201.

GAMBA-STONEHOUSE, V. Argentina and Brazil. In: KARP, R. C. (org.), *Security With Nuclear Weapons? Different Perspectives on National Security*: p.229-257. New York: SIPRI and Oxford University Press. 1991.

GENTILE, C. Brazil Finalizing Nuclear Deal with U.N. *UPI*, November 26, 2004.

GOLDEMBERG, J. Brazil. In: GOLDBLAT, J. (org.) *Non-Proliferation: The Why and the Wherefore*: p.81-87. London: Taylor and Francis. 1985.

- _____. Looking Back: Lessons from the Denuclearization of Brazil and Argentina. *Arms Control Today*, Vol. 36, n.3, p.41–43. 2006.
- _____; FEIVERSON, H.A. Denuclearisation in Argentina and Brazil. *Arms Control Today*, Vol. 24, n.2: p.10–14. 1994.
- GOLDMAN, J. Argentina, Brazil Open to Inspections. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 47, n.4, p.8–10. 1991.
- GRAHAM, B. U.S. Fails to Halt German Reactor for Argentina. *The Washington Post*, April 1980: A1.
- _____. Argentine Nuclear Effort Running Out of Steam. *The Washington Post*, 14 August 1987: A18.
- GRIPPI, S. *Energia Nuclear: Os bastidores do programa nuclear brasileiro e seus reflexos na sociedade e na economia nacional*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.
- GUGLIALMELLI, J. E. The Brazilian-German Nuclear Deal: A View from Argentina. *Survival*, Vol. 18, n.4: p.162–165. 1976.
- _____. *E. Argentina, Brasil y la bomba atómica*. 1ª ed. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1976.
- GUIZZO, E. How Brazil Spun the Atom. *IEEE Spectrum*, March 2006.
- HIBBS, M. Germans Say Brazil Developing Two Production Reactors. *Nucleonics Week*, July 27, 1989, p. 4.
- _____. Brazil to Build Centrifuge Plant at Resende Fuel Processing Complex. *Nuclear Fuel*, Vol. 25, No.14, July 10, 2000

- HIRDMAN, S.; BARNABY, F.; GOLDBLAT, J. 1972. *The Near-Nuclear Countries and the NPT*. Stockholm: SIPRI, Almqvist & Wiksell.
- HIRST, M. 1998. Security Policies, Democratization, and Regional Integration in the Southern Cone. In: DOMÍNGUEZ, J. I. (org.) *International Security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the Post-Cold War Era*: 159–189. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.
- HOMWOOD, B. 1990. Brazil and Argentina Open Up Nuclear Sites. *New Scientist*, 128, December: 14.
- HOWE, M. 1975. Brazil, Racing for Growth, Tries to Rely on U.S. *The New York Times*, July 2: 1:2.
- HURRELL, A. 1998. An Emerging Security Community in South America? In ADLER, E.; BARNETT, M. (orgs.) *Security Communities*: 228-264. Cambridge: Cambridge University Press.
- HURTADO DE MENDOZA, Diego. *Periferia y fronteras tecnológicas*. Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983). *Revista CTS*, v. 5, n. 13, pp. 27–64, 2009.
- _____. De ‘átomos para la paz’ a los reactores de potencia. Tecnología y política nuclear en la Argentina (1955-1976). *Revista CTS*, n. 4, v. 2, pp. 41-66, 2005.
- HYMANS, J. E. C. 2001. Of Gauchos and Gringos: Why Argentina Never Wanted the Bomb, and Why The United States Thought it Did. *Security Studies*, Vol. 10, n. 3: 153–185.
- _____. 2006. *The Psychology of Nuclear Proliferation: Identity, Emotions, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 2014. The Dynamics of Nuclear Politics: Lessons from Latin America. In Jorge I. Domínguez and Ana Covarrubias (eds), *Routledge Handbook of Latin America in the World*, p. 362-375.
- KOVEN, R.; GRAHAM, B.. 1981. Many Nations Ready to Break Into Nuclear Club. *The Washington Post*, 15 June: A1.
- KRASNO, J. 1992. Brazil, Argentina Make it Official. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Vol. 48, n. 3: 10–11.
- _____. 1994. Brazil's Secret Nuclear Program. *Orbis*, Vol. 38, n. 3: 425–437.
- KUPCHAN, C. A. 2010. *How Enemies Become Friends: The Sources of Stable Peace*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- KUTCHESFAHANI, Sara Z. *Politics and the bomb: Exploring the role of epistemic communities in nuclear non-proliferation outcomes*. Ph.D. dissertation, University College London, 2010.
- LAMAZIÈRE, G.; JAGUARIBE, R. 1992. Beyond Confidence-Building: Brazilian-Argentine Nuclear Cooperation. *Disarmament*, Vol. 15, n. 3: 102–117.
- 'Latin American Nuclear Cooperation: Prospects and Challenges.' Conference organised by The Nuclear Control Institute, Washington D.C., Montevideo, Uruguay, 11–13 October 1989.
- LANG, J. Critical Oral History: Cuban Missile Crisis and Risk of Nuclear War in the 21st Century - An Introduction. *International Critical Oral History And The Cuban Missile Crisis*, working paper at the The Watson Institute of International Studies, 2002.
- LANGEWIESCHE, William. *O Bazar Atômico:*

- A escalada do pobrerio militar. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- LEVANTHAL, P. L.; TANZER, S. (orgs.) 1992. *Averting a Latin-American Nuclear Arms Race: New Prospects and Challenges for Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation*. New York: St. Martin's Press.
- LIMA, M. R. S. *The political economy of Brazilian foreign policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*, Ph.D. dissertation. Vanderbilt University, 1986.
- LIVRETO COH 2012, Origens da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina: coleção de documentos. FGV-ICCS, Rio de Janeiro. Disponível para download em: <http://ri.fgv.br/pesquisa/brasil-e-argentina-na-ordem-nuclear-global/documentos>
- MAGALHÃES, D. T. A. *A formação de uma comunidade de segurança na América do Sul*. Tese de mestrado. Universidade de Brasília. 2010.
- MALHEIROS, T. *Histórias Secretas do Brasil Nuclear*. Rio de Janeiro: WVA, 1996.
- MALLEA, R. *La cuestión nuclear en la relación argentino-brasileña (1968-1984)*. MA dissertation. IESP-UERJ. 2012.
- MARISCOTTI, M. *El secreto Atómico de Huemul*. Buenos Aires: Sudamericana-Planeta, 1985.
- MARQUES, P. *Sofismas nucleares: O jogo das traças na política nuclear do país*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARZO, M. A. 1996. The Evolution of the Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement. *Presentation at a seminar entitled 'Argentina and Bra-*

zil: *The Latin American Rapprochement*’ organised the Nahel Soreq Seminar, sponsored by the Institute for Science and International Security (ISIS), Washington D.C., and the Shalhevet Freier Center for Peace, Science, and Technology (Israel), Israel, 16 May.

_____. 1997. Origin and Role of Argentina’s and Brazil’s Nuclear Programs, and the Role of the Military and Non-Governmental Scientists in Changing the Climate on Nuclear Development. *Presentation given at the ‘Regional Safeguards in Latin America: Implications for the Middle East? Seminar’* Cairo, Egypt, 27 October.

MARZO, M. A.; BIAGGIO, A. L.; RAFFO A. C. 1994. Nuclear Co-operation in South America: The Brazilian-Argentine Common System of Safeguards. *IAEA Bulletin*, Vol. 36, n. 3: 30–35.

MERKE, F. Identidad y política exterior. La Argentina y Brasil en perspectiva histórica. *Sociedad Global*, v. 2, n. 2-3, pp. 142-161, 2008.

MILANESE, J. P. Argentina y Brasil: Hacia un proceso de seguridad cooperativa. *Agenda Internacional*, n. 4, pp. 142-157, 1995.

MIROW, K. R. *Loucura Nuclear*. Os ‘enganos’ do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MONTENEGRO, M. L. *Industria bélica e diplomacia na relação Brasil - Iraque (1979-1989): crise de uma estratégia de política externa brasileira para os anos 80*. Tese de mestrado. 1992. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MONTENEGRO, R. A. 2007. ‘The Nuclear Programme of Argentina and the Creation of Nuclear-Free Zones for Reducing the Risks of Nuclear Facilities’. In: STOCKINGER, H.; VANDYKE, J. M.; GEISTLINGER, M.; FUSSEK, S. K.; MACHART, P. (orgs.) *Updating International Law: Papers derived from the Conference*

on the Human Right to a Safe and Healthful Environment and the Responsibilities Under International Law of Operators of Nuclear Facilities, held in Salzburg, Austria, October 20–23, 2005. Wien, Graz: NWV Neuer Wissenschaftlicher: p.259–300.

MORAIS, R. C. *Programa Nuclear e Construção da Democracia: Análise da Oposição ao Programa Nuclear Brasileiro*. Tese de mestrado. CPDOC/FGV, 2014.

MOTOYAMA, S.; GARCIA, J. C. V. *O almirante e o novo Prometeu: Alvaro Alberto e a C&T*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MÜLLER, H.; SCHMIDT, A. The Little Known Story of DeProliferation: Why States Give Up Nuclear Weapons Activities. In: POTTER, W. C.; MUKHATZHANOVA, G. (org.) *Forecasting Nuclear Proliferation in the 21st Century Volume I:*

The Role of Theory. Stanford, California: Stanford University Press: p.124–158. 2010.

MYERS, D. J. Brazil: Reluctant Pursuit of the Nuclear Option. *Orbis*. Vol. 27, n.4, p.881–911. 1984.

NASCIMENTO, Mariana Oliveira do. *A aplicação do artigo quarto do tratado de não proliferação nuclear*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2009.

OLIVEIRA, A. L. V. *A relevância das variáveis exógenas na constituição do Mercosul*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996. 127p.

ORNSTEIN, R. M. La Complementación con Brasil. In: CARASALES, Julio C.; ORNSTEIN, Roberto M. (Coord.) *La Cooperación Internacio-*

- nal de la Argentina en el campo nuclear*. Buenos Aires: CARI, 1998, Cap. 6, pp. 127-146.
- PALMER, L.; MILHOLLIN, G. 'Brazil's Nuclear Puzzle'. *Science*, October 22, 2004.
- PATTI, C. *Brazil in Global Nuclear Order*. Tese de doutorado. Universidade de Florença, 2012.
- PATTI, C. Org. *O Programa Nuclear Brasileiro: uma História Oral*. CPDOC/FGV, 2015.
- PILAT, J. F.; DONNELLY, W. H. *An Analysis of Official Argentine Statements on the Purpose and Direction of Argentina's Nuclear Program*. Congressional Research Service, The Library of Congress, April 22 1982.
- PODESTA, D. Brazilian Calls for A-Test Ban. *The Washington Post*, 26 September: A27. 1990.
- PONEMAN, D. *Nuclear Power in the Developing World*. Allen & Unwin, 1982.
- _____. Nuclear Proliferation Prospects for Argentina. *Orbis*. Vol. 27, n.4, p.853-880. 1984.
- _____. *Argentina: Democracy on Trial*. New York: Paragon House Publishers. 1987.
- REDICK, J. R. Regional Nuclear Arms Control in Latin America. *International Organization*, Vol. 29, n.2, p.415-445. 1975.
- _____. The Tlatelolco Regime and Nonproliferation in Latin America. *International Organization*. Vol. 35, n.1, p.103-134. 1981.
- _____. Nuclear Restraint in Latin America: Argentina and Brazil. *PPNN Occasional Paper* n. 1, Southampton: Programme for Promoting Nuclear Non-Proliferation. 1988.
- _____. Argentina and Brazil: An Evolving Nu-

clear Relationship. *PPNN Occasional Paper* n. 7, Southampton: Programme for Promoting Nuclear Non-Proliferation. 1990.

_____. Latin America's Emerging Non-Proliferation Consensus. *Arms Control Today*, Vol. 24, n.2, p.3–9. 1994.

_____. Nuclear Illusions: Argentina and Brazil. *Occasional Paper* 25. Washington, D.C., Henry L. Stimson Center. 1995.

_____. 'The Evolution of the Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement.' *Presentation at a seminar entitled 'Argentina and Brazil: The Latin American Rapprochement'* organised by the Nahel Soreq Seminar, sponsored by the Institute for Science and International Security (ISIS), Washington D.C., and the Shalheveth Freir Center for Peace, Science, and Technology (Israel), Israel, 16 May 1996.

_____. 'Evolution of the Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement.' *Presentation given at the 'Regional Safeguards in Latin America: Implications for the Middle East? Seminar'* sponsored by the

Institute for Science and International Security, Washington D.C., and the National Center for Middle East Studies, Cairo, Egypt, 27 October 1997.

REISS, M. *Without the Bomb: The Politics of Nuclear Nonproliferation*. New York: Columbia University Press. 1988.

_____. *Bridled Ambition: Why Countries Constrain their Nuclear Capabilities*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press and John Hopkins University. 1995.

REISS, M.; LITWAK, R. S. (orgs.) *Nuclear Proliferation After The Cold War*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press. 1994.

RESENDE SANTOS, J. The Origins of Security Cooperation in the Southern Cone. *Latin American Politics and Society*, Vol. 44, n.4, p.89–126.

2002.

RIDING, A. Brazil and the Bomb: Questions Arise Anew. *The New York Times*, 21 September 1986: 1:20.

ROSA, L. P. A batalha atômica. *Revista Nossa História*, v. 3, n. 3, Julho, pp. 40-47, 2006.

_____. *A Energia Nuclear e as Perspectivas de Cooperação entre a Argentina e o Brasil*. In: LLADÓS, José María y PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel (Org.) *Perspectivas: Brasil e Argentina*, v. 2, pp. 519-537, 1996.

ROSENBAUM, H. J. Brazil's Nuclear Aspirations. In: MARWAH, O.; SCHULZ, A. (orgs.) *Nuclear Proliferation and the Near-Nuclear Countries*: p.255-277. Cambridge, Massachusetts: Ballinger Publishing Company. 1975.

SÁBATO, J. A. El plan nuclear brasileño y la bom-

ba atómica. *Estudios Internacionales*, no. 41, Ene/Mar, pp. 73-82, 1978.

_____; BOTANA, Natalio. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. *Revista de la Integración*, Buenos Aires, año 1, n. 3, pp. 15-36, 1968.

SCHNEIDER, R. M. *Brazil: Foreign Policy of a Future World Power*. Boulder: Westview Press. 1976.

_____. *Order and Progress: A Political History of Brazil*. Boulder, Colorado: Westview Press. 1991.

SCHUMACHER, E. Argentina says its Nuclear Plants will not comply with Safeguards. *The New York Times*, 25 July 1981.: 1:3.

_____. Argentina Claims Nuclear Capacity. *The New York Times*, 19 November 1983: 1:1.

_____. Hemispheric Pressure on Argentina to Ban the Bomb. *The New York Times*, 15 April 1984: 4:2.

SCOTT, L.; SMITH, S. Lessons of October: Historians, Political Scientists, Policy-Makers and the Cuban Missile Crisis. *International Affairs*, Vol. 70, No. 4, p. 659-684, 1994.

SELCHER, W. A. Brazilian-Argentine Relations in the 1980s: From Wary Rivalry to Friendly Competition. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 27, n.2, p.25-53. 1985.

SERRANO, M. Brazil and Argentina. In: REISS, M.; LITWALK, R. S. (orgs.) *Nuclear Proliferation After The Cold War*: 231-255. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press. 1994.

SOLINGEN, E. The Political Economy of Nuclear Restraint. *International Security*, Vol. 19, n. 2: 126-169. 1994.

_____. The New Multilateralism and Nonproliferation: Bringing in Domestic Politics. *Global Governance*, Vol. 1, n. 2: 205-227. 1995.

_____. *Regional Orders at Century's Dawn: Global and Domestic Influences on Grand Strategy*. Princeton: Princeton University Press. 1998.

_____. *Nuclear Logics: Contrasting Paths in East Asia and the Middle East*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 2007.

SPECTOR, L. S.; SMITH, J. R. *Nuclear Ambitions: The Spread of Nuclear Weapons 1989-1990*. Boulder, Colorado: Westview Press. 1990.

SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SQUASSONI, S.; FITE, D. Brazil's Nuclear History. *Arms Control Today*, Vol. 35, n. 8: 16-17. 2005.

_____. Brazil as Litmus Test: Resende and Restrictions on Uranium Enrichment. *Arms Control Today*, October 2005.

- STANLEY, R. Cooperation and Control: The New Approach to Nuclear Nonproliferation in Argentina and Brazil. *Contemporary Security Policy*. Vol. 13, n. 2: 191–213. 1992.
- VIEIRA VARGAS, E. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, pp. 41-74, 1997.
- WAISMAN, C. H. Incentives for Nuclear Proliferation: The Case of Argentina. In: MARWAH, O.; SCHULZ, A. (orgs.) *Nuclear Proliferation and the Near-Nuclear Countries*: 279–293. Cambridge, Massachusetts: Ballinger Publishing Company.
- WHEELER, N. J. 2009. Beyond Waltz's Nuclear World: More Trust May be Better. *International Relations*, Vol. 23, No. 3: 428–445.
- _____ (2013) Investigating diplomatic transformations. *International Affairs*, 89: 477–496.
- _____ (2014) From Distrust to Trust in Adversarial Relationships. Blog Post, <https://securitydilemmas.wordpress.com/2014/06/10/from-distrust-to-trust-in-adversarial-relationships/>
- WROBEL, P. S. *A questão nuclear nas relações Brasil-Estados Unidos*. MA Dissertation. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986.
- _____. Brazil and the NPT: Resistance to Change? *Security Dialogue*, Vol. 27, n. 3: 337-347. 1996.
- _____. From Rivals to Friends: The Role of Public Declarations in Argentina-Brazil Rapprochement. In: KREPON, M.; DREZIN, J. S.; NEWBIL, M. (orgs.) *Declaratory Diplomacy: Rhetorical Initiatives and Confidence Building*: 135–151. Report n. 27. Washington, D.C., Henry L. Stimson Center. 1999.

WOHLFORTH, W. *Cold War Endgame: Oral History, Analysis, Debates*, Penn State University Press, 2003.

WROBEL, P. S.; REDICK, J. R. Nuclear Cooperation in South America: The Role of Scientists in the Argentine-Brazilian Rapprochement. *Annals of the New York Academy of Sciences*, Vol. 866, n. 1: 165–181. 1998.

Agradecimentos

Colecionamos muitas dívidas de gratidão durante a elaboração deste projeto. Muitas pessoas contribuíram com sua experiência, ideias e generosidade durante os meses de preparação, viagens, pesquisa em arquivos e entrevistas preliminares que culminariam na conferência do Rio de Janeiro em 2012.

Christian Ostermann e **Timothy McDonnell** do *Woodrow Wilson International Center for Scholars* compartilharam seu conhecimento vasto sobre a metodologia de História Oral Crítica. Tim gentilmente concordou em se juntar a nós durante a conferência no Rio, oferecendo conselhos valiosos ao longo do caminho. Após a ida de Tim para o MIT, onde faz seu doutorado, tivemos a sorte de trabalhar com seu sucessor, **Evan Pikulski**.

Também tivemos assistentes excepcionais no Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. Agradecemos especialmente a **Juliana Marques** e a **Eduardo Mello**. **Laura Naves** e **João Lucas Thereze Ferreira** ajudaram a coordenar o trabalho com os participantes da conferência, a equipe de filmagem, os intérpretes e a equipe de pesquisa. Eles também contribuíram com a busca de literatura especializada, com a formatação do Livro COH e com a elaboração de perfis e cronologias em Inglês, Espanhol e Português.

Nosso colega **Carlo Patti** compartilhou seu conhecimento profundo sobre arquivos e documentos, além de elaborar muitas das hipóteses que testamos durante a conferência. **Dani Nedal** trabalhou na preparação da conferência no Rio de Janeiro e em Birmingham, como assistente de Wheeler no projeto *ESRC/AHRC* sobre ‘The Challenges to Trust-Building in Nuclear Worlds’. Ele foi uma ponte valiosa entre a FGV e o *Institute for Conflict, Cooperation and Security*. Além de seu apoio prático, ele ajudou a clarificar e aprimorar nossa compreensão sobre alguns temas do livro. Dani substituiu o **Dr. Jan Ruzicka**, que trabalhou com Wheeler no início deste projeto.

John Tirman contribuiu significativamente para o desenvolvimento da metodologia COH junto a **Malcolm Byrne**, **James Blight** e **Janet Lang** (os pioneiros da área). Além disso, contamos com a presença de **Andrew Hurrell**, cuja mente fértil ajudou muito a preparar o terreno para os três dias de diálogo sobre as origens da cooperação nuclear argentino-brasileira.

Jacques Hymans ofereceu excelentes conselhos quando ainda estávamos nos estágios iniciais do projeto. Alba Lombardi, do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, foi paciente conosco, assim como Renan Castro, no Arquivo do CPDOC, no Rio de Janeiro.

Na FGV, Marco Dreer, Bernardo Bortolotti, Thaís Blanc, Mila Lo Bianco e Ninna Carneiro fizeram o projeto acontecer em vídeo e áudio. Os assistentes Isis de Oliveira Malard e Fabiano dos Santos mobilizaram a máquina administrativa, ao passo que Brener Moraes de Carvalho e Rodrigo Moraes Chaves prepararam os mapas das instalações nucleares que aparecem no livro. Bruno Lopes trabalhou como assistente de pesquisa no encerramento do trabalho. Gostaríamos ainda de agradecer a Celso Castro e a Carlos Ivan Simonsen Leal pelo apoio a esse projeto. Agradecemos também ao Consulado Geral da Argentina no Rio de Janeiro, que generosamente ofereceu um almoço para os participantes.

Esta pesquisa foi financiada pelos seguintes patrocinadores no Reino Unido: *Research Councils UK's Global Uncertainties Programme* (liderado pela *Economic and Social Research Council* e pelo *Arts and Humanities Research Council*) e *The School of Government and Society* da Universidade de Birmingham. No Brasil, contamos com apoio de Agência Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil, *The William and Flora Hewlett Foundation*, CNPq e Faperj.

Nosso maior agradecimento fica para os participantes da conferência. Eles aceitaram nossas entrevistas preliminares e questionamentos recorrentes, sempre com bom humor. Além disso, prepararam-se para o encontro com a leitura detalhada dos documentos selecionados. Durante o tempo de convivência, nossa admiração pelo papel que jogaram somente cresceu. Nossas sociedades devem a eles – e a tantos outros personagens da época – o fato de a rivalidade tradicional entre os dois países nunca ter se transformado em uma corrida de caráter nuclear. Desde o início deste projeto, acreditamos que um entendimento detalhado sobre as escolhas daquele período histórico poderia abrir novas perspectivas e subsidiar novas políticas de descompressão em outras regiões do planeta, impedindo que o fenômeno das corridas nucleares volta a acontecer. É com esse espírito que esta conferência chega ao leitor.

Rodrigo Mallea, Matias Spektor e Nicholas J. Wheeler
Julho de 2015



Critical Oral History Conference Series